



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS II - ALAGOINHAS/ BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL**

MAURICIO JOSE DE JESUS

**DISPUTAS SIMBÓLICAS E TÉCNICAS NO ESPAÇO
URBANO: A MÍDIA NINJA NAS JORNADAS DE JUNHO**

Alagoinhas – BA
2015

MAURÍCIO JOSE DE JESUS

**DISPUTAS SIMBÓLICAS E TÉCNICAS NO ESPAÇO
URBANO: A MÍDIA NINJA NAS JORNADAS DE JUNHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Educação – DEDC II da UNEB como requisito à obtenção do título de mestre em Crítica Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

Alagoinhas - BA
2015

(imprimir no fundo da pagina anterior)

FICHA CATALOGRÁFICA

J58d Jesus, Mauricio Jose de.

Disputas simbólicas e técnicas no espaço urbano: a Mídia Ninja nas Jornadas de junho./ Mauricio Jose de Jesus – Alagoinhas, 2015.

94f. il.

Dissertação – (Mestrado em Crítica Cultura) – Universidade do Estado da Bahia. Campus II.

Orientador: Profº. Drº. Washington Luís Lima Drummond.

1. Movimento de protesto - Brasil – História – Séc XXI. 2. Manifestações públicas – Brasil – História – Séc XXI. 3. Brasil – Política e governo. 4. Jornalismo eletrônico. I. Drummond, Washington Luís Lima. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD 070.40285

Biblioteca do Campus II / Uneb
Bibliotecária: Rosana Cristina de Souza Barretto - CRB: 5/902

DISPUTAS SIMBÓLICAS E TÉCNICAS NO ESPAÇO URBANO: A MÍDIA NINJA NAS JORNADAS DE JUNHO

MAURICIO JOSE DE JESUS

Esta dissertação foi julgada para obtenção do título Mestre em Crítica Cultural. Área de concentração em Letras e aprovada em sua forma final pelo curso de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus II.

Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond
Orientador

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos
Coordenador do Pós-Crítica

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond
(UNEB)
Presidente da Banca

Prof. Dr. José Carlos Felix (UNEB)
Examinador interno

Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa (UFPB)
Examinador Externo

SUPLENTE

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (UNEB)

À Carlos Arthur pela poesia intensa de vida.

Agradeço a todo corpo técnico e corpo docente do Pós-critica pelas contribuições; a Washington Drummond e José Carlos Felix que ao longo do trabalho estimulou minha inquietude diante do objeto de pesquisa; aos colegas de turma que propiciaram um clima de colaboração coletiva nos trabalhos e nas disciplinas; a minha mãe Dona Nina que nos momentos de aflição me confortava com palavras de incentivo.

RESUMO:

O presente trabalho propõe analisar os aspectos técnicos, políticos e estéticos das transmissões do coletivo Mídia Ninja nos protestos ocorridos em diversas cidades, em junho de 2013. No contexto urbano midiaticizado, a utilização desviante dos aparelhos celulares para transmissão dos protestos, assim como o diálogo telematizado das redes, trouxe à tona a apropriação tática da tecnologia como expressão política de movimentos urbanos ligados ao midiativismo. É neste contexto que a Mídia Ninja se articula nacionalmente e passa a transmitir ao vivo pela internet os protestos de diversas cidades, chamando a atenção da mídia tradicional, que ao transformá-los em notícia anularam o potencial político radical do coletivo. Contudo, as imagens produzidas pela Mídia Ninja, traziam à superfície outra percepção do espaço urbano, tomado pelo transe político, atravessado por tensões e conflitos urbanos históricos ao qual a mídia tradicional busca sempre dissuadir e despolitizar.

Palavras-chave: Técnica, Midiativismo, Movimentos Urbanos, Política, Cidades.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I : APARELHOS, IMAGENS, CIDADES.....	11
Uma micropolítica na relação com aparelhos para uma politização na produção de imagens.....	14
Criatividade coletiva e a interatividade dos usuários.....	19
Apropriando os meios de produção.....	23
Enfrentamentos, aparelhos, imagens.....	25
CAPÍTULO II: NINJAS EM AÇÃO: UMA BREVE HISÓRIA DAS JORNADAS DE JUNHO.....	32
Primeiras articulações.....	34
Ninjas em ação nas jornadas de junho.....	39
Mídia Ninja como notícia.....	49
CAPÍTULO III: MÍDIA NINJA: IMAGEM, TÉCNICA, POLITICA NAS CIDADES.....	58
O transe político das ruas e a crise de representação moderna.....	64
Crise de representação imagética da cidade: entre o consenso simulado e o transe político.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

Nos agitados dias de junho em 2013, quando muitas cidades do país assistiram sua população ir às ruas para se manifestar, num protesto cuja pauta se multiplicava a cada ato, emergiu uma inusitada forma de comunicação, que flertava com aspectos do jornalismo, mas que se utilizava de recursos técnicos, ou seja, um aparato técnico, bastante diferenciado em relação às produções feitas pela mídia tradicional – emissoras de TV. Uma das características fundamentais das “jornadas de junho”, como ficou designada as manifestações, era a articulação de processos técnicos, meio urbano, que possibilitaram agenciamentos através das redes sociais.

A internet emerge neste contexto como importante ferramenta de articulação política, criando redes de sociabilidade que possibilitou um fenômeno político de massa, que irrompeu no cotidiano do país. Mas também emergiu como meio alternativo para a difusão de conteúdo informativo produzido por midiativistas que, acompanhando as informações veiculadas pelos meios de comunicação tradicional, através dos telejornais, onde se criminalizava os protestos ao invés de tecer uma análise da situação, buscavam suplementar as informações, utilizando celulares, câmeras digitais na produção de imagens que eram difundidas via internet, nas redes sociais como contrainformação. Eram pequenos gestos midiáticos que cresciam na proporção que se propagavam pelas redes, criando solidariedades apesar das distâncias geográficas, divergências ideológicas e diferenças sociais e culturais. A cidade do consenso midiático titubeava pelo dissenso das novas intervenções técnicas.

Todo este contexto propiciou a experimentação de novos modelos técnicos comunicativos, mais coletivizados, dialógicos e dinâmicos. Desta articulação em rede surge um coletivo de midiativistas, que no meio dos protestos, no calor das tensões, passam a transmitir tudo ao vivo, sem cortes, penetrando as manifestações com aparelhos celulares, captando um novo cenário urbano: imagens da ação policial, das palavras de ordem, da correria e estrondos das bombas de gás lacrimogêneo, as ruas tomadas pela revolta, indignação, violência, mas também pela solidariedade, inventividade e astúcias de todo tipo.

O coletivo Mídia N.I.N.J.A – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – que começava a se articular na Cidade de São Paulo, dentro da Rede Fora do Eixo, como experiência de comunicação desta rede de produção cultural, cujo núcleo inicial era composto pelos jornalistas Bruno Torturra, Felipe Peçanha e o fotógrafo Rafael

Vilela, se transformaria, nas “jornadas de junho”, um veículo de informação que representaria os manifestantes e produziria um agenciamento entre anônimos que colaboravam entre si e transmitiam os protestos de forma inusitada, de maneira direta, no turbilhão das ruas em convulsão, se constituindo inclusive como fonte para as reportagens feitas pela mídia tradicional.

Uma disputa emergiu neste cenário. Os principais meios de comunicação vinculados às corporações de mídia já não eram o principal centro difusor das informações sobre os protestos. As tomadas ao vivo das emissoras de TV, feitas por via aérea ou pelo alcance das lentes das câmeras sofisticadas não provocavam tanto interesse, não penetravam com tanto furor e tensão as entranhas das manifestações. Surge uma visibilidade do urbano marcada não mais pelo consenso, mas pelo enfrentamento, inclusive violento, agora por parte também do cidadão. As transmissões ao vivo da Mídia Ninja perturbaram a ordem das coisas, chamaram a atenção e apontaram para novas possibilidades de cobertura informativa. A disputa pela informação ganhavam outros contornos, desenhavam-se outras relações de força.

Criticando a posição de certo tipo de história, que, por uma transcendentalidade, busca traçar rotas lineares para tratar do passado, num movimento teleológico que subordina a origem dos fatos a uma suposta finalidade determinada, Foucault sugere então que a origem de qualquer fato, coisa ou acontecimento é marcado pelo disparate, pela divergência, por lutas, conquistas e apropriações. O sentido histórico, assim, diz muito mais das relações de força que o compõe que das finalidades e determinações. Foucault então sugere: “A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (1979. p.23). Assim, inspirado no modelo genealógico, Foucault propõe um método de análise histórica que trate a origem como lugar de lutas.

A noção de emergência, elaborada por Foucault dentro desta perspectiva, diz de uma tomada de posição das forças na disputa por estabelecer o sentido histórico de um acontecimento, uma cultura, uma coisa. Assim, na emergência de um fato, de um acontecimento, este é marcado por disputas, apropriações, rapinagens e lutas que vão determinar seus desvios, sua continuidade ou descontinuidade, seu sentido atual. Foucault então nos diz:

A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças. A análise da *Herkunft* deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento. (1979. p. 23)

E ainda:

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras. As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. (1979. p. 25-26)

Nesta perspectiva, inspirado nesta concepção de história foucaultiniana, este trabalho tenta discutir as transmissões da Mídia Ninja nos termos de uma emergência. Não se trata de uma genealogia, o que implicaria uma erudição e um longo tempo de pesquisa para tentar abordar as origens de práticas midiativistas; nem tampouco de uma análise histórica que traçaria os fios de uma narrativa linear, estabelecendo conexões com fatos passados para determinar o contexto de surgimento destas transmissões. É uma incursão que visa discutir a emergência num passado imediato, antes que o rastro, deixado pela aparição de tais práticas, seja apagado pelas tempestades de nuvens cinza que o cotidiano hipermediatizado atual impõe, ao soterrar de informações redundantes nossas telas – e poluir nossas vivências.

A intenção desta discussão caminha para uma afirmação das potencialidades criativas dos usuários da tecnologia, que não parece se configurar como um novo sujeito político, mas como uma multiplicidade de singularidades que dialogam, inventam e se apropriam de toda uma materialidade que marca a cultura atual; e que se aventuram em gestos políticos que lidam com a técnica e o imediato, com ações pontuais. De algum modo, a Mídia Ninja deixa alguns vestígios dessa potencia através das transmissões ao vivo nas jornadas de junho.

Este coletivo parece acrescentar um dado novo na cultura contemporânea, mesmo sem mobilizar uma massificação grandiosa de suas práticas. São seus desdobramentos, nos mais diversos ambientes, das lutas sociais, do espaço midiático, das disputas pela democratização da informação, que podem definir sua contundência. Mas isso só o passar dos anos pode tornar apreciável. Por enquanto, tentemos compreender como esta emergência de um midiativismo¹ dinâmico e dialógico, posto em prática pela Mídia Ninja pode se configurar como campo de possibilidades de

¹ O midiativismo sugere uma prática política que visa a enfrentar as grandes corporações de mídia e sua produção de informação se apropriando das suas formas. As rádios livres, os fanzines punks, revistas independentes, são exemplos de práticas midiativistas. Com o advento da internet estas práticas ganharam uma nova potencialidade de articulação e difusão. Um exemplo claro de midiativismo foi a articulação do Centro de Mídia Independente nos protestos que marcaram as reuniões do G8 em Genova no ano de 2001. Pode-se conferir este dado assistindo o documentário produzido pelo próprio CMI: Genoa: Red Zone (2001) disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ejCZrJKdclU>. Acesso 04 mar 2014.

enfrentamento aos processos de homogeneização característicos da sociedade midiaticizada.

No primeiro capítulo, buscando compreender como esta prática se processa, propomos uma discussão sobre as astúcias criativas da Mídia Ninja através da manipulação da técnica, da politização acerca dos processos comunicativos e informacionais na reinvenção dos meios de produção e das ressonâncias estéticas presentes nas imagens transmitidas. Para tanto, iniciamos uma discussão nos termos de uma micropolítica na relação com aparelhos nas manifestações urbanas recentes.

A forte e crescente presença da tecnologia, materialmente expressa por múltiplos aparelhos e máquinas, no nosso cotidiano urbano, tem nos habituado a utilizá-la de maneira cada vez mais incisiva, podendo inclusive criar certa dependência. Passamos a viver em função de aparelhos e somos “dominados” pela vertigem imposta por um regime de imagens, cujas condições são dadas por este avanço tecnológico. É preciso salientar que este regime de imagens atravessa a vida nas cidades produzindo sua virtualização midiática, através da incessante proliferação de imagens urbanas. A vida urbana e a vida virtual são agora a mesma coisa: um cotidiano cidadão midiaticizado. É neste sentido que sugerimos uma micropolítica, onde a relação com os aparelhos se opere como parte de um processo de manipulação criativa, que desloque a tecnologia e o regime de imagens e as tornem uma ferramenta da criação humana.

Desta perspectiva, partimos para análise de algumas características trazidas à tona pela performance da Mídia Ninja. A primeira diz da interatividade e dos processos criativos coletivos possibilitados por diálogos telematizados. As transmissões feitas pelo referido coletivo midiaticista foram articuladas coletivamente, através da colaboração de múltiplos usuários em diálogos, tanto de forma presencial assim como também por diálogo *on line* na internet. Além disso, durante a transmissão era possível a interação entre os usuários que transmitiam e aqueles que assistiam, numa constante troca de informação. A nosso ver, esta é uma forma coletiva de produzir informação e de algum modo, as transmissões das “jornadas de junho” feitas pela Mídia Ninja tornou isso concreto e viável.

Outra característica que nos propomos discutir foi a possibilidade de reinventar os meios de produção pela manipulação de um aparato técnico disponível no dia a dia dos usuários. As transmissões foram feitas através de aparelhos celulares, smartphones. Produtos explorados pelo setor das telecomunicações e servem de suporte para a venda de serviços de internet. O jogo simbólico articulado pelo aparelho publicitário pretende oferecê-lo como aparelho para interatividade divertida, criando um lugar próprio, uma

maneira apropriada de uso. Contudo, nas mãos dos usuários colaboradores da Mídia Ninja, tais aparelhos serviram como meio de produção de informação.

Articulamos aqui o diálogo com o seguinte conceito de Michel de Certeau:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distancia. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transforma em “ocasiões”. (1998. p. 46)

Deste ponto de vista, sugerimos que, operando táticas desviacionistas, a Mídia Ninja desloca os smartphones de seu “lugar próprio” e os transforma em meios de produção, apropriando de modo tático o processo pelo qual a informação é produzida. Ao empreender tais operações desviacionistas de uso, um campo de possibilidades parece ter emergido, simplificando as maneiras de fazer informação, transformando um aparelho já completamente presente no cotidiano num meio de produção que pode até superar os meios já consolidados, presentes, por exemplo, no ambiente da produção televisiva. Manipulação astuta da técnica que acrescenta um dado novo, insinua divergências entre as malhas estreitas do padrão de qualidade técnica, e parece deslocar também todo universo simbólico.

Mais uma outra característica que parece relevante e nos propomos discutir é a questão das formas assimiladas nas imagens produzidas pela Mídia Ninja. Como prática midiativista, as transmissões ao vivo criava um ambiente de informação inusitado, com uma dinâmica singular, que articulava astúcia técnica e improviso, o que, a nosso ver, parece se caracterizar como performance.

Como se tratava de empreender uma prática jornalística, ainda que nesse empreendimento haja certo deslocamento, alguns aspectos formais do telejornalismo apareciam como referencia imediata, sobretudo os programas sensacionalistas como o Aqui e Agora (SBT), Balanço Geral (Record), Cidade Alerta (Band) e etc. Assim também como possui algumas similitudes com imagens cinematográficas, lembrando a dinâmica de filmes de ação, ou, ainda, os primórdios do cinema com suas imagens sem cortes do cotidiano urbano.

Diante de um, por assim dizer, excedente de formas na produção de imagens, as imagens produzidas pela Mídia Ninja assimilam tais formas para deslocadas pelo campo de forças político das jornadas de junho, esgotando-as em suas transmissões, como resíduos estéticos de imagens cuja finalidade se encerrava na sua própria produção como informação. São imagens “irrecuperáveis” que não são assimiláveis para outros fins senão a sua produção para troca de informação, pretexto para debates online e articulações políticas à distância em função dos protestos nas diversas cidades em estado de ebulição política. A emergência destas imagens esgotavam-se na política das forças em que emergiram.

É preciso notar que as imagens da Mídia Ninja buscavam criar um contraponto às imagens televisivas, cuja produção se pautava num distanciamento do acontecido e “sutilmente” se posicionavam do lado da ordem. Ainda que as imagens dos ninjas tenham sido utilizadas por telejornais, tal assimilação se deu pelo fato de a própria Mídia Ninja ter se tornado notícia, com a prisão de alguns de seus colaboradores. São as imagens dessas prisões, registradas por eles mesmos no ato de prisão que foram veiculadas nos telejornais. E já num momento em que os protestos começam a se concentrar, de forma residual, em cidades do sudeste como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

A postura da Mídia Ninja era a de enfrentamento do regime de imagens operado pela mídia tradicional e tal enfrentamento se dava pelo deslocamento de formas assimiladas numa produção de imagens que taticamente rompiam com o padrão do telejornalismo ao se contrapor ao distanciamento, transmitindo ao vivo no meio dos protestos de rua, e tomando posição do lado dos manifestantes.

De algum jeito, tais características estão implicadas umas nas outras, se misturam entre si como procedimentos diferenciais que parecem mobilizar um cenário midiático marcadamente dominado pelas produções das corporações de mídia. Os procedimentos articulados pela Mídia Ninja, que vai do improvisado performático, da manipulação técnica às imagens das manifestações, parecem politizar todo um cenário cultural, de sua materialidade tecnológica até suas ressonâncias simbólicas. Não como movimento calculado, mas como experimentação precária num momento preciso, aproveitando uma ocasião para por em prática novos procedimentos midiativistas, construído num diálogo telematizado entre usuários.

No segundo capítulo, buscamos fazer uma narrativa que desse conta do processo de construção da Mídia Ninja até sua ação nas ruas e a repercussão na imprensa. Para tanto, dialogamos com os relatos feitos pelos principais personagens da Mídia Ninja, que vieram à tona principalmente depois da repercussão na participação do programa

Roda Viva da TV Cultura. Ao ganhar notoriedade, nas redes sociais, depois das transmissões de protestos no mês de junho, e quando um “ninja” foi preso e transmitiu sua prisão ao vivo, as atenções da mídia tradicional se voltaram para aquele grupo na tentativa de compreender que tipo de cobertura eles estavam fazendo, já que conseguiam estar à frente dos veículos de comunicação mais tradicionais e consolidados.

Assim, um conjunto de artigos, entrevistas e análises foram empreendidas por diversos meios para, a nosso ver, tentar “enquadrar” aquelas transmissões inovadoras, como uma espécie de inquisição. Então, passa-se a questionar o modo como a Mídia Ninja era financiada, quem estava “por trás” daqueles jovens repórteres, quais as relações destes com lideranças políticas, de onde havia surgido o coletivo. Com isso, aparece a figura de Pablo Capilé, um dos líderes articuladores da Rede Fora do Eixo, onde a Mídia Ninja foi concebida através do diálogo de Capilé com Bruno Torturra, jovem repórter que colaborava com o Fora do Eixo na construção de um canal de web TV que seria o braço comunicacional das atividades da Rede Fora do Eixo.

Ao aparecerem juntos na entrevista cedida para o Roda Viva, na TV Cultura, todo um movimento para “desmoralizar” a Mídia Ninja e o Fora do Eixo, a partir de certo “linchamento midiático”, incitado por grande parte dos veículos de comunicação mais tradicionais, se constituiu como estratégia para diminuir a importância das ressonâncias políticas que as transmissões ao vivo e sem cortes da Mídia Ninja faziam emergir. Talvez por perceber o impacto daquelas “narrativas independentes, jornalismo e ação” que quebrou a hegemonia narrativa da mídia tradicional nos protestos de junho, fosse preciso criar certa “distração” para desviar a atenção para as consequências mais politizadas que as transmissões da Mídia Ninja representavam. Passado o turbilhão inquisitorial que se seguiram durante os meses subsequentes ao surgimento do coletivo jornalístico, a Mídia Ninja ainda mantém sua atuação, mas agora divide “sua linguagem” com outros coletivos midiativistas que proliferaram, e vem se proliferando, pelas redes sociais, mesmo sem chamar a mesma atenção que as transmissões das jornadas de junho provocaram. Sutilmente estão se espalhando.

Já no terceiro capítulo, buscaremos discutir as imagens produzidas inseridas no contexto das jornadas de junho e suas disputas simbólicas e técnicas. Estas imagens produzidas nas transmissões da Mídia Ninja rompem? Elas provocam fissuras? Como material bruto, sem roteiro, sem edição, as imagens transmitidas pela Mídia Ninja parecem trazer outra perspectiva do espaço urbano, agora deslocando a forma como as imagens televisivas buscam representar a cidade, como espaço de consenso e entretenimento.

Para tanto, buscamos dialogar com obras que se propõem analisar as jornadas de junho no “calor da hora”, observando como tais análises colocam em cena, no contexto dos protestos, as relações entre política, técnica e a tecnologia na sua materialidade cotidiana urbana.

Obras como *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, organizada pela Editora Boitempo em parceria com o portal Carta Maior, publicada em julho de 2013 e composta de artigos e ensaios de autores advindos de diversas áreas do conhecimento; assim como a obra *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*, publicada em 2014, da autoria do sociólogo Ruda Ricci e do antropólogo e fotógrafo Patrick Arley, tentam fazer uma análise sobre o contexto urbano tomado pelos protestos, com abordagens diferentes, mas que visam dar um diagnóstico deste cenário político das jornadas de junho.

Embora estas interpretações lancem luz sobre questões importantes das realidades urbanas brasileiras na atualidade, elas partem de análises que vão da conjuntura urbana neoliberal (no caso de *Cidades rebeldes*) e da importância das organizações em rede que escapam a institucionalização (como o *Nas ruas*), mas que não vislumbram a simples relação direta com uma materialidade que serve de suporte para este ambiente tecnológico que atravessa a conjuntura das cidades nas primeiras décadas do novo milênio.

Tais obras são atravessadas por uma busca pela continuidade positiva das manifestações, seja lamentando e criticando o esgotamento das mobilizações sem provocar mudanças institucionais; seja tentando recuperar pautas de reformas na estrutura estatal brasileira para renovar o cenário político formal. Dialogando com textos de tais obras, e deslocando algumas análises, tentamos discutir as jornadas de junho como a emergência das disputas pelo esgotamento das formas assimiladas, que se expressavam como crise de representação da modernidade, que compreendia o campo político e ao mesmo tempo o campo midiático.

Buscamos, então, neste capítulo vislumbrar possibilidades de enfrentamento partindo de um princípio político de que é mais interessante perceber os movimentos moleculares, das relações mais cotidianas, principalmente no contexto explosivo das manifestações de rua, duplicadas pelas imagens dos protestos veiculadas pela Mídia Ninja. Neste sentido, nas diversas formas de disputas emergidas nas jornadas de junho, destacamos as imagens do urbano produzidas pela Mídia Ninja, como imagens que se contrapõem às imagens televisivas do urbano que articulam uma estratégia de esvaziamento político através da simulação do consenso pelo entretenimento informativo.

Nas considerações finais, busca-se fazer um panorama daquilo que foi discutido ao longo do estudo. Partindo do diagnóstico de que as Jornadas de junho podem ser compreendidas como fenômeno de esgotamento excessivo de demandas históricas acumuladas, a explosão política das ruas não provocou um processo de revolução que transformaria radicalmente as grandes estruturas políticas, econômicas e sociais do país. À volta a normalidade, na medida em que os protestos, passado o mês de junho, vão perdendo força, trouxe a tona apenas a sugestão de debates em torno das reformas política; agrária; urbana; assim como debates em torno da democratização da comunicação; descriminalização dos movimentos sociais; desmilitarização da polícia e etc.

Contudo, as Jornadas de junho trouxeram à tona múltiplas disputas moleculares, entrincheiradas no cotidiano dos protestos, que colocavam em perspectiva o esgotamento das formas modernas. O embate entre técnicas de comunicação da velha mídia e as técnicas de comunicação postas em cena pelas mídias sociais em rede através da internet configura um aspecto destas disputas, que estavam nas ruas em efervescência política e serviu de contexto para o aparecimento da Mídia Ninja e suas imagens do urbano em transe político que deslocava e suplementava a percepção da cidade através de imagens. Todo este contexto colocava em cena o usuário, que no ambiente urbano contemporâneo dispõe de serviços públicos e privados precarizados, mas que, enquanto cidadão, durante as jornadas de junho, passaram a disputar pelo direito de uso destes serviços, assim como pelo uso da cidade e de seu espaço público.

Assim, quando utilizamos o termo “usuário” estamos dialogando com Michel de Certeau (1998), que busca compreender aquilo que ele chama de “operações de usuários”, onde no ato de consumo, produz sua própria trajetória de uso desviando das representações fixadas pelo sistema. Como nos sugere Certeau:

A presença e circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (1998. p. 39)

São “maneiras de fazer” que “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (1998. p. 41).

Portanto, estamos mobilizando tais noções para pensar o contexto urbano contemporâneo, amplamente midiaticizado, que envolve a relação com um aparato técnico que serve de suporte para o acesso a internet e as redes sociais, onde estas

pautas são debatidas publicamente, e que nas jornadas de junho extravasou e ganhou as ruas. Contudo, o esforço não é para definir um novo sujeito, mas sim para tentar compreender processos de singularização de uma subjetividade marcada pela emergência da política no campo da técnica.

Neste sentido, é preciso notar que o termo “usuário” busca articular uma multiplicidade de “sujeitos”, artistas, comunicadores, professores, intelectuais, militantes, advogados, agentes culturais, estudantes, anônimos e diversas classes sociais. É nesta multiplicidade que são empreendidas as criações coletivas, através de diálogos telematizados. Nas jornadas de junho todo este universo veio à tona, como experimentação radical, laboratório privilegiado de práticas renovadas, que aqui buscamos delimitar nas ações de midiativismo para perceber as disputas em torno da produção de informação, cuja imagem – aliada a outras formas de semiotização – se configura como principal meio de propagação.

Por último, o trabalho de historiador proposto neste estudo, de inspiração foucaultiniana, busca se inserir numa historiografia do urbano em suas relações com a imagem e seus desdobramentos estéticos, técnicos e políticos no cenário das jornadas de junho, cujo recorte temporal circunscreve este trabalho numa história do presente. Um presente marcado por disputas que abriram brechas, fissuras e fraturas.

As discussões aqui propostas, então, tentam traçar linhas que seguem alguns caminhos talvez pouco explorados. Neste percurso, como já dito, buscamos perceber as formas alternativas que os embates das ruas permitiram emergir. Contudo, estes são apenas indícios de uma guerrilha cultural no amplo quadro das disputas simbólicas e técnicas urbanas da sociedade informática. Nada garante que “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” seja a imagem de um desfecho final, nada garante ainda que isto nos conduzirá a um “*happy end*”. Talvez nem seja preciso, talvez, agora, caiba apenas uma pergunta: “*to be continued*”?

CAPITULO I

APARELHOS, IMAGENS, CIDADES

Essas maneiras de se reapropriar do sistema produzido, criações de consumidores, visam uma terapêutica de socialidades deterioradas, e usam técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas. Deve-se então elaborar uma política dessas astúcias. *Michel de Certeau – A invenção do cotidiano*

Na sociedade emergente, o termo ‘política’ desliza do terreno da ética e dos valores, para o terreno da estética, da arte.

Villem Flusser – Elogio da superficialidade

Iniciemos nossa discussão situando o contexto tecnológico que nos cerca. Toda uma materialidade que serve de suporte para a cultura digital tem se expandido no nosso cotidiano urbano. O universo das informações, por textos e imagens, amplia de forma viral devido a um constante processo que permite uma acessibilidade através destes suportes que utilizam a internet como meio de produção e difusão. Este contexto parece propiciar disputas em torno da produção de informação. Com isso, as mídias tradicionais, baseadas no modelo industrial de produção, onde a padronização e fixação de sentido fazem parte do processo de homogeneização social, passam a ser questionadas por modelos alternativos de produção, que buscam politizar o espaço midiático.

São as imagens veiculadas pelo meio digital que pretendem combater as imagens propagadas pelo meio televisivo, constituindo um campo de disputas que busca suplementar um ambiente comunicacional cujo diálogo entre emissor e receptor e suas possíveis trocas de conteúdo não se dão de forma transparente. A televisão parece ser um meio que deixa pouco espaço para criatividade dos consumidores de sua programação, de seus conteúdos e formas, de sua proliferação de informações. Ela informa por tecnoimagens, mas escamoteia o “como” de sua produção. Ela nos “oferece” suas imagens sem se interessar em saber se as desejamos, se as suportamos e concordamos com elas.

Drummond e Sampaio (2013) tece uma crítica contundente a este universo de produção de imagens, como as imagens de conflitos e violência, que ocorrem nos mais variados lugares do globo, invadem nosso cotidiano e penetram nosso imaginário urbano. Estes autores nos oferecem uma abordagem crítica acerca do que chamam de regime de imagens reprodutíveis, se referindo às imagens de guerra e violência,

amplamente difundida por nossa mídia, que pululam nas telas, sugerindo que “sofremos (...) outro tipo de guerra: o bombardeio incessante de imagens midiáticas e espetaculares desses conflitos” (DRUMMOND; SAMPAIO, 2013, p. 60).

Numa outra abordagem, onde Drummond e Sampaio, analisando a implementação das Unidades Pacificadoras nos morros cariocas através das imagens transmitidas por telejornais, em que foram usadas as imagens de uma produção cinematográfica, apontam o perigo da indistinção entre as imagens e a realidade, denunciando a perigosa fusão do telejornalismo, que se pretende verossímil, com o cinema, universo da ficcionalidade, como gesto publicitário que opera uma estetização da realidade, assim como uma naturalização da estética (DRUMMOND; SAMPAIO, 2013). É nesta operação publicitária, no imaginário das cidades, de esvaziamento das tensões que o acontecimento suscita, tanto no caso das UPP's² nos morros do Rio de Janeiro quanto nos mais variados conflitos e massacres ao redor do globo, informados por imagens que nos assediam, que se encontra o perigo da indistinção operada entre o fato que se quer verídico e sua representação. A crítica ao regime de imagens reproduzíveis, operada por Drummond e Sampaio, busca traçar alguns encaminhamentos para combater este universo. Partindo de um diagnóstico crítico os autores sugerem:

Reféns de imagens produzidas alhures, prenes de violência, a nossa experiência urbana se converteu em delírio de guerra, morte ou alegria química. Terrorismo imagético, midiático, que nós habitamos e que nos habita. Essa é nossa única e interminável guerra: o convívio conflituoso com essas imagens de horror que se impõe como pão nosso de cada dia. O ambiente das imagens reproduzíveis, descontextualizadas, circulando sem fim, de tela em tela, é o nosso *front* e o desafio que se impõe será interpretá-las, interpelá-las (DRUMMOND; SAMPAIO, 2013, p.65).

Tal regime, ainda circundante e terrível, alicerçado numa prática midiática operada principalmente pelo meio televisivo, em suas relações íntimas com a publicidade, o mercado e o estado, pode ser combatido, seja através de análises críticas textuais, como as feitas por Drummond e Sampaio (2013), Flusser ou Benjamin (2008), seja através da própria produção de imagens. É no sentido de um combate através da produção de imagens, nas relações de forças dentro do espaço midiático, que propomos pensar a prática midiativista do coletivo Mídia Ninja.

Deste modo, tal proposta tenta superar certa tendência que atribui aos aparelhos um caráter de determinação frente aos processos de subjetivação, que destituiria alguns

² As Unidades de Polícia Pacificadora são parte de uma política de segurança pública posta em prática pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro visando ocupar as favelas da cidade do Rio de Janeiro dominadas pelo tráfico de drogas. Cf: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acesso em 28 de jun 2014.

aspectos da humanidade, ou que sugere que a cultura de massa exerça um poder de sedução tão forte que desarticule qualquer nível de criatividade. Talvez, para um combate ao estado de coisas esboçado na noção de regime de imagens reproduzíveis, seja preciso perceber que a estetização da realidade e a naturalização da estética se configuram como cenário perigoso e obscuro, por está vinculado ao tipo de estética proposta pelo regime publicitário, que, como nos alerta Adorno (2002), investe numa estética que visa o esvaziamento das tensões relacionadas aos vários aspectos da vida, diferentemente da arte que busca confrontar tais tensões como gesto de “embelezamento” e potencialização da sensibilidade. O que é temerário atualmente é a crescente homogeneização do gesto publicitário nas mais variadas expressões das relações humanas, e como essa tendência se articula com uma materialidade tecnológica cada vez mais inserida nas entranhas do cotidiano das cidades.

Se tratarmos a relação com o aparato técnico como campo de forças que estão em jogo às potencialidades humanas e sua criatividade assim como as potencialidades maquímicas, que pode ampliar o campo de atuação criativa, talvez se possa ultrapassar tal preocupação onde a relação com aparelhos determinem a mecanização e perda da sensibilidade humana pela naturalização da estética nos moldes publicitários.

Partindo de tais questões, a intenção é buscar perceber como os usuários da tecnologia deslocam sentidos naturalizados, valendo-se de gestos astutos e manipulando conteúdos técnicos e simbólicos, rompendo as fronteiras que separam as práticas políticas, estéticas e técnicas, fazendo emergir novas configurações de enfrentamento em relação aos processos de homogeneização articulados pelo regime de imagens reproduzíveis que configuram o espaço midiático dominado pelas corporações. As performances de transmissão da Mídia Ninja parecem articular três aspectos que implicam um agenciamento coletivo dos usuários da tecnologia digital, cujas formas de expressão elaboram uma estética de enfrentamento, vinculada a uma micropolítica na relação com os aparelhos. Estes aspectos parecem trazer à tona potencialidades mobilizadoras de sentidos cujo desdobramento pode estimular os processos de singularização da subjetividade (GUATTARI, ROLNIK, 2008).

Com isso, tentaremos esboçar uma discussão onde a prática midiativista, presente nas produções da Mídia Ninja, possa se configurar como possibilidade de enfrentamento tanto do cotidiano urbano midiaticizado quanto nas disputas que configuram a guerra midiática urbana que, silenciosamente, nos rodeia.

Uma micropolítica na relação com aparelhos para uma politização na produção de imagens

Quando Walter Benjamin (1955) desenvolveu sua análise sobre a reprodutibilidade técnica, ele tomou a fotografia e o cinema como exemplos das novas expressões artísticas da sociedade industrial, marcadas pela emergência de novas forças políticas. O cinema, como arte reprodutível tecnicamente, engendra formas de produção que envolve a manipulação de aparelhos, ou seja, engendra relações entre homens e máquinas. Assim, Benjamin sugere:

O interprete do filme não representa diante de um público, mas de um aparelho. O diretor ocupa o lugar exato que o controlador ocupa num exame de habilitação profissional. Representar à luz dos refletores e ao mesmo tempo atender às exigências do microfone é uma prova extremamente rigorosa. Ser aprovado nela significa para o ator conservar sua dignidade humana diante do aparelho. O interesse desse desempenho é imenso. Porque é diante de um aparelho que a esmagadora maioria dos cidadãos precisa alienar-se de sua humanidade, nos balcões e nas fábricas, durante o dia de trabalho. À noite, as mesmas massas enchem os cinemas para assistirem à vingança que o interprete executa em nome delas, na medida em que o ator não somente afirma diante do aparelho sua humanidade (...), como coloca esse aparelho a serviço de seu próprio triunfo. (1996 [1955], p. 179)

De algum modo, Benjamin ao tratar das técnicas de reprodução ligada à estética, trata também da emergência do enfrentamento entre o homem e a máquina, cujo perigo perverso se dá, dentro da perspectiva de Benjamin, na relação entre o operário e a máquina dentro da fábrica, em que tal relação pode produzir uma alienação, uma submissão do humano diante da máquina, do aparelho, produzindo com isso a sua desumanização.

O enunciado de Benjamin, então, aponta para as relações de forças que configuram a relação entre homens e aparelhos em contexto urbano como a emergência de um enfrentamento. Colocar o aparelho a serviço do triunfo do intérprete cinematográfico, como forma de manter sua dignidade humana diante da máquina, e possibilitar que a massa, alienada de sua humanidade diante do trabalho mecânico, se sinta vingada, sugere que o resultado estético de sua performance engendra novos desdobramentos políticos. Uma micropolítica na relação com o aparelho que se desdobra numa possível forma de enfrentamento, através de uma apropriação das técnicas de produção no âmbito das imagens.

A cada dia, aparelhos penetram em nossa vida cotidiana urbana. Na época de sua análise, Benjamin já fazia alguns prognósticos sobre a reprodutibilidade técnica, mas talvez não imaginasse a complexidade do desenvolvimento tecnológico que assistimos.

Hoje, câmeras portáteis, ainda mais miniaturalizadas, estão inseridas nos aparelhos de telefonia móvel, cuja capacidade de interação e troca de informações configuram um complexo ambiente urbano de comunicação. A produção de imagens, com isso, se torna uma prática habitual e cotidiana no espaço da cidade. Estes aparelhos já fazem parte do cotidiano, o que acaba por tornar qualquer usuário um produtor e distribuidor no processo comunicacional, ainda que tal situação traga consigo alguns perigos.

Como sugere Drummond (2013, p. 121), as imagens fotográficas do espaço urbano acrescenta outra percepção deste espaço, transportado para uma teatralização e encenação cujo desdobramento recai sobre uma duplicidade, ou seja, a cidade, na fotografia, sequestrada de sua experiência presencial, torna-se um duplo dela mesma, agora composta como cenário e artifício que se oferece à percepção. Ver a fotografia de uma rua, uma praça, não é o mesmo que passear por essa rua, essa praça e senti-las como presença. Tal fotografia nos oferece apenas o olhar do fotógrafo filtrado pelo aparelho que ele manipula com todos os condicionamentos técnicos que este aparelho possui.

Assim, para uma história do urbanismo que se debruça em imagens da cidade como documento faz-se necessário analisar as relações de força que se apropriaram destas para colocá-las num determinado regime de verdade, tratando dos possíveis sentidos que tais imagens puderam tomar ao longo das disputas em torno de seu valor enquanto memória e testemunho, acima de tudo para combater a sua naturalização pelo efeito de real que as imagens reproduzíveis podem sugerir. Ainda mais quando os tentáculos da espetacularização se espalham globalmente, conjuntamente com o avanço tecnológico e a proliferação de aparelhos, reconfigurando o cenário social e urbano contemporâneo.

É preciso atentar que tal contexto traz consigo perigos, como a invasão de privacidade, a hiperexposição, a mecanização dos gestos, do comportamento e etc., contudo, ao mesmo tempo, pode ser um estimulante para processos de criatividade coletiva, devido ao caráter interativo e dialógico que o ambiente digital e a tecnologia correlata oferecem, bem como também um meio de reivindicar novos direitos, o que lhe fornece um caráter político. Para tanto, talvez seja preciso desenvolver um senso crítico capaz de mobilizar a “dignidade humana”, ou seja, o exercício da potência humana de criar, diante de toda essa tecnologia materializada em aparelhos.

Por isso essa tematização em torno da relação entre o humano e sua sensibilidade e todo ambiente tecnológico que os rodeia. Para vislumbrarmos possibilidades de escaparmos às imposições homogeneizantes do mercado em suas relações com o estado e a mídia, cujas formas de expressão sugerem uma prática

totalitária como gesto publicitário: esvaziamento das tensões através de uma proliferação de imagens para mera diversão e distração.

Neste sentido, busca-se um diálogo com a noção de aparelho esboçada por Villem Flusser (2002), a fim de colocar a questão da relação com aparelhos nos termos de processos criativos e mobilizadores, que podem arrancar a “cortina de ferro” no processo de produção de imagens.

O aparelho, segundo Flusser, se constitui como objeto cultural, ou seja, é produzido pelo homem. Contudo, sua posição ontológica difere historicamente. No período chamado pré-industrial, o aparelho se configura como instrumento manipulado para aproximar objetos da natureza ao mundo humano. No período industrial, o aparelho se constitui enquanto máquina que produz mais objetos em menos tempo. Segundo Flusser:

Quando os instrumentos viraram máquinas, sua relação com o homem se inverteu. Antes da revolução industrial, os instrumentos cercavam os homens; depois, as máquinas eram por eles cercadas. Antes o homem era a constante da relação, e o instrumento era a variável; depois a máquina passou a ser relativamente constante. Antes os instrumentos funcionavam em função do homem; depois grande parte da humanidade passou a funcionar em função das máquinas (2002, p. 21).

Notamos neste movimento do autor, que ele busca situar a mudança de perspectiva do homem em relação aos aparelhos culturalmente. Sua intenção parecer ser a de problematizar o aparelho no período em que ele chama de pós-industrial, mostrando como, em contextos históricos distintos, a relação com o aparelho se difere. O autor marca tal diferença chamando de “instrumento” em contexto pré-industrial e “máquina” em contexto industrial. No contexto pós-industrial, as categorias relacionadas à noção de trabalho já não servem para analisar o aparelho. Para Flusser, o aparelho em contexto pós-industrial produz informação. Esse tipo de atividade, de produzir informação que caracteriza o contexto pós-industrial, depende da relação com os aparelhos, então Flusser pontua: “é o aspecto mole, impalpável e simbólico o verdadeiro portador de valor no mundo pós-industrial dos aparelhos. Transvalorização de valores: não é o objeto, mas o símbolo que vale”. (2002, p. 27)

Para dar conta de sua abordagem, ele toma o aparelho fotográfico como modelo para apresentar os aspectos fundamentais dos múltiplos aparelhos da era pós-industrial. Então, o autor fala do fotógrafo como aquele que “[...] produz símbolos, manipula-os e o armazena” (p.22). O fotógrafo não é trabalhador, mas informador. Este está empenhado não em produzir bens de consumo, mas sim em produzir informação através do que Flusser chama de superfície simbólica, que seria a imagem fotográfica.

Segundo Flusser, o aparelho é programado para produzir superfície simbólica. Neste caso, o aparelho fotográfico é programado para produzir fotografias. Tal característica dos aparelhos sugere que estes possuem potencialidades pré-inscritas neles, estão programados. Assim, aquele que manipula o aparelho busca explorar estas potencialidades para esgotar o programa do aparelho. Então,

aparelho é brinquedo e não instrumento no sentido tradicional. E o homem que o manipula não é trabalhador, mas jogador: não mais *homo faber*, mas *homo ludens*. E tal homem não brinca com seu brinquedo, mas contra ele. Procura esgotar-lhe o programa. Por assim dizer: penetra o aparelho a fim de descobrir-lhes as manhas. De maneira que o “funcionário” não se encontra cercados de instrumentos (como o artesão pré-industrial), nem está submetido à máquina (como o proletário industrial), mas encontra-se no interior do aparelho. Trata-se de função nova, na qual o homem não é constante nem variável, mas está indelevelmente amalgamado ao aparelho. Em toda função dos aparelhos, funcionário e aparelho se confundem (FLUSSER, 2002. p.24).

O autor ainda situa que, apesar da manipulação e do brincar contra o aparelho, este mantém sua característica de “caixa preta”, ou seja, aquele que o manipula não sabe o que se passa dentro do aparelho. Assim, no jogo da relação com aparelhos, aquele que o manipula domina apenas o que Flusser chama de *input*, aquilo que entra no aparelho, e *output*, aquilo que sai. O autor sugere que aquele que brinca com aparelho domina-o sem saber o que acontece no seu interior, e por isso, por ele é dominado, constituindo um amálgama de dominações que desenvolve a seguinte relação: “funcionário dominando aparelho que o domina”. Neste sentido, as possibilidades de manipulação obedecem a este regime de pretidão da caixa, que asseguram certa autonomia do aparelho que informa automaticamente ao ser manipulado.

O importante neste diálogo com a noção de aparelho é perceber as possibilidades de se relacionar com aparelhos, mobilizando as potencialidades humanas dentro de novas formas políticas ou pós-políticas, neste contexto pós-industrial. Se, como sugere este autor, a sociedade informática pós-industrial, que busca o valor no universo simbólico em detrimento dos objetos e desloca os jogos de poder para a produção de informação mediada pela relação com aparelhos, constitui o campo de forças onde se dão as disputas, talvez seja preciso investir nas formas mais criativas de relação com o aparelho, empenhando-se numa performance em que se “brinque” contra estes a fim de deslocar seu programa e com isso enriquecer o seu campo de potencialidades. Embora sua análise não atinja diretamente o contexto digital atual, ela aponta alguns prognósticos contundentes para situar a relação cultural com os aparelhos.

Talvez pudéssemos sugerir uma discussão, ainda em diálogo com Flusser, sobre a relação com os aparelhos celulares, que hoje se configura um aparelho com

características diferentes em relação ao aparelho fotográfico, por trazer múltiplas potencialidades na produção de imagens técnicas. Brincar contra ele, manipulá-lo e tentar esgotar seu programa, pode permitir novas possibilidades e perspectivas na relação com aparelhos.

A principal ferramenta na produção dos vídeos nas transmissões da Mídia Ninja é o aparelho celular (imagem 1). Tais aparelhos possuem recursos como câmera digital e acesso à internet, seja através da rede móvel ou rede sem fio (*wireless*). Os *smartphones* funcionam como pequenos “computadores” capazes de produzir e armazenar informações: textos, troca de mensagens, mensagens de voz, imagens e vídeos, e ainda possibilita o compartilhamento de tais informações através das redes sociais.



Imagem 1: Transmissão ao vivo através de aparelho celular (*Smartphone*).

Smartphones são aparelhos onde seu programa comporta múltiplas potencialidades. Dentre tais potencialidades, a produção de imagens técnicas, como os vídeos, estão articuladas com as potencialidades de interação e compartilhamento através da rede Web. *Smartphones* funcionam com aplicativos que são pequenos *softwares* que ampliam as potencialidades do programa deste aparelho. As transmissões da Mídia Ninja utilizam tais potencialidades do aparelho.

Para transmitir ao vivo, o usuário utiliza o aplicativo *twitcasting live*, que é um *software* que utiliza a câmera do aparelho para transmitir ao vivo, aumentando a potencialidade comunicativa deste. Para transmitir através do aplicativo o usuário precisa ter uma conta na rede social *Twitter*. É através desta rede social que se divulga a transmissão através de um *link*. Estas transmissões são feitas através da rede móvel

3G, cuja transmissão de dados é feita por telefonia móvel, ou por rede *Wireless* (rede sem fio) cuja transmissão de dados é feita pela web. Nas manifestações de junho, as transmissões da Mídia Ninja utilizavam a rede 3G de telefonia móvel. A transmissão por rede móvel 3G possui algumas limitações técnicas por ter um limite de troca de dados devido à demanda de usuários, reduzindo a capacidade de transmissão. (imagem 2 – frame de vídeo)

Assim, as transmissões da Mídia Ninja investiam na baixa resolução da imagem para que a troca de dados não fosse interrompida por picos de utilização da rede. Há implicações na qualidade técnica do vídeo. Ao apontar a câmera do *smartphone* para as manifestações, e penetrar profundamente o acontecimento com o aparelho celular, com a possibilidade de transmitir ao vivo e sem cortes, a performance da Mídia Ninja mobiliza toda uma astúcia, toda uma arte do improviso, que sugere uma manipulação da técnica que se desdobra numa nova apropriação da forma na produção de imagens. Esta manipulação pode ser caracterizada como o “brincar contra o aparelho”, nos limites expostos por Flusser (2002), sem dominar o seu interior, mas explorando e dominando seu *input* e *output*.

Tal prática, que envolve a manipulação de um aparato técnico, parece expressar as potencialidades criativas dos usuários da tecnologia empreendendo uma micropolítica na relação com os aparelhos, assim como na relação com as superfícies simbólicas correlatas do atual momento da sociedade midiática. As performances de transmissão do coletivo Mídia Ninja, podem apontar novos caminhos para desestabilizar o cenário distópico e totalitário do regime de imagens reproduzíveis, baseados numa prática midiativista que articula o diálogo e a interatividade coletiva em processos criativos, mobilizando e reinventando os meios de produção no que se refere as imagens técnicas e produção de informação, manipulando e se apropriando de linguagens midiáticas consolidadas para desviar dos processos de homogeneização ao tempo que se instala nas ondas de novas intensidades políticas.

Vejamos agora estes três aspectos que a prática midiativista da Mídia Ninja parece articular: o diálogo interativo numa criação coletiva; a apropriação dos meios de produção pela manipulação de aparelhos e a produção de informação imagética em diálogo com “linguagens” consolidadas.

Criatividade coletiva e a interatividade dos usuários

A individualidade massificada parece ser uma produção de subjetividade estratégica que visa desarticular, pela distração, novas formas de sociabilidade baseada

em diálogos interativos telematizados e suas ressonâncias para uma criatividade coletiva. Talvez seja este o programa do gesto publicitário empreendido pelo complexo dispositivo que une Mídia, Mercado e Estado, como forças da homogeneização racionalizante. Mas um novo cenário parece se configurar, mesmo que de forma micrológica, em pequenas ações e sutis disputas. Os usuários da tecnologia, em sua era digital, dialogam, criam e se apropriam, tencionando esse ambiente de produção massiva de indivíduos.

No *Universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*, Villem Flusser (2008) esboça uma teoria que problematiza as relações desenvolvidas naquilo que ele chama de sociedade informática. Tal sociedade articula, como principal forma de interação informativa, as tecnoimagens. Estas são imagens produzidas por aparelhos, que elaborados a partir da aplicação de textos científicos e conceitos, ou seja, da forma linear de comunicabilidade, vão substituindo e diminuindo a importância dos textos no processo de comunicação. Mediado por imagens técnicas, a informação passa a ser produzida de forma automática por aparelhos cada vez mais complexos e autonomizados, o que configura a sociedade informática telematizada – ou seja, onde há a fusão entre a informática e a telecomunicação – como sociedade totalitária que dispersa os homens e os individualiza diante de telas e monitores que tendem a se sobrepor aos encontros presenciais na cidade

Segundo o autor, as tecno-imagens (**sic**) obedecem ao programa dos aparelhos, que foram programados pela indústria de aparelhos e assim sucessivamente, até atingir o meta-programa do Mercado. Deste modo, para Flusser, as imagens técnicas programam o comportamento dos receptores de tais imagens e como tais imagens são produzidas automaticamente por aparelhos, agem “magicamente” nos receptores, distraíndo-os dos processos que envolvem a produção destas imagens. O perigo apontado por Flusser é o da autonomia dos aparelhos diante do ser humano, onde este se tornaria funcionário dos aparelhos e por eles programados. Assim, para que a humanidade, diante dessa realidade, não se torne programada, e os homens sejam apenas homens de massa, individualizados, como passíveis receptores de tecnoimagens, o autor busca apresentar alguns prognósticos de enfretamento deste contexto. Então Flusser no diz:

é verdade: o homem enquanto indivíduo disperso e distraído pelos aparelhos, o homem enquanto elemento de massa programada, perdeu definitivamente o controle sobre os aparelhos e enquanto funcionários de aparelhos. Mas outro tipo de homem continua possível: homem que participe de diálogo cósmico ‘sobre’ aparelhos, diálogo possível graças as técnicas desenvolvidas pelos próprios aparelhos. Semelhante diálogo cósmico sobre e através dos aparelhos poderia resultar em ‘competência’ superior à dos

aparelhos. Por certo, tal ‘competência coletiva’ não seria qualitativamente maior que a competência individual humana, mas seria quantitativamente maior: nos aparelhos as competências são sempre quantitativas. De maneira que o diálogo cósmico poderia, em tese, reconquistar o controle sobre os aparelhos para depois programa-los segundo decisões humanas tomadas dialogicamente (2008, p.109-110).

Contudo, Flusser sugere que o diálogo telematizado, ainda estaria sobre o domínio da programação aparelhística por causa da distração provocada por eles, e que para escapar disto seria preciso tomar distância, ou seja, se afastar da distração provocada a fim de se posicionar criticamente. Deste modo o diálogo telematizado propiciaria a manipulação das imagens técnicas rumo a produção de informações novas, através do desenvolvimento dessas “competências coletivas” na relação com os aparelhos.

Tal operação, na concepção de Flusser, precisaria está ligada a processos de criatividade jogadora. Para tanto, ele sugere que se desloque o conceito de criação, ainda marcado por uma ritualização e divinização iluminada dos processos artísticos, e se pense a criação como jogo. Um jogo que lida com as informações recebidas, num processo de composição. Assim, segundo Flusser,

o “artista” deixa de ser visto enquanto criador e passa a ser visto enquanto jogador que brinca com pedaços disponíveis de informação. Esta é precisamente a definição do termo ‘diálogo’: troca de pedaços disponíveis de informação. No entanto: o ‘artista’ brinca com o propósito de produzir informação nova. Ele delibera. Ele participa dos diálogos a fim de, deliberadamente, produzir algo imprevisível (2008, p. 126).

São tais operações de “artistas” em diálogo telematizado, que buscam produzir informação nova de informações recebidas e disponíveis para manipulação que constitui as possibilidades de enfiamento. O contexto tratado por Flusser parece se referir ao ambiente digital que nos cerca atualmente e compõe nosso ambiente cultural imediato. Frente talvez a uma pós-política e uma pós-estética

A cultura digital permite um ambiente interativo e dialógico, onde pode ser experimentado processos múltiplos de troca de informações que podem fazer emergir produções coletivas articulando uma espécie de “criatividade de massa”. De algum modo é o que Flusser, em seus prognósticos sobre este contexto sociocultural das technoimagens, sugere. Quando buscamos compreender como as performances de transmissão da Mídia Ninja se tornaram possível, nos deparamos com estes processos de interatividade, troca de informações, manipulação técnica de aparelhos, ou seja, uma produção coletiva de conhecimentos. De algum modo, é uma coletividade renovada onde as singularidades desejanças, mesmo com divergências, conseguem se afirmar e

estabelecer diálogos interativos que propiciam a inventividade num inusitado contexto de ultrapassagem estético-político..

Existem milhares de coletivos midiativistas onde seu principal meio de interação e difusão de conteúdo se dá através das redes sociais digitais. No caso da Mídia Ninja o que marca sua performance é a transmissão ao vivo dos protestos de junho em 2013. Tal performance foi articulada coletivamente, por usuários da tecnologia, que envolvia tanto profissionais da comunicação, como ativistas, ambientalistas, artistas de rua, estudantes, ou seja, uma miríade de “sujeitos” em processos de interação dialógica através da rede Web. Para conseguir interagir, num país de dimensões continentais, foi preciso essa astúcia diante da tecnologia atual das redes de computadores, em diálogos *on line*, organizando táticas de atuação, buscando e manipulando um aparato técnico que permitisse a penetração nas manifestações. Assim, suas transmissões possibilitaram cobrir algumas capitais do país como, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Vitória, Belo Horizonte. Isso graças à colaboração de vários usuários que se tornaram voluntários através de um diálogo telematizado entre os usuários.

Ao acompanhar uma transmissão da Mídia Ninja, o usuário pode interagir enviando mensagens, o que possibilita a troca de informações entre o usuário que transmite e o os usuários que assistem (Imagem 2). Desta forma, os *links* de transmissão são distribuídos entre os usuários, aumentando o alcance da transmissão. E isto não ocorre só com as transmissões da Mídia Ninja, outros coletivos midiativistas dialogam e participam na troca de informações e divulgações de *links* de transmissão de qualquer usuário, pertencente a um coletivo ou não, que esteja transmitindo ao vivo.

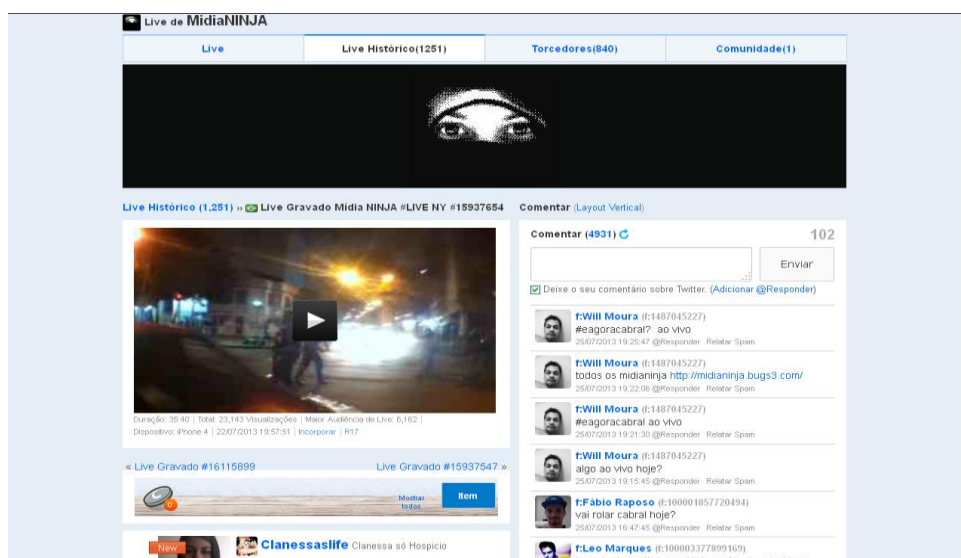


Imagem 2. Layout do perfil da Mídia Ninja no Twittcasting Live para interação com os usuários. Do lado esquerdo pode-se ver a transmissão e no lado direito há uma caixa de diálogo para comentários onde os usuários interagem trocando informações, sugestões e ideias sobre o que se vê.

O diálogo telematizado então permite uma interação solidária entre os usuários que divulgam os *links* criando uma rede de informações coletiva. Tal diálogo possibilita que os usuários diante de seus monitores possam sugerir alguns enquadramentos de câmera, podem informar onde estão os outros midiativistas que estão transmitindo e propiciar encontros, ou seja, trocam informação construindo coletivamente a transmissão.

Certa “criatividade de massa” que em contexto digital, age e interage com uma materialidade tecnológica que a torna possível. Brincar contra esta materialidade possibilita processos de apropriação, reemprego e astúcias que incidem na produção de informação nova. Para tanto, estes diálogos criativos buscam também se apropriar dos meios de produção através de um “brincar contra” alguns *gadgets* da era digital.

Apropriando os meios de produção

O diálogo telematizado entre usuários e seus processos de criatividade coletiva e troca de informações não incidem somente no resultado final que seria a transmissão. Há também um diálogo sobre a utilização dos aparelhos, como explorar suas potencialidades. Diferentemente das relações de produção televisiva, que depende de um aparato técnico sofisticado, como grandes câmeras com lentes potentes e alta resolução de imagem, de microfones, antenas de alta frequência para transmitir via satélite, assim como de um corpo técnico capaz de manipular tais aparelhos, os coletivos midiativistas compostos por usuários, buscam encontrar meios de produzir com o aparato técnico mais compacto, mais cotidiano e mais acessível, como os aparelhos celulares e os *notebooks*, tendo como meio de transmissão a internet.

A manipulação deste aparato técnico possibilita a reinvenção dos meios de produção no que se refere à produção de informação, a manipulação de imagens técnicas, a troca de saberes. A relativa simplicidade deste aparato técnico permite uma manipulação criativa, que através do diálogo telematizado, aumenta as possibilidades de exploração de suas potencialidades, deslocando seu uso programado pelo complexo industrial que os fabrica e coloca em circulação no mercado, redimensionando, num gesto suplementar, seu programa. Enquanto o aparelho publicitário sugere um uso apropriado para os *smartphones* e *notebooks*, explorando suas potencialidades interativas para a distração e o divertimento, estes *gadgets* nas mãos dos usuários que colaboram com os coletivos midiativistas desviam desse uso para transformá-los em meios de produção alternativo. O novo ambiente urbano caracteriza-se pelo

desenvolvimento das tecnologias de informação e seu impacto sobre as práticas cotidianas.

Quando Michel de Certeau (1994) esboça sua análise das práticas cotidianas, ele busca discutir de que maneira os “consumidores” utilizam os produtos consumidos. Na concepção de Certeau, há uma reelaboração destes produtos numa operação que ele chama de “artes de fazer”. Tal arte implica um uso desviacionista dos conteúdos racionalizados estrategicamente pelo sistema. Assim, para este autor, as práticas cotidianas relacionadas ao consumo de produtos que são estrategicamente postos à disposição no mercado, não tomam a direção simples da reprodução do sistema, como operação passiva, criando rotas imprevisíveis de uso que escapam à racionalização tecnocrática. Então, segundo Certeau:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (1994, p.39).

A preocupação de Certeau parece querer compreender o movimento empreendido pelos usuários nas relações de força que um sistema econômico dominante impõe. Sem está completamente fora deste, os usuários traçam trajetórias desviantes, dialogando com os códigos, produtos e formas impostos por tais relações de força, mas fazendo um uso imprevisível, incalculável pela racionalidade estratégica do mercado, em operações de reemprego e resignificações astuciosas. Estas trajetórias e formas de reemprego o autor denomina de tática, diferenciando da estratégia, situando que a estratégia se constitui pela elaboração calculada de um lugar próprio onde o sujeito possa ser circunscrito num ambiente, numa posição definida. De certo modo, a estratégia esta ligada as grandes redes midiáticas que circunscrevem o “lugar próprio” dos aparelhos celulares, através das campanhas publicitárias, direcionando as suas possibilidades de uso pela definição de uma maneira apropriada, ou seja, a partir de um “lugar próprio”. Assim, para contrapor à estratégia Certeau então diz:

Com respeito às estratégias (cujas figuras sucessivas abalam esse esquema demasiadamente formal e cujo laço com uma configuração histórica particular da racionalidade deveria também ser precisada), chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo(...) e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o

adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem bases para estocar benefícios, aumentar propriedade e prever saídas. O que ela ganha não conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue está onde ninguém espera. É astúcia. (1994. p. 94-95)

As práticas cotidianas, na perspectiva de Certeau, se configuram como táticas, que de maneira astuta, tira proveito da ocasião para obter seu ganho sem guardá-lo, aproveitando elementos heterogêneos para estabelecer avanços e deslocamentos num território estrategicamente circunscrito.

Dialogando com a perspectiva esboçada por Certeau, talvez possamos compreender como as operações de apropriação dos meios de produção da informação, levado a cabo pelos usuários que colaboram com a Mídia Ninja, desloca o cenário estratificado do espaço midiático, deslocando o uso “localizado” de aparelhos celulares, utilizando-os como meios de produzir informação nova. Operação astuta, elaborada no cotidiano, nas entranhas do sistema de mercadorias que distribui tais *gadgets* como produtos a serem consumidos para o entretenimento individual, como tática desviacionista articulada em diálogo coletivo telematizado. De algum modo, são “artes de fazer” que envolve uma inventividade que demonstra as potencialidades criativas articuladas pelos usuários.

Tal processo de apropriação se configura também como um duplo movimento onde a utilização de aparelhos celulares para transmissões ao vivo dos protestos, como gesto tático de reemprego dos *gadgets*, mobiliza também as representações que cercam tais aparelhos e que são veiculadas pelo aparelho publicitário

Assim, toda materialidade tecnológica circundante, distribuída pelo sistema de mercadorias, globalmente articulado, prenhe de representações e códigos que pretendem estabelecer modos apropriados de utilização, pode ser politizada por práticas cotidianas desviacionistas, nas zonas intersticiais do sistema, empreendidas por usuários em diálogo coletivo telematizado, como meios alternativos de produção de informação.

Enfrentamentos, aparelhos e imagens

Até que todo o mundo chegue a ser artista num plano superior, isto é, inseparavelmente produtor-consumidor de uma criação cultural total, assistiremos à dissolução rápida do critério linear de novidade. Quando todo o mundo for situacionista, por assim dizer, assistiremos a uma inflação multidimensional de tendências, de experiências, de

‘escolas’ radicalmente diferentes, e isso não mais sucessivamente, mas sim, simultaneamente.

Manifesto da Internacional Situacionista – 17 de maio de 1960.

O diálogo coletivo telematizado e a manipulação da técnica no uso tático dos aparelhos celulares são momentos que compõe a performance empreendida pelo coletivo Mídia Ninja em suas transmissões das manifestações de rua. Suas implicações no universo das imagens parecem renovar o ambiente de uso e produção das imagens de um modo que desloca o campo midiático em sua publicização das imagens urbanas. A forma de produzir, de difundir, o aparato técnico utilizado, as novas relações de produção jogam com os esquemas formais da grande mídia, de suas imagens, de sua racionalização das formas.

Assim como a manipulação astuta e criativa de aparelhos celulares através de uma apropriação deslocava o jogo simbólico em torno deste, produzia-se ao mesmo tempo outro campo imagético através da assimilação das formas e técnicas de produção de imagens das grandes redes midiáticas, e seu telejornalismo. A similaridade das transmissões em *streaming*³ da Mídia Ninja com certos programas sensacionalistas tais como *Aqui e agora* (1991, SBT), *Balanço Geral* (rede Record), *Cidade Alerta* (Tv Bandeirantes) e etc., nos possibilita perceber como tais formas foram assimiladas e deslocadas por outro campo de forças, cuja emergência se dá nos protestos de rua que tomaram conta de diversas cidades brasileiras, nas Jornadas de Junho.

É preciso partir então de um regime de imagens veiculadas pela mídia tradicional: as imagens telejornalísticas. Quando assistimos as coberturas telejornalísticas das manifestações, podemos apreender das imagens algumas características que marcam sua peculiaridade formal.

1. As imagens telejornalísticas são feitas a distância do acontecimento. Isto sugere que a câmera capta toda ação de um ponto distante utilizando toda potencialidade de sua lente grande angular através do zoom. Ou ainda, quando a câmera é operada atrás da ação policial, a qual garante a segurança de quem capta e permite uma aproximação. As tomadas aéreas, geralmente feitas ao vivo, tornam ainda mais claro este procedimento de distanciamento (ver imagem 3);
2. Aliando as imagens com uma narração, como uma espécie de legenda oral, o tratamento do acontecimento, neste caso os protestos, tende sempre a tomar

³ Transmissão ao vivo feita através da internet.

o lado da ordem, criminalizando a manifestação, o que justifica a ação policial, ainda que violenta, para a restauração da ordem.

3. As imagens telejornalísticas não permite nenhuma forma de interação com o telespectador, portanto a única forma de interação com tais imagens é a recepção “passiva” destas. Uma via de mão única.



Imagem 3. Frame de vídeo da reportagem feita pela Rede Globo sobre os protestos em Brasília que foi ao ar no Jornal Nacional no dia 20/06/2013. Entrada do Itamaraty ocupada por manifestantes.

Este procedimento faz circular imagens assépticas do conflito urbano, virtualizando o acontecimento, onde o conflito real é apaziguado por imagens pacificadas pela distância aliada a um discurso que tenta restabelecer a ordem através da simulação de um consenso. Toda violência, captada a distância, é pacificada por essas imagens sobre o acontecimento. É que a cidade e toda sua dinâmica heterogênea, que vai dos conflitos violentos às lutas urbanas contra as forças da ordem, na lente das câmeras das grandes redes midiáticas, precisam ser captadas de um modo que a cidade apareça pacífica, sem tumulto, ou seja, que todo tumulto seja soterrado por imagens da cidade onde os problemas são solucionados, em silêncio, de forma limpa e “transparente” como as lentes que a captam e a editam.

Mas, nos protestos que tomaram as ruas nas Jornadas de Junho, estas imagens foram rechaçadas, criticadas e até “manipuladas” em redes sociais como Facebook e Twitter, sendo combatidas através do humor. De algum modo, este enfrentamento se

desdobrou e então outras imagens começaram a circular, principalmente pela internet. É neste momento que a Mídia Ninja surge transmitindo ao vivo pela internet, utilizando aparelhos celulares, fazendo circular imagens das ruas, onde a dinâmica de tensão e conflito é captada sem cortes e compartilhada para um público específico, os internautas, ativistas ou não, que ao interagir com as transmissões tornavam concreta uma rede dinâmica de informação.

No contraponto às imagens televisivas, as imagens da Mídia Ninja eram feitas direto dos protestos, direto das ruas, em meio à multidão, onde as cenas de conflito entre policiais e manifestantes eram enquadradas e transmitidas ao vivo, mostrando outra percepção do espaço urbano (ver imagem 4). Agora, através destas imagens, a cidade aparece em efervescência política, transbordando seus conflitos violentos que marcam seu cotidiano, ou ao menos o cotidiano de uma parcela de seus habitantes que batalham por seu espaço e seus direitos de cidadão. O embate, neste caso, se dá no campo estético, técnico e político.



Imagem 4: Frame de vídeo de transmissão da Mídia Ninja no dia 18/06/2013, na avenida Consolação em São Paulo, onde manifestantes ateiam fogo num monumento publicitário da Coca-Cola como ato de protesto.

Não são imagens sobre o acontecido, mas imagens no acontecido que anunciam as formas de enfrentamento, ao mesmo tempo no real (enfrentamento técnico e político) e no virtual (enfrentamento simbólico). E toda dinâmica destas imagens de rua, captadas de aparelho celular, onde a captação e o enquadramento obedecem aos movimentos e fluxos da multidão em conflito com a ordem, se coloca no terreno das disputas sobre o que se diz e se mostra sobre as jornadas de junho. A cidade consensual midiaticizada é transformada em cenário de conflitos e disputas captadas por “lentes” e “câmeras” que de algum modo afirmam a divergência e o dissenso, deixando fluir o processo político

das ruas. Nestas imagens aparecem cenas de dissenso e discussões até entre os próprios manifestantes, trazendo para o monitor o clima de tensão das ruas, flagrando os embates micropolíticos dos protestos (ver imagem 5).



Imagem 5: Frame de vídeo da transmissão da Mídia Ninja, na Cinelândia, Rio de Janeiro em 22/07/2013; a cena mostra a discussão entre manifestantes em ocasião da presença de um agente duplo (p2) da Polícia Militar.

O aplicativo utilizado para transmissão ao vivo do aparelho celular permite a troca de mensagens e a interação entre o espectador e o transmissor das imagens. Há uma constante troca de informações que vão da sugestão de enquadramento, aviso sobre zonas de tensão, até a solicitação de entrevistas com os manifestantes. As imagens entram num fluxo de produção dinâmica e coletiva em rede, num espaço público virtual, que permite outra visibilidade das tensões urbanas postas em movimento pelas manifestações de rua.

Deste modo, é preciso compreender que as transmissões ao vivo da Mídia Ninja se constituíam numa experimentação radical que, de algum modo, deslocava as formas consolidadas na produção das imagens técnicas televisivas, por empreender procedimentos que mobilizam outras formas de produção, recepção e difusão que investem na dinâmica das redes. São imagens produzidas por usuários, para usuários, em diálogo telematizado através da internet. Estas imagens seguem o ritmo do ciberespaço, como ponto de interseção, pretexto para troca de informações entre usuários conectados para difundir perspectivas diferentes dos meios tradicionais. Isto

desloca as possibilidades estéticas das imagens ao jogar com as formas assimiladas situando-as num outro campo de forças.

As imagens transmitidas cumpriam sua finalidade no jogo dialógico das redes online, se esgotando no momento mesmo de sua propagação. A baixa resolução da imagem, sua qualidade técnica e visual não propicia a sua utilização para além deste enfrentamento posto em atividade nas transmissões ao vivo. Assim, recuperar estas imagens para documentários, reportagens ou qualquer outra obra audiovisual provocaria algum desconforto óptico, já que sua qualidade visual era determinada pela sua captação através de câmeras embutidas em aparelhos celulares, que para trafegar na internet, principalmente por telefonia móvel 3G, era necessário reduzir ao mínimo sua resolução em pixels.(imagem)

Nas cenas de tensão das manifestações de junho em 2013 transmitidas pela Mídia Ninja através das imagens, não parece haver a intenção apenas de representar um acontecimento, mas sim de fazê-lo ressoar, mesmo como cena, pedaços de realidade enquadrados em monitores e visores, para criar um espaço de diálogo sobre o visto, em suas conexões com os outros meios de comunicação e seus procedimentos no tratamento do mesmo acontecimento, para divergir, afirmar o dissenso, tanto nas ruas quanto nas imagens, acrescentando como suplemento outras percepções e sensibilidades em diálogo online, num processo de interação coletiva, o qual o telejornalismo não parece permitir.

Uma forma de enfrentamento, que desdobrando, como uma espécie de atualização, certos procedimentos performáticos dos situacionistas, que liderados por Guy Debord nos anos 60, criavam “situações” cujo princípio elementar estava ligado ao enfrentamento da sociedade espetacular ao propor uma obra criada no cotidiano, como performance para romper a fronteira estabelecida entre o “público-consumidor” e o “artista-produtor”, afirmando uma criação coletiva que não deixava espaço para uma apropriação mercadológica. Como sugere Michel Onfray:

No imediato pós-guerra, são os situacionistas que formulam teoricamente o princípio da construção de situação. Trata-se de colocar em forma, na vida cotidiana, em suas modalidades mais simples, a confusão da ética e da estética. Com este fim, era preciso promover o efêmero, o único, a obra gratuita e o gasto puro. Fora do mercado, invendáveis, impossíveis de serem recuperados pelas instituições, o gesto, a situação, o momento construído, traem uma relação singular com o tempo: longe de sua metáfora em mercadoria, em valor de troca, eles foram tomados pelo que eram: um pretexto para exercícios lúdicos inteiramente submissos ao aleatório, ao capricho, contra o investimento, o lucro ou a capitalização (1995, p. 94 – 95).

A tática situacionista visava desviar das possíveis recuperações investindo no esgotamento do “exercício lúdico” ali mesmo, invadindo o cotidiano urbano de Paris,

transformando as ruas em cenário, para que a “situação” combatesse o caráter espetacular, ou seja, a mercantilização da arte enquanto prática cultural. A técnica situacionista jogava com o improviso, como gesto performático que envolvia os transeuntes, colocando-os num processo de criação coletiva, para desviar de todo processo disciplinar da vida urbana mercantilizada, para que o lúdico invadisse aquele momento preciso e pudesse impor outro tempo, para além do tempo de trabalho e produção. A “situação construída” era um modo de se reapropriar do espaço urbano suspendendo por instantes o fluxo da produção, do trabalho e da vida mercantilizada, como gesto de enfretamento.

Guardadas as proporções entre as práticas lúdicas do situacionismo nos anos 60 e as performances de transmissão da Mídia Ninja nas Jornadas de Junho, parece ser na experimentação, que se insere numa ocasião precisa e pontual, de gestos performáticos, que nos situacionista visava o diálogo direto na interação com um público presente, mas que na Mídia Ninja visava a interação entre usuários que visualizavam e interagiam nas performances de transmissão. As imagens se configuravam como pretexto do diálogo, da interação, das sugestões de enquadramento, nas propostas de enfoque e por isso eram imagens irrecuperáveis, como forma residual de um regime de imagens dominado pelas grandes redes midiáticas. É deste modo que sugerimos uma espécie de atualização de procedimentos situacionistas, como aproximação de gestos de improviso, mas que buscam o enfretamento por gestos de contrapoder midiático articulados como obra coletiva.

É neste sentido que se propõe discutir a performance do Mídia Ninja nos termos de um enfrentamento, que operando na produção de imagens técnicas, articulando inventividades coletivas em diálogo telematizado e tomando posição na luta por direitos como a radicalização da experiência democrática, pode romper as fronteiras e trincheiras que separa as esferas da participação política e da manipulação técnica, abrindo possibilidades no combate às formas de espetacularização, que investe num esvaziamento das tensões e divergências sociais, politizando assim o espaço urbano midiaticizado. As jornadas de junho em seu conjunto desestabilizam as noções de estética, técnica e política e deixam perceber a farsa essencialista de suas definições, expostas como formas precárias históricas.

CAPITULO II

MÍDIA NINJA EM AÇÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DAS JORNADAS DE JUNHO

A história do presente se define como campo do saber histórico onde os fatos analisados pelo historiador atravessam sua própria vivência. Com isso sua análise, segundo os manuais de história, seria atravessada por sua subjetividade, cabendo ao historiador do presente fazer uma autocrítica para que a análise não se perca nas próprias impressões afetivas dos eventos aos quais ele analisa ao mesmo tempo em que vive.

Na verdade, o recorte temporal é que define se é uma história do tempo presente, ou seja, a análise de fatos que aconteceram nas últimas décadas do século XX; ou se é uma história imediata, ou seja, a análise de fatos que acabaram de ocorrer. Visando tangenciar do debate teórico acerca destas terminações, tomamos a posição de que aqui neste trabalho se faz uma história do presente. Ou como sugere Daniel Marcilio acerca da questão: “a História imediata está entranhada na História do tempo presente”⁴.

Como historiador do presente, busco compreender as jornadas de junho de uma perspectiva onde a explosão da revolta desestabiliza determinadas fixações de sentido em torno da estética, da técnica e da política dentro de contextos urbanos midiáticos. Isto implica o surgimento de novos objetos, que aqui busca analisar a produção imagética do coletivo jornalístico Mídia Ninja atravessadas pelas relações de força que o contexto das jornadas de junho trazia no seio de seu acontecimento.

Aliado a isso, o conjunto de fontes analisadas no estudo são fontes digitais disponíveis na internet, que vão de perfis em redes sociais como Facebook e Twitter, fotografias, vídeos disponíveis no Youtube e Twitcasting Live, além de depoimentos, entrevistas e artigos jornalísticos que foram publicados na internet. De algum modo estas fontes digitais já anunciam o próprio contexto urbano midiático onde as Jornadas de junho aconteceram.

Por isso, talvez seja preciso perceber as Jornadas de junho pelo meio e quebrá-la em dois momentos distintos, mas que estão relacionados. Um destes momentos diz do acontecimento em sua efetuação temporal, de sua imprevisibilidade, agitação e movimentação, cuja potência máxima se encontra na experiência vivida; O outro diz de

⁴ Cf. MARCILIO, Daniel. O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística. In: Revista Aedos. Rio Grande do Sul: UFRGS. n.12. Vol.5. Jan/Jul 2013.

sua repercussão, daquilo que se disse – e ainda se diz – sobre o acontecimento, a sua expressão nas mais variadas formas.

Neste sentido, optamos por compreender as Jornadas de junho como um fenômeno midiático, que estaria ligado a este momento preciso do que se diz do acontecimento, e que é construído a partir das parcialidades nascidas pela afetação, que as ruas em fervor rebelde, naquele junho agitado, são arremessadas no cenário informacional que compreende o espaço midiático que nos cerca: das páginas dos jornais, das telas de Tv e dos monitores do computador.

Fica então uma questão insistente: o que aconteceria se na noite do dia 13 de junho, após a manifestação do Movimento Passe Livre ser violentamente reprimida pela polícia militar paulista, esta não fosse noticiada de forma condenável pelos telejornais? O que teria acontecido se houvesse um silêncio midiático e Arnaldo Jabor resolvesse falar em seu editorial, no Jornal da Globo, sobre a beleza novaiorquina, e não proferisse uma palavra sobre a juventude revoltosa de classe média que não precisa lutar por R\$ 0,20 centavos da passagem de ônibus? Como se configuraria as coisas após o dia 13 de junho de 2013?

Estas questões possui um caráter provocador e são aqui sugeridas para desdobrarmos uma inquietação, e por isso fica difícil respondê-las com precisão cirúrgica. Nem é essa a intenção. O que se pretende é colocar em cena o movimento da mídia tradicional corporativa, que ao produzir a notícia das manifestações do dia 13 de junho, e tentar implantar na opinião pública uma espécie de justificativa para a violência da polícia no trabalho de dispersão do protesto, como forma de desmobilizar a agitação política, acabou por fornecer um combustível altamente inflamável, principalmente para a juventude da geração Web 2.0, que no dia seguinte fez repercutir criticamente, e com bastante humor também, pelo Facebook e Twitter o famoso editorial de Jabor e que serviu para estimular a convocação de múltiplas manifestações de solidariedade ao Movimento Passe Livre.

O movimento midiático de “sequestro do real”⁵ para seu esvaziamento e virtualização através da produção da notícia acabou por catalisar uma energia rebelde cujo excesso transbordou nas ruas de mais de 11 capitais do país. De certo modo, havia algo de sintomático nesta reação imprevista que pegou a velha mídia de surpresa: há uma nova geração que não se reconhece no discurso da mídia tradicional, e por isso, ela se tornou o alvo de muitos episódios de revolta violenta no decorrer das jornadas de junho.

⁵ Cf. BAUDRILLARD, Jean. Televisão/Revolução: o caso Romênia. In: PARENTE, André [ET AL]. Imagem Maquina: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

É nesta incredibilidade da mídia tradicional que há o espaço vago para que surjam mídias alternativas, como a Mídia Ninja, que se insere neste contexto e consegue agenciar um jeito peculiar de cobertura dos jornadas e que ganham a simpatia dos manifestantes. Este coletivo vai acabar se tornando um dos protagonistas desta trama histórica, pois de algum modo, sua articulação coloca em evidência uma disputa no campo simbólico, que possui algum potencial político, mas que, aos poucos vai se modificando, principalmente quando se transforma em notícia.

É esta a breve história que pretendemos contar. Ela possui uma relação umbilical com os protestos de junho. Na verdade as jornadas de junho alavancou sua emergência e possibilitou sua consolidação como veículo informativo, como “novo modelo de jornalismo”. A nosso ver poderia ter ido um pouco além, principalmente se houvesse investido na própria perca do controle de sua linguagem e levado ao limite um jornalismo sem modelo. Mas tentemos, ao menos, compreender como a Mídia Ninja se tornou, por algum tempo, uma potência divergente no espaço midiático.

Primeiras articulações

O mês de junho do ano de 2013 começou agitado. No dia 17 de junho, mais de onze capitais dos estados brasileiros foram tomadas por manifestações, que inicialmente, tinham a intenção de dar apoio ao movimento Passe Livre de São Paulo, que numa passeata, alguns dias antes, articulada pelas redes sociais digitais, sofreram uma forte repressão policial. Naquela segunda-feira de junho, as manifestações ganham força e durante toda semana, surgia nas redes sociais à chamada para mais manifestações em intervalos de dois dias. Ao fim da semana, não só as capitais presenciaram passeatas. Inúmeras cidades do interior dos estados aderiram ao “movimento”, mostrando a importância na mobilização utilizando as redes sociais digitais, e a potencialidade política da internet como meio de comunicação.

Esta é uma das características que aproximam as Jornadas de Junho com os movimentos de massa em rede como a Primavera Árabe, Os indignados da Espanha, *Occupy Wall Street*, Nos EUA e etc. Há outras similaridades que versam sobre a horizontalidade, ou seja, a ausência de lideranças exercendo o protagonismo nos protestos; aliado a isso, uma crítica a forma de representação política, levando em conta aqui as diferenças entre os países do ocidente (democracias liberais) e os do oriente médio (Ditaduras religiosas ou militares); crítica ao modelo econômico contemporâneo. De algum modo, as pautas e as mobilizações parecem inaugurar o tom das disputas

políticas do século XXI, onde a cidade aparece como cenário principal, e a ocupação das ruas reconfigura as formas de ocupação do espaço público, visando renovar a maneira de se exercer a prática política cidadã.

As Jornadas de junho coloca o Brasil neste novo cenário e ao mesmo tempo trazem à superfície algo que atravessa todos estes movimentos globais: o papel das diversas formas de mídia na catalisação e difusão das mobilizações, que vai da mídia tradicional às mídias sociais em rede.

No meio dos acontecimentos de junho, surge um grupo de “jornalistas midiativistas” que empunhando aparelhos celulares registravam ao vivo, pela internet, os protestos e divulgavam os links através de redes sociais como Facebook e Twitter. No perfil destas redes sociais aparecia o nome inusitado que faz referência aos agentes japoneses que serviam aos senhores feudais orientais para missões secretas: os ninjas. Mídia N.I.N.J.A, sigla para “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, transmitia com astúcia e improviso – como as táticas dos agentes japoneses em suas missões – e que nos links da transmissão, ora apareciam com a marcação *#midianinja*⁶, ora como nome do perfil nas redes sociais, trazia uma cobertura diferenciada dos protestos, ganhando uma notoriedade enorme, chegando a atingir cerca de 100 mil espectadores.

Rapidamente, a mídia tradicional pega de surpresa, precisou recorrer às imagens feitas por estes “jornalistas midiativistas”, usuários da tecnologia, atuando em rede, para “noticiar” os eventos daquele inverno “quente” brasileiro. De repente, a Mídia Ninja, além de produzir a informação, a notícia, se configurava como notícia, novidade que precisava ser debatida pelo “velho” jornalismo corporativo, trazendo à tona o impacto de suas transmissões.

Mas quem eram estes “ninjas”? De onde surgiram? Como se articularam e elaboraram estas transmissões? Surgiram ali no calor do momento, manipulando as mídias digitais ou já tinham uma articulação?

Embora tenham ganhado uma grande notoriedade ao transmitir ao vivo, sem cortes e censuras, as manifestações de junho, a Mídia Ninja e toda sua peculiaridade técnica e política, nasceram no seio de um movimento urbano de produção cultural independente, na busca pela construção de um meio de comunicação autônomo que desse conta de cobrir suas atividades. Por isso, começamos a contar a história desta articulação antes de explodir as manifestações de junho.

⁶ Este é um tipo de código utilizado nas redes sociais para marcar as postagens criando um banco de dados das temáticas.

A Mídia Ninja começou a ser concebida dentro da rede colaborativa de produção cultural Fora do Eixo⁷. Esta rede diz de um movimento urbano de produtores culturais ligados à área de música, que de forma independente buscavam fortalecer cenários musicais de cidades como Cuiabá (MT), Uberlândia (MG), Rio Branco (AC), Londrina (PR), cidades que se encontram fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo. A partir da organização de festivais de música independente que serviam para escoar a produção musical e criar a interação entre os diversos cenários, a rede Fora do Eixo, com o passar dos anos e seu crescimento, agregando coletivos culturais de todo o país, se configura como movimento social da área cultural, fornecendo um modo alternativo de produção, baseado no cooperativismo, na economia solidária e na autonomia dos agentes ligados a rede.

Este movimento surge da articulação de produtores culturais e artistas destas cidades. Um dos personagens principais desta articulação é o produtor cultural Pablo Capilé, oriundo de Cuiabá, e que parece ser um dos “ideólogos” do movimento. No processo de construção de um meio de comunicação independente que visasse cobrir os eventos da rede Fora do Eixo, Pablo Capilé conhece, através de uma entrevista, o jornalista Bruno Torturra, com quem passa a dialogar com o intuito de encontrar formas alternativas de transmissão dos eventos, buscando meios de produção mais acessíveis, de baixo custo, utilizando a internet. Deste diálogo surge a experiência de uma WebTV chamada Pós-TV⁸.

Foi durante o processo de elaboração da Pós TV, que a Mídia Ninja surge como ideia para um modelo de transmissão ao vivo, a partir do diálogo entre estes personagens, Bruno Torturra (repórter), Rafael Vilela (fotógrafo) e Pablo Capilé (agente cultural), que aparecem como líderes desta articulação, mas que possuem a colaboração de outros personagens, o que por sinal, a própria ideia de rede colaborativa implica. Seja como for, Capilé e Torturra falam que a rede Fora do Eixo foi uma espécie de incubadora para o surgimento da Mídia Ninja. Exatamente porque lá, na Rede Fora do Eixo, um dos princípios norteadores de suas produções é o processo colaborativo, este serviu como ambiente propício para uma experiência de mídia social, articulada em rede, em constante processo de interação entre os agentes desta rede e aberto a colaboradores que não necessitavam estar diretamente vinculados a esta.

⁷ Cf. <http://www.foradoeixo.org.br> . Acesso em: 20 Jun 2013.

⁸ Cf. <http://www.postv.org> Acesso em 25 Dez 2013.



Imagem 6: Redação da Mídia Ninja que funciona dentro da Casa Fora do Eixo em São Paulo e que serviu de base para a articulação das transmissões nas Jornadas de junho.

Numa entrevista cedida ao repórter André Forastierri, do Portal r7 em 31/07/2013, onde este pergunta se a Mídia Ninja é financiada pelo Fora do Eixo, Bruno Torturra responde:

A relação do Fora do Eixo (FdE) com a Mídia Ninja (MN) é umbilical. Nasce dentro da rede do FdE, a partir de um acúmulo de experiências de comunicação que começaram junto com a própria rede. O FdE segue sendo a estrutura humana e física que mantém a MN funcionando e crescendo. O "financiamento" do FdE é, sobretudo a dedicação total, o investimento humano e a tecnologia social que viabiliza a organização e nossa cobertura. Os custos não mudam muito do que já era a despesa da própria estrutura do Fora do Eixo. A maioria das câmeras, telefones, computadores já estavam lá. E é o Fora do Eixo principalmente que ajuda a responder e organizar os novos colaboradores. São redes indissociáveis.⁹

Implica que essa relação “umbilical”, forneceu o suporte técnico necessário para as coberturas feitas pela Mídia Ninja. Como a rede Fora do Eixo consolidou uma base em São Paulo através do que eles chamam de Casa Fora do Eixo, o núcleo principal da Mídia Ninja que atuou nos primeiros protestos do Movimento Passe Livre, estava localizado em São Paulo, e utilizou desta base para montar sua estrutura, mas conectado a todos os coletivos culturais espalhados pelo país e que fazem parte da rede Fora do Eixo, o que tornava mais rápida a difusão das informações produzidas pelo coletivo jornalístico, assim como a articulação para envio de material, como fotos e textos, de

⁹ Cf.FORASTIERI, André. Uma entrevista com Bruno Torturra da Mídia Ninja. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastierri/2013/07/31/uma-entrevista-com-bruno-torturra-da-midia-ninja> Acesso em 20 Ago 2014 .

colaboradores espalhados pelo país. A estrutura em rede da Mídia Ninja reflete a própria experiência de produção do ambiente ao qual ela surge; do solo fértil que a fez florescer: as lutas urbanas.

Mas não só isso. De alguma forma, o ambiente da Casa Fora do Eixo era favorável à troca de ideias e experiências. Assim, Bruno Torturra pode encontrar outros jovens jornalistas que se propunham pensar os impactos causados pelas novas tecnologias da comunicação, como a internet, e a crise de suporte que estas provocavam gerando um cenário de instabilidade profissional no ramo do jornalismo. Como o mesmo aponta quando relata:

A instabilidade do mercado, as mortes recentes de Ruy Mesquita e de Roberto Civita, a narrativa apocalíptica sobre o futuro do jornalismo, as demissões em cambalhada, o clima pesado entre os colegas – e um estranho e pouco comentado alívio entre os demitidos – eram as deixas perfeitas para um convite público, uma carta convocando possíveis interessados em estruturar a tal Mídia Ninja. Que, aliás, àquela altura já tinha sua comunidade no Facebook e cobria desde março protestos de rua e pautas ligadas aos direitos humanos.

A tese da convocação era muito simples: é um erro confundir jornal com jornalismo. A crise era do modelo comercial de produção e difusão de informação. Não poderíamos aceitar a derrocada do ofício, muito menos de sua relevância, como produto inevitável da obsolescência do modelo industrial, vertical, dependente de grandes verbas publicitárias e vasta circulação. Era preciso reconhecer que havia uma crise ainda mais profunda do que a financeira. Uma crise existencial no jornalismo. E que talvez ambas pudessem ser encaradas como uma só.

Essa era uma percepção empírica e de baixa amostragem, mas pela primeira vez os que haviam sido poupados pelo passaralho estavam mais deprimidos, mais desencantados do que os que foram parar na rua. De repente, e paradoxalmente, parecia mais espoliado quem sobrou nas redações, sobrecarregado de trabalho e desprovido de motivação. Daí o texto que divulgamos, “Ficaralho”, com a sugestiva provocação do termo. Se fode quem fica.

Se das redes e da inteligência coletiva emergisse um modelo capaz de sustentar e arejar a profissão, quem sabe o jornalismo não encontraria uma nova idade de ouro. Para mim, era o mínimo que poderíamos esperar da sociedade hiperconectada. Mas o convite explícito no “Ficaralho” era bem mais modesto: propunha uma reunião no Centro de São Paulo, aberta a qualquer interessado em discutir ideias e formas para viabilizar produção e difusão jornalística fora dos padrões comerciais e convencionais.¹⁰

Neste contexto é que Bruno Torturra fala de uma busca por um novo modelo de jornalismo que ultrapassaria o modelo fordista na produção da informação e estaria alinhado com os novos suportes da era digital. Por isso havia um investimento na experimentação de novas formas de cobertura, de suporte e afins levando em consideração todo ambiente tecnológico e social da era digital.

No que se refere à linguagem específica de transmissão ao vivo por streaming via celular, que acabou por se tornar uma espécie de estética ninja nas Jornadas de

¹⁰ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em 14 Jul 2014.

Junho, fazia parte da experimentação ligada a esta busca por um novo modelo de jornalismo.

Ainda em 2011, precisamente no dia 02 de julho, Bruno Torturra vai cobrir a marcha da maconha em São Paulo¹¹. Neste evento, ele experimenta a primeira transmissão ao vivo feita com smartphone, sendo a primeira transmissão com a técnica que posteriormente marcará a atuação da Mídia Ninja nas Jornadas de Junho. Esta experiência, este primeiro laboratório já parece ser o reflexo dos diálogos entre Torturra e o pessoal da rede Fora do Eixo na elaboração que culminaria na Pós TV.(imagem)

Até que as manifestações tomem as ruas naquele mês de junho em 2013, a Mídia Ninja seria apenas um projeto a ser construído, tateando ainda uma forma, um modelo, como nos fala Torturra, ainda incipiente e sem consolidação. Apesar de terem já experimentado fazer coberturas de passeatas e manifestações, ainda não tinham obtido repercussão tão contundente como a que os marcou nas Jornadas de Junho, não só do ponto de vista da elaboração de uma linguagem, mas também do ponto de vista da consolidação da rede.

Ninjas em ação nas jornadas de junho

No dia 13 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre de São Paulo articula uma passeata para reivindicar a revogação do aumento de tarifa empreendido pela Prefeitura. Uma forte ação policial reprimiu os manifestantes, com uma truculência absurda, ferindo muitos manifestantes, repórteres e transeuntes que passavam pelo local. Neste mesmo dia, Bruno Torturra relata ter marcado uma reunião da Mídia Ninja em São Paulo, reunião que fazia parte da agenda de construção do coletivo midiativista. Sabendo da articulação feita pelo Movimento Passe Livre, Bruno Torturra posta a seguinte mensagem no seu perfil do Facebook:

AVISO URGENTE SOBRE A REUNIÃO DO NINJA MARCADA PARA HOJE

Por conta da dimensão do protesto previsto para o final da tarde de hoje, muitos confirmados nos procuraram, questionando a segurança ou a viabilidade da reunião. Em virtude da grande proximidade da concentração dos manifestantes e do local marcado para nosso encontro, ambos no Vale do Anhangabaú, estamos CANCELANDO A REUNIÃO DE HOJE na Balsa.

Mas se o encontro era para discutir a importância e os novos modelos possíveis para um jornalismo independente, o NINJA convoca todos os jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas e comunicadores a participarem de uma

¹¹ Ver o vídeo disponível em: <http://us.twitcasting.tv/torturra/movie/1954281> Acesso em: 21 Abril 2014.

GRANDE COBERTURA, EM TEMPO REAL, DIRETO DOS PROTESTOS.

Lamentamos adiar mais uma vez nosso encontro, mas em um dia como hoje, quando a grande imprensa de SP provou ser tudo, menos objetiva, me parece mais importante, útil e simbólico, sairmos para a rua e, em vez de discuti-lo, mostrar como pode ser o futuro da nossa profissão ¹².

A astúcia de Torturra, ao convocar os interessados por um jornalismo independente, a cobrir direto dos protestos abriu caminho para o que, em poucos dias se tornaria o veículo de notícia mais dinâmico, interativo e de certo modo radical, na cobertura dos protestos.

Tal astúcia seria ainda recompensada pelo modo como a mídia tradicional iria tratar os fatos neste dia. Do constrangimento de Datena, ao propor uma enquete no seu programa Cidade Alerta, onde ele questionava se aquele tipo de manifestação era legítima, e convocava seus telespectadores a votar, foi surpreendido pelo apoio massivo destes para com a manifestação que reivindicava a revogação do aumento da passagem; ao editorial desastroso de Arnaldo Jabor, no Jornal Nacional, onde o mesmo se referia aos manifestantes como pseudorevolucionários de classe média que não precisam lutar por 0,20 centavos; o que se viu ao longo dos dias que se seguiram foi uma hostilização do modo como a mídia tradicional tratava a questão¹³. Este movimento da mídia tradicional na produção da notícia onde esta buscava esvaziar o conteúdo político dos atos de protesto, abriu um espaço vazio, uma crise de representação midiática, pois os manifestantes passaram a alvejar equipes de reportagens dos veículos tradicionais. É neste interstício, neste espaço vazio posto em movimento pela cobertura desastrosa da velha mídia, que as iniciativas da Mídia Ninja vão ganhar força e atrair a simpatia dos manifestantes.

Na verdade, se quiséssemos datar o início das Jornadas de Junho, o dia 17 de junho seria o marco inicial pela força mobilizada e pela quantidade de cidades que protestaram naquele dia. Era o ápice das manifestações que iniciaram em São Paulo, articuladas pelo Movimento Passe Livre, com uma pauta precisa de revogação do aumento da tarifa dos transportes, mas que trazia a marca de uma solidariedade em resposta à ação truculenta e violenta da polícia na tentativa de reprimir a manifestação do dia 13 de junho. E aqui encontramos a duplicidade das Jornadas de Junho – de sua efetuação enquanto acontecimento e de sua propagação nas mídias. Como fenômeno de mídia, o dia 17 de junho responde à repercussão da produção da notícia levada a cabo pela mídia tradicional, principalmente o tratamento dado a esta nas mídias sociais

¹² Cf. TORTURRA, Bruno. Disponível em: <https://www.facebook.com/bruno.torturra?fref=ts> Acesso em: 21 abril 2014.

¹³ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=ZzNXET0Mjf4> Acesso 20 jul 2014 e <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4> Acesso 20 jul 2014.

digitais, como Facebook e Twitter, onde grande parte dos protestos, que pipocaram em diversas cidades do país, foram convocados através destas redes. A sociedade brasileira foi pega de surpresa. Ninguém imaginava que isso poderia acontecer. Nem a velha mídia, nem a Mídia Ninja.

Tanto que a Mídia Ninja não conseguiu transmitir ao vivo através de celular, por não está preparada tecnicamente para isso¹⁴. A cobertura dos acontecimentos do dia 17 de junho foi feita através de fotos e depoimentos enviados por colaboradores que já tinham relação com a rede Fora do eixo e por isso tinham contato com o projeto Mídia Ninja e enviavam fotos e textos das cidades que estavam com as ruas ocupadas pelas manifestações. Através da página do Facebook, a Mídia Ninja reunia este material e publicava, onde era compartilhada por seus seguidores online. Até aqui, o papel da Mídia Ninja ainda se restringia a mero veículo de informação, como uma espécie de “webjornal”. Até aqui, a atuação da Mídia Ninja estava restrita aos acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo, onde estavam o núcleo inicial formado por Bruno Torturra, Felipe Peçanha e Rafael Vilela.

Só no dia seguinte, 18 de junho, é que a primeira transmissão ao vivo em *streaming* (vídeo transmitido ao vivo pela internet) das Jornadas de Junho vai ao ar, com Felipe Peçanha empunhando o celular, mostrando uma manifestação em frente a prefeitura de São Paulo. Bruno Torturra, num relato feito para a Revista Piauí, nos narra:

Foi sem um centésimo da presença popular da véspera que, na terça-feira, dia 18 de junho, a Mídia Ninja saiu do gueto. Aconteceu quando a completa ausência policial e a presença de alguns manifestantes com intenções suspeitas deu início ao quebra-quebra (inclusive esvaquiando vidros da Prefeitura) e partiu para alguns saques pelo Centro da cidade. Filipe Peçanha e Rafael Vilela, ou Carioca e Pira, respectivamente, moradores da Casa FdE, cobriam como Ninjas o protesto na frente da Prefeitura de São Paulo. Seguiram a turba até que, na rua Augusta, Filipe conseguiu sinal suficiente para acionar o *twitcasting*, um dos aplicativos que permitem a transmissão ao vivo, em baixa resolução, de qualquer *smartphone* conectado à internet. E passou a narrar o que via: a chegada da Tropa de Choque para conter o pequeno grupo que seguia em direção à Paulista.

Não foi a primeira transmissão ao vivo da Mídia Ninja. E nem de longe a primeira de Carioca. Ele era o principal responsável por colocar a PósTV no ar todos os dias. Não imagino alguém que tenha acompanhado e produzido mais horas de *streaming* no Brasil. Mas foi a primeira vez que transmitimos a ação da polícia contra manifestantes. E não só isso: éramos os únicos jornalistas em tempo real cobrindo os desdobramentos dos protestos em São Paulo. Menos de 24 horas depois do enorme levante.¹⁵

¹⁴ TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em 14 jul 2014.

¹⁵ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em 14 jul 2014.

Ao que parece, pela hostilidade dos manifestantes frente aos veículos da mídia tradicional, que rechaçavam equipes de reportagem tornando o ambiente tenso e conflituoso, neste dia a Mídia Ninja apareceu como único veículo que cobria a manifestação. Segundo o relato de Torturra, os ninjas eram os únicos jornalistas cobrindo em tempo real. Eles estavam preenchendo uma brecha deixada pela mídia tradicional, que naquele momento, era incapaz – ou incapacitada – de se fazer presente, ao menos diretamente ao vivo. Ao transmitir ao vivo a ação policial contra manifestantes através do celular, divulgando a transmissão pelo Facebook e pelo Twitter, haviam iniciado uma conquista no espaço midiático dominado pela mídia tradicional corporativa, criando, pela experimentação e astúcia tática, uma linguagem que os fariam ganhar a simpatia dos manifestantes e que se espalharia de forma viral pela internet. Aqueles que assistiam ao vídeo de baixa resolução divulgavam o link e a cada minuto a audiência aumentava e aos poucos uma rede se formava em torno deles. Deste dia em diante, a força da Mídia Ninja começa a ascender e ganhar contornos de protagonismo.

Na medida em que as manifestações se multiplicavam pelo país, foram aparecendo transmissões deste tipo nas redes sociais. Segundo o próprio Torturra, muitas destas transmissões que surgiram com a marcação *#midianinja* não foram articuladas por seus precursores de São Paulo. Surgiram de forma fluida, a partir do contato com as primeiras transmissões da Mídia Ninja pela rede e pela divulgação, ai sim pelos próprios ninjas, de um panfleto digital (Imagem 7), divulgado através do Facebook e Twitter, ensinando o processo para preparar o celular para transmissões ao vivo em streaming.



Imagem 7: Cartilha ensinando como transmitir ao vivo através do aparelho celular, veiculada através do Facebook e Twitter pela Mídia Ninja durante as manifestações das Jornadas de junho.

De repente, nos atos que se seguiram, não mais ligados diretamente à pauta do Movimento Passe Livre, mas pelo desdobramento da grande manifestação do dia 17 de junho, onde surgiram múltiplas pautas, que iam desde protestos contra os mega eventos esportivos – como a copa das confederações que ocorria naquele mesmo mês no Brasil – às lutas por saúde, educação, moradia.

É preciso situar este desdobramento e tentar encará-lo como também uma ressonância da mudança de postura da mídia tradicional, pois essa proliferação de pautas reivindicatórias está diretamente relacionada com tal movimento.

Ao perceber o que a repercussão de sua cobertura dos primeiros protestos implicou, os veículos da mídia tradicional mudam de postura. O evento sintomático disto se vê na retratação feita por Arnaldo Jabor, novamente no Jornal da Globo que foi ao ar no dia 17 de junho, quando admite ter errado sobre os vinte centavos e os revoltosos de classe média, e de repente o discurso midiático tradicional passa a falar de cidadania, da luta contra corrupção no governo – não na política de modo em geral –, de defesa dos interesses da nação, patriotismo e etc. Apesar do estrago feito pela sua postura inicial, a mídia tradicional, ao mudar de posição estrategicamente, tentando redirecionar os protestos, consegue introduzir outras pautas e encontra interlocutores que passam a ocupar as ruas também. Isso só intensificaria o processo de disputas nas ruas, politizando, para o bem e para o mal, as manifestações. É neste novo cenário, fruto do desdobramento do dia 17 de junho, que a Mídia Ninja vai se propagar, ganhar adesão e se configurar como rede colaborativa de produção de informação.

Começa então a aparecer transmissões ao vivo de protestos em Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza, cidades da região metropolitana de São Paulo, Natal, Vitória do Espírito Santo. Estas transmissões, segundo Bruno Torturra, não foram articuladas previamente. As pessoas levavam seus celulares para o protesto e começavam a transmitir ao vivo por *streaming*, e marcavam a transmissão com o nome da Mídia Ninja.

Segundo o relato de Torturra, após a revogação da tarifa do transporte rodoviário em São Paulo, que era a principal pauta do Movimento Passe Livre, e a crescente “salada ideológica” que tomava conta dos protestos, misturando anarcopunks, patriotas, partidos de esquerda, movimentos sociais, tendências da direita e etc., fizeram o MPL interromper a convocação de atos e passeatas. Com sua pauta já atendida, o movimento já havia perdido o controle das manifestações. Com isso, diante do recuo do MPL, segundo Torturra, a Mídia Ninja passa se constituir como o grupo “organizado” capaz de tomar as “rédeas” das manifestações.

De alguma forma, o compreensível recuo do Passe Livre, e sua dogmática ojeriza ao papel de liderança, abriram um vácuo de protagonismo nas manifestações. Todas as causas disputavam a frente: dos ativistas LGBT anti-Feliciano aos contrários à PEC 37; dos profissionais da saúde contrários ao Ato Médico àqueles favoráveis; dos Anonymous pedindo a cabeça de Dilma aos movimentos de periferia que paravam o trânsito no extremo sul da cidade. E todos os grupos que emergiam no Facebook e transtornavam o entorno dos estádios durante a Copa das Confederações. A única organização que estava criando uma narrativa em torno dos protestos em todo o país, e ao mesmo tempo sendo percebida como fruto deles, e fragmentária como eles, era a nossa.¹⁶

Essa pluralidade política encarnada nas ruas, encontrando vazão narrativa através das lentes dos ninjas, propiciou a Mídia Ninja se constituir como um agenciamento de múltiplas vozes que se reconheciam, dialogavam, de forma fragmentaria, mas com uma potência e exuberância raramente conseguida. A Mídia Ninja experimentou, durante cerca de duas semanas, uma pujança, um potencial em agenciar os manifestantes que alavancou a sua consolidação enquanto rede colaborativa. Reuniões foram marcadas para ampliar o quadro de seus agentes, onde, de toda parte do país em ebulição, aparecia simpatizantes querendo fazer parte da rede.

Neste caldeirão político, aberto pelos atos do MPL na capital paulista e viralmente espalhado pelo país, a Mídia Ninja ganha um destaque por oferecer um canal aberto, dialógico, articulado em rede, onde seus personagens mais atuantes na linha de frente perderá o controle sobre sua própria criação. As múltiplas transmissões que se vinculavam à Mídia Ninja tornou possível uma articulação de narrativas independentes em todo país.

De algum modo, isto politizava o cenário midiático, pois tal experiência abria espaço para narrativas heterogêneas, onde a multiplicidade de posições políticas ocupava o mesmo espaço das ruas, disputando pautas, discutindo suas ideologias, numa experiência de alteridade radical, que transbordava na adesão à Mídia Ninja e sua cobertura, a ponto de se apropriarem de sua linguagem e fazerem circular suas próprias transmissões.

Como estas transmissões eram feitas ao vivo, sem cortes ou censuras, de maneira bruta, com um suporte técnico barato e acessível, elas ultrapassariam a capacidade da mídia tradicional de cobrir os protestos, principalmente porque as transmissões eram feitas por manifestantes que portavam celulares. As cenas de tensão entre polícia e manifestantes, cenas de batalhas urbanas que ganhavam os monitores de

¹⁶ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em: 14 jul 2014.

todo país e se tornavam a pauta principal das redes sociais. Uma linguagem parecia está surgindo. Bruno Torturra então chega ao seguinte diagnóstico:

Por mais que tentássemos, não éramos mais um veículo, mas uma estética, uma modalidade de jornalismo que se confundia com ativismo. Pipocavam, uma atrás da outra, páginas de sucursais da MN de gente que nunca havia nos procurado. Garotos transmitiam com seus celulares, em primeira pessoa, e compartilhavam seus links com o *hashtag* #MidiaNinja. Blogs reuniam todos os *streamings* de rua simultâneos pelo país como se todos fizessem, e não faziam, parte de nossa rede.

Perdíamos o controle sobre quem falava em nome da Mídia Ninja. E, longe de nos incomodar, abraçamos o carma com um slogan: “Somos todos Ninjas.”¹⁷

Esta perda do controle sobre quem falava em nome da Mídia Ninja, a nosso ver, constitui o maior potencial exercido pela rede. Apesar de Torturra falar de “uma nova modalidade de jornalismo que se confundia com ativismo”, ela parece ultrapassar qualquer limite e por em cena muito mais um jornalismo sem modelo, uma apropriação tática de uma forma para que se esgote em si mesma, se fragmentando em múltiplas experimentações cuja intensidade e força poderia por em movimento toda potência criativa heterogênea que pairava na própria dinâmica das manifestações. O “somos todos ninjas” serviria apenas para o agenciamento dessa heterogeneidade através do diálogo e da troca de saberes pontuais, locais, para tentar desestabilizar e escapar de qualquer captura.

“O jornalismo de baixa resolução e alta fidelidade viralizou pelo Twitter”, nos diz Torturra. Anunciando a emergência de uma “disputa de memes”, ou seja, uma disputa simbólica em torno das práticas jornalísticas, suas instituições, seus padrões e modelos de produção, com imagens do espaço urbano atravessado por um transe político na ebulição das ruas ocupadas pela revolta. Mas este cenário não duraria por muito tempo.

Na medida em que o mês de junho passava, as manifestações iam perdendo força em algumas cidades. Apenas São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre e principalmente Rio de Janeiro, mantiveram as mobilizações. Com isso, a própria virulência de transmissões foi diminuindo, e aqueles agentes ninjas que surgiram de norte a sul do país ficavam mais distantes do núcleo precursor de São Paulo, que migrariam para o Rio de Janeiro, e investiriam na consolidação de seu modelo de jornalismo em rede. O grande potencial tático de sua técnica, posta em movimento entre os dias 18 de junho até o início de julho, nas cidades ainda em agitação, sairia de cena aos poucos, para dar lugar ao jornalismo ativista em rede.

¹⁷ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em: 14 jul 2014.

Com a visita do Papa no mês de julho, para a Jornada da juventude, evento organizado pela Igreja Católica que reuniria jovens católicos de vários países, uma nova onda de protestos, no Rio de Janeiro principalmente por ser a sede do evento católico e esta recebendo o Papa, volta a desfilar pelas ruas. No dia da chegada do Papa, 22 de julho, Bruno Torturra, Felipe Peçanha e Rafael Vilela foram cobrir o evento. Numa barreira feita pela polícia para demarcar um perímetro de segurança e blindar o Papa de possíveis protestos, os manifestantes se agrupavam, com palavras de ordem e cânticos de “Fora Cabral”, governador do Rio de Janeiro.

A polícia entra em ação, disparando bombas para dispersar os manifestantes, a tensão começa e Felipe Peçanha passa a transmitir toda movimentação da Tropa de Choque. Empunhando o celular, Peçanha registra toda a ação policial, quando é abordado por um policial a paisano e em seguida é preso, registrando todo o ocorrido com sua transmissão. Outros midiativistas presentes à cena passam a registrar o momento da prisão de Peçanha, e um coro passa a ser entoado pelos manifestantes: “solta o ninja!”. Felipe entra no camburão e é levado para delegacia.



Imagem 8: Momento em que Felipe Peçanha é conduzido à delegacia pela Polícia Militar.

Neste evento, outros colaboradores da Mídia Ninja também foram presos e levados à mesma delegacia. Durante toda noite, os manifestantes ficaram diante da delegacia entoando palavras de ordem: “libera a mídia ninja!”. Aos poucos, vão saindo os midiativistas presos. Ainda restava um, Bruno Teles, o qual a polícia estava acusando de incitar a violência no protesto daquela noite. Contudo, com uma apuração de vídeos

feitos por manifestantes, ficou provado que Bruno Teles não havia cometido o delito e foi liberado. Como relata Torturra:

A inocência de Bruno já era defendida na rede, com o compartilhamento de vídeos. Enquanto parte da MN editava um *pot-pourri* com legendas e *close-ups* dos principais *takes*, fazíamos a primeira reunião aberta no Rio, numa sala da Universidade Federal do Rio de Janeiro abarrotada de gente a fim de conversar e compor com a MN. De repente, alguém levanta a mão e avisa: o *Jornal Nacional* acabava de dar uma matéria sobre a noite da véspera. Bruno Teles e a Mídia Ninja eram os protagonistas¹⁸.

Este evento marca o momento em que a Mídia Ninja torna-se o protagonista nos noticiários da TV. As imagens da prisão feita por Felipe Peçanha, assim como as imagens produzidas por outros midiatisvistas e manifestantes, ganhavam as telas através dos telejornais, que não dispo de imagens própria, produzidas por suas câmeras, precisavam recorrer àquelas imagens de baixa resolução. Desde então, a Mídia Ninja ganha a visibilidade, que na rede web, àquela altura já existia, nos meios de comunicação mais tradicionais, como a TV. De certo modo, há um sentimento de conquista que perpassa o coletivo em rede, diante deste acontecimento, diante da sua, por assim dizer, “captura” pela mídia tradicional, ainda que esta prestasse um enorme serviço para consolidação da Mídia Ninja e seu protagonismo nos desdobramentos das jornadas. Pode-se perceber isto na sequência do relato de Torturra sobre o ocorrido:

Um bloco inteiro do noticiário destacava a prisão, a reação popular e a soltura dos Ninjas, num momento em que as atenções estavam focadas na visita do papa. Mas, o mais importante: a matéria detalhava o caso Bruno Teles, desmontando a argumentação oficial e sugerindo a participação de policiais infiltrados, esses sim os verdadeiros “vândalos” da segunda-feira. E tudo a partir das nossas imagens e das que nos foram enviadas por cidadãos com uma câmera na mão. A inocência de um manifestante era demonstrada em rede nacional por causa do jornalismo Ninja. Muitas pessoas se revoltaram ao ver a Globo usando nossas imagens – sentiram-se usurpadas. Mas a maioria só pôde comemorar: era a quebra final de uma barreira que afastava da massa o jornalismo independente. Para mim, um sinal de que as Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação eram o caminho certo. Capazes de soltar inocentes e constreger o poder. E contaminar a opinião pública¹⁹.

Com os holofotes apontados para aquela forma peculiar de cobertura jornalística, a Mídia Ninja se transformaria na experiência de midiativismo que criou uma nova modalidade de jornalismo, mas também pôs em xeque o modelo do jornalismo como profissão. Algo que Bruno Torturra já percebia ao dizer:

A partir do *Jornal Nacional*, o jogo virou novamente. De veículo independente, novidade a ser discutida, a Mídia Ninja se tornou catalisadora de um debate maior. Sobre a própria imprensa e sua crise – de credibilidade,

¹⁸ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em: 14 jul 2014.

¹⁹ Idem.

de finanças, de função social. Nos transformamos em assunto dos articulistas de política. Todos os veículos voltaram a ligar, dessa vez com outras perguntas. Mais sobre a mídia e seu futuro do que sobre as ruas e as redes sociais. Mais sobre quem nos financiava do que o que pretendíamos. E nossos detratores, cada vez mais raivosos, pararam de questionar quem estava à frente, passando a fazer suposições sobre quem estaria por trás. Bem, para uma tropa de jornalistas de gabinete, quem estaria nos financiando? Quem seria o Grande Arquiteto? O PT, é claro... Era quase cômico, mas estávamos perdendo o controle narrativo sobre quem éramos.

Menos de uma semana depois da cobertura do *Jornal Nacional*, ligam da TV Cultura: o *Roda Viva* queria a Mídia Ninja no centro da arena. Deixamos a ideia decantar por dois dias, e topamos.²⁰

Além de fazer a relação entre a atuação dos ninjas e o cenário político, havia a percepção da perda de “controle narrativo” sobre quem era a Mídia Ninja. Esse desdobramento, essa captura, como se toda realidade fosse sequestrada e transformada em pura informação, proliferando viralmente, como querela profissional atrelada ao futuro do jornalismo, leva a um debate midiático que afogaria as disputas das ruas, mesmo que em seu período já residual nos meses de julho e agosto, na polarização entre as possibilidades da mídia alternativa e o ainda forte poder da mídia tradicional.



Imagem 9: Frame de vídeo da transmissão da Globo News no momento em que Felipe Peçanha é liberado.

Daqui em diante, a Mídia Ninja, aos poucos vai perdendo sua característica de um agenciamento coletivo de “multiparcialidades”, como tática de uma guerrilha informacional, para se constituir como veículo alternativo de informação, se consolidando enquanto rede colaborativa instituída, e ocupando um “lugar próprio” de

²⁰ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> Acesso em: 14 jul 2014.

oposição ao modelo midiático tradicional, cuja “linha editorial” desta mídia alternativa caminha para dar voz aos movimentos sociais e as lutas por seus direitos, assumindo algo que a mídia tradicional não aprova, ao menos não abertamente, que é a tomada de lado, assumindo a posição “ideológica” de sua produção informativa, ignorando as prescrições sobre a imparcialidade.

A Mídia Ninja como notícia

No dia 5 de agosto, Bruno Torturra e Pablo Capilé são entrevistados no Programa Roda Viva²¹ da TV Cultura em São Paulo (imagem 10). A principal pauta do programa é a Mídia Ninja. Em um contexto bem diferente de quando esta surgiu no calor das manifestações, agora a Mídia Ninja tinha rosto, nome próprio e cabeças, que já estavam pensando em como manter a rede.



Imagem 10: À esquerda Pablo Capilé, coordenador da Rede Fora do Eixo e a seu lado Bruno Torturra, coordenador da Mídia Ninja sendo entrevistados no programa Roda Viva da Tv Cultura em São Paulo.

De algum modo, após o episódio do dia 22 de julho, noticiado pelo Jornal Nacional, este seria o momento preciso para tornar público a querela sobre o papel da imprensa, do jornalismo, sua crise no contexto digital e ao mesmo tempo apresentar um diagnóstico propositivo que apontaria os caminhos possíveis para o jornalismo profissional enfrentar os desafios da era digital. Assim, talvez o que Torturra e Capilé

²¹ Cf. Roda Viva. TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>
Acesso em: 12 ago2013.

não tenham levado em conta, é que, ao enfrentar a velha mídia na sua própria arena, na “sua casa”, eles estariam lançando a Mídia Ninja e suas propostas no universo da espetacularização, que atrairia todo tipo de análise e uma exposição sem controle, criando um fluxo de superabundância de informação, que no mínimo, desviaria o foco das questões que eles visavam levantar para politizar o cenário midiático.

Naquela roda formada por jornalistas e professores de comunicação, duas questões principais recorrentemente entravam em cena: “isso que a Mídia Ninja faz é jornalismo?” e “como a Mídia Ninja se mantém?”. Entre as respostas dadas pelos dois representantes da Mídia Ninja, naquela ocasião, e as perguntas que misturavam curiosidade e interesses políticos, parecia haver um abismo: “qual o modelo de negócio da Mídia Ninja?”, perguntava um dos componentes da roda aos entrevistados, utilizando categorias que expressam a transformação da informação em mercadoria, seguindo o modelo industrial, que respondiam mais ou menos da seguinte maneira: “na lógica das redes, a colaboração coletiva na produção da informação é fundamental. Estamos buscando formas para nos manter dentro desta lógica da colaboração em rede. Não tratamos a informação baseados no modelo industrial do lucro”.

Aquele programa daria o tom da polarização levada a cabo por parte dos profissionais da comunicação, vinculados à mídia tradicional, que pareciam não compreender. O primeiro foco no processo de questionamento da Mídia Ninja se daria, inicialmente, pela íntima relação com a Rede de coletivos Fora do Eixo (FdE), representada na figura de Pablo Capilé, que sempre será indagado sobre sua relação com lideranças políticas, vinculadas ao governo, assim como a capitação de recursos via editais públicos, o que, para os críticos, seria uma estranha relação institucional já que a rede FdE se diz independente. Esta temática, que emerge já em algumas perguntas feitas no programa Roda Viva, torna-se central na repercussão que o referido programa propiciou.

Em uma matéria feita para a Carta Capital, publicada em 16/08/2013, pode-se perceber este procedimento. Logo no início do texto encontramos a “surpresa” de Lino Bochini e Piero Locatelli, ao perceber a presença de Pablo Capilé ao lado de Bruno Torturra, que segundo os autores, Torturra era a única figura de referência da Mídia Ninja conhecida por eles. A partir desta “surpresa”, Bochinni e Locatelli, se referindo à relação entre Mídia Ninja e Fora do Eixo, pontuam:

A novidade foi a presença de Pablo Capilé, criador do coletivo Fora do Eixo, guru de uma nova forma de ativismo. Ficou clara a ligação umbilical dos dois (Ninja e Fora do Eixo), antes praticamente desconhecida.

Por que essa relação virou alvo de tantas críticas? Em pequenos círculos, não é de hoje, corriam acusações contra o movimento. A exposição

de Capilé amplificou as acusações nas redes sociais, espaço de excelência do grupo.²²

Então, a rede Fora do Eixo e seu líder Pablo Capilé passam a protagonizar, no referido texto, um conjunto de denúncias feitas por “dissidentes” da rede. As acusações vão de constrangimentos pessoais, atitudes autoritárias e uso de bens e rendas dos integrantes. Pintando um quadro onde a prática de lideranças, como Capilé, mostram a pouca novidade do ativismo ali posto em prática. A matéria menciona pouco a Mídia Ninja, quando o faz trata de apresentá-la apenas como o braço comunicacional da rede FdE, sem, no entanto se aprofundar no processo de produção do coletivo, nem apontar críticas às suas transmissões. As críticas se voltam apenas para Capilé e a rede Fora do Eixo. Uma possível estratégia que visa desarticular, desviar o foco, daquilo que a Mídia Ninja colocaria em movimento nas Jornadas de Junho e que Capilé, no programa Roda Viva chama de “multiparcialidades”, combatendo o ideal da imparcialidade jornalística.

Ainda na tentativa de questionar o coletivo jornalístico seguindo a mesma linha de argumentação acerca da figura de Pablo Capilé e a rede FdE, uma matéria publicada no portal virtual da revista Veja, no dia 5/08/2013, feita por Reinaldo Azevedo, parte para semelhante acusação e acrescenta um argumento ético da prática jornalística. Com fotos de Capilé e Torturra com personalidades políticas ilustrando o texto, o autor sugere que:

Essa gente realiza uma suposta cobertura jornalística a partir de um ponto de vista: o dos manifestantes. Tente encontrar um só vídeo ou uma só abordagem que não caracterizem os manifestantes como anunciadores de uma nova era e os policiais como brucutus a serviço da repressão. Não há! Além da ideologia, há razões que poderíamos chamar, de algum modo, “de mercado”. A “Mídia Ninja” não quer trair o seu público... A palavra “NINJA” é uma sigla: significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”. Independente de quem ou do quê? As companhias frequentes parecem falar por si²³.

O jornalismo “alternativo” da Mídia Ninja, ao se posicionar do lado dos manifestantes, estariam indo contra os princípios democráticos, que para Azevedo, sempre foram defendidos pela imprensa “tradicional” através de uma suposta neutralidade que busca ouvir os envolvidos dos dois lados dos fatos. O autor assume que não existe isenção, e então sugere que o lado tomado pelos veículos de comunicação mais tradicionais é o lado dos valores democráticos. Para tanto, o autor faz a seguinte afirmação:

²² Cf. BOCHINNI, Lino; LOCATELLI, Piero. Coletivo Fora do Eixo. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html> Acesso em: 21 março 2014.

²³ Cf. AZEVEDO, Reinaldo. Estes são os candidatos a ditadores da “mídia alternativa”. Ou: imprensa presta servilismo ético e estético a autoritários disfarçados de libertários. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/estes-sao-os-candidatos-a-ditadores-da-midia-alternativa-ou-imprensa-presta-servilismo-etico-e-estetico-a-autoritarios-disfarcados-de-libertarios> Acesso em: 25 maio 2014.

Não existe, de fato, isenção absoluta — não na boa imprensa ao menos, aquela que, ao longo dos anos, contribuiu para criar as sociedades mais democráticas e mais abertas do planeta. Mais do que contribuir: ela foi e tem sido um dos seus pilares.

Essa boa imprensa de que falo se torna ainda melhor a partir, justamente, do ponto em que deixa de ser isenta para assumir um lado. Qual lado? O dos valores democráticos! Isto mesmo: nas sociedades livres, o jornalismo não está comprometido apenas com a isenção no relato das partes em conflito. A depender dos atores, a depender do objeto que esteja em disputa, a depender da contenda, assumir um lado é um imperativo ético²⁴.

Dessa perspectiva, o Reinaldo Azevedo vai tecendo suas críticas numa tentativa de retirar o selo de “jornalismo” da prática dos ninjas argumentando que a ética destes não condizem com a ética apregoada pelo autor e pelo veículo ao qual este responde. Sua argumentação passa então a criticar os manifestantes mais radicais e violentos para justificar a sua crítica acerca do “lado” tomado pela Mídia Ninja, por sua parcialidade em relação aos manifestantes. Assim o autor lança a sentença:

É evidente que isso pode ser qualquer coisa — jornalismo não é. Jornalistas não comemoram invasão de prédios públicos, ainda que, intimamente, possam concordar com ela e até vibrar. Isenção e neutralidade absolutas reitero, não existem porque, numa democracia, a imprensa livre é um dos esteios da democracia e está comprometida com os seus valores²⁵.

Misturando a crítica às relações de Capilé e Torturra com lideranças políticas, o que, segundo Azevedo, coloca em dúvida a independência dos coletivos em questão, com uma perspectiva muito peculiar e dicotômica da “boa imprensa” que defende valores democráticos, os argumentos vão oscilando entre a definição do que seria o “verdadeiro” jornalismo, sua ética, concebida em termos morais, e o ataque aos personagens desta nova forma de jornalismo, que segundo o autor, por se posicionar, tomar partido nos conflitos das ruas e narrar o fato desta perspectiva, estariam indo de encontro com a ética e os valores democráticos defendidos pela “boa imprensa”.

Ao mesmo tempo, Azevedo escamoteia as próprias relações consolidadas entre o “Jornalismo” que ele defende, e os grupos econômicos que os financiam. A estratégia agora se mostra não só na argumentação polêmica frente às lideranças, mas também na moralização da prática jornalística através de um maniqueísmo conveniente.

Outra linha de questionamento da prática jornalista dos ninjas surge através de artigos em veículos impressos, que se refere ao modo como a Mídia Ninja financia suas produções. Num artigo publicado no portal de O Globo, em 04/08/2013, intitulado

²⁴ Cf. AZEVEDO, Reinaldo. Estes são os candidatos a ditadores da “mídia alternativa”. Ou: imprensa presta servilismo ético e estético a autoritários disfarçados de libertários. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/estes-sao-os-candidatos-a-ditadores-da-midia-alternativa-ou-imprensa-presta-servilismo-etico-e-estetico-a-autoritarios-disfarçados-de-libertarios> Acesso em: 25 maio 2014.

²⁵ Idem.

“Ninjas querem verba oficial para sobreviver”, Chico Otavio relata uma reunião da Mídia Ninja onde, mais uma vez, no relato, a figura de Pablo Capilé se torna a personagem principal, só tratando do tema proposto pelo título no primeiro parágrafo do tópico “Ninjas querem sair do Facebook” que diz:

Nos próximos dias, os ninjas pretendem inaugurar um portal próprio, livrando-se da carona dada pelo Facebook. Querem crescer, mas nem todos parecem dispostos a pagar o preço. Manter um portal e equipes aptas a receber, editar e distribuir o conteúdo produzido tem custo. Uma das alternativas é incorporar o PayPal, sistema que permite ao público pagar pelo que consome. Outra é buscar dinheiro público, lançando os ninjas no mundo das coisas formais que tanto combatem²⁶.

No restante do artigo, Chico Otavio relata a mudança da equipe de São Paulo para o Rio de Janeiro, lugar onde a efervescência de junho se estendeu até o início de dezembro e por isso se tornou o epicentro de protestos, que tornaram a Mídia Ninja visível. Com certa lucidez, o autor passa a sugerir que o fenômeno “Mídia Ninja” ainda buscava ser compreendido pelos estudiosos da comunicação, citando falas desses estudiosos, mas para fundamentar o eixo de sua argumentação.

É preciso levar em conta que a Mídia Ninja, até então, ainda estava em construção, ou seja, não possuía uma forma definida, nem de financiamento, nem de manutenção, e ainda muito dependente do apoio da rede Fora do Eixo. As questões sobre o financiamento de suas atividades foram postas em cena, de certo modo, para expor esta fragilidade, já que Torturra e Capilé apresentavam análises sobre a situação do jornalismo baseado no modelo industrial, sua defasagem e a necessidade de encontrar novos modelos. Uma das propostas sugeridas por Torturra e Capilé para a manutenção das atividades da Mídia Ninja era o financiamento coletivo, ou “vaquinha online”, que, tão logo anunciada, seria alvo de questionamento.

Em artigo publicado no Estadão há um questionamento sobre a qualidade técnica das transmissões da Mídia Ninja. O questionamento parte da ideia de que para que se ofereça um serviço de informação onde o “público” seja convocado a manter o veículo, este precisaria garantir a qualidade técnica da produção. Segundo Fernando Gabeira, autor do artigo:

A Mídia Ninja dá a entender que pretende financiar seu trabalho com apoio dos próprios leitores. É o que tentam fazer algumas agencias de fotógrafos, via crowdfunding(...) Mas as experiências de financiamento entre os fotógrafos partem de um portfólio mostrando a capacidade especifica do profissional e do detalhamento do projeto a ser financiado. É uma tentativa

²⁶ Cf. OTÁVIO, Chico. Ninjas querem verba oficial para sobreviver. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258> <acesso em: 23/02/2014>.

de reinserir no fluxo de informações um material de alta qualidade que as circunstâncias econômicas das revistas já não permitem financiar(...)

A primeira condição de crowdfunding, em jornalismo, é a alta qualidade do material produzido, o que a Mídia Ninja não pode oferecer pelas circunstâncias da cobertura e pelo precário domínio técnico. Viver disso significa preocupar-se com detalhes: ângulo, luminosidade, enquadramento, composição – enfim as técnicas que permitem transmitir a informação com nitidez. Se tudo isso é considerado secundário, o que é o principal? Estar presente e tomar partido dos oprimidos, ainda que a mensagem seja um lixo técnico.²⁷

O conjunto desta argumentação coloca em cena as disputas estéticas. O “lixo técnico” a que se refere Gabeira é o que marca a perspectiva estética da Mídia Ninja que tenciona o padrão de qualidade estética que os recursos técnicos das grandes redes midiáticas impõe, experimentando precariamente a partir de recursos técnicos disponíveis no cotidiano.

Numa outra linha de argumentação, agora a crítica busca cobrar um padrão técnico levando em consideração a possibilidade de participação financeira do público, e partindo da ideia que este público exige uma maior qualidade técnica. O pressuposto utilizado no artigo é de que, quem acompanha a Mídia Ninja, seu público, possui um perfil de consumidor nos moldes em que o jornalismo comercial opera. Que este público apenas recebe a informação por consumo. O que o artigo não leva em conta é que o público da Mídia Ninja também produz e troca informação sem necessariamente cobrar algo por isso. Parece que as formas de financiamento baseadas em *crowdfunding* estão mais ligadas a gestos colaborativos, baseados no valor de uso mais do que no valor de troca. Deste modo, o principal parece ser a produção colaborativa de informação e não o lucro que essa produção possa gerar, nem tampouco o conforto técnico impecável.

A Mídia Ninja, ao se tornar notícia, e por algum tempo, ser a pauta principal de um conjunto amplo de veículos de informação, acabou sendo tragado pelo próprio fluxo informacional que sua atividade parecia tentar combater. Se a sua atuação nas jornadas de junho apontavam para um combate contra a suposta “imparcialidade” da mídia tradicional na cobertura dos protestos, o seu protagonismo transformado em notícia desviava a atenção até das próprias manifestações, que sumiram das telas, folhas e *home pages*, para dar espaço a um novo protagonista, centro das atenções da informação espetacularizada. As querelas em torno da profissão de jornalista, os debates sobre novo modelo de jornalismo, as apaixonadas discussões sobre financiamento e independência destes novos modelos, faziam desaparecer, como gesto de prestidigitador, a própria

²⁷ Cf. GABEIRA, Fernando. Mídia Ninja e o futuro desfocado. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-,1064592> Acesso em: 20 jul 2014.

“multiparcialidade” que os diversos “ninjas sem mídia” puseram em movimento nas jornadas: o “somos todos ninjas” saía de cena para dar lugar ao debate sobre os “ninjas profissionais”, ou seja, sobre a profissionalização dos ninjas.

Depois do dia 5 de agosto de 2013, daquele “Roda Viva” pautado na atividade da Mídia Ninja e de toda repercussão do debate, uma outra Mídia Ninja surgiria. Agora estimulada a responder todo questionamento acerca da relevância de sua atividade jornalística, assim como sobre sua independência política, econômica e cultural. As astúcias inventivas postas em cena nas jornadas de junho, principalmente na semana do dia 17 de junho até meados de julho, davam lugar para as reuniões de pauta, busca de formas de manutenção, viabilidade das formas de financiamento; mas agora ancorado neste turbilhão provocado pela exposição midiática, que vai do rechaçamento corporativo à adesão solidária de jornalistas sensíveis às proposições lançadas nas telas de Tv, páginas de jornal e monitores de PC.

A própria linguagem que os tornaram referência de cobertura ao vivo de protestos, as transmissões ao vivo em *streaming* aos poucos vai dando lugar a matérias, com texto e imagem fotográfica, trazendo para o mundo das redes digitais, a forma do jornalismo impresso. Não que esta forma tenha sido abandonada. Nos muitos protestos de ruas, manifestações articuladas por movimentos sociais, greves e passeatas, protestos anti-copa do mundo, que surgiram posteriores as jornadas de junho, foram transmitidos ao vivo seguindo a mesma linguagem. Mas aí já não era mais uma tática de cobertura, já havia se consolidado como forma: o celular na mão e a ideia na cabeça. Assim como aqueles que seguram o celular não são mais os “ninjas sem mídia”, anônimos das manifestações que “abriam uma live”²⁸ e compartilhavam com a marcação #midianinja, lançando, pela dispersão, a sua parcialidade singular.

Em recente entrevista para revista Muito, Pablo Capilé, ao ser perguntado sobre novos projetos, que fossem além das coberturas ao vivo, para Mídia Ninja responde:

A Mídia Ninja, mais do que um veículo de comunicação, é um sintoma da crise de intermediários que a velha mídia vive. Hoje as pessoas emitem e recebem informação o tempo inteiro. A Mídia Ninja é só uma consequência disso. O que vai ser dela, na verdade, é o que está sendo de uma economia narrativa no mundo. As disputas simbólicas, narrativas, a liberdade que você tem de fazer com que as informações circulem tudo isso foi matéria-prima para que o Mídia Ninja conseguisse se posicionar. Mas ele deu muito mais visibilidade para uma massa de mídias do que, propriamente, veio para substituir a mídia de massa. Isso vai acontecer naturalmente em 10, 15 anos. Essa massa de mídia vai ser muito mais crítica, diversa. A Mídia Ninja não é o começo nem o fim. É o meio.²⁹

²⁸ Esta expressão foi utilizada pelos midiativistas na interação entre eles nos protestos e significa que iniciaram uma transmissão ao vivo por streaming.

²⁹ Cf. MENDONÇA, Tatiana. Abre Aspás. Revista Muito. Salvador, BA, n.330, p. 6 – 10 set. 2014.

Ainda que tal diagnóstico lance interessantes desdobramentos, há que perscrutar alguns pressupostos. Esse emitir e receber de informação o tempo inteiro aponta também para uma superprodução de informação, que acaba por soterrar o acontecimento com uma carga de virtualização tão forte que parece fazer desviar de qualquer vestígio de realidade. Se informar a partir de informações. Claro que esse contexto de superprodução de informação coloca em perigo o monopólio exercido pela mídia tradicional, principalmente pela multiplicação de meios de produção acessíveis posto em cena pelo avanço tecnológico de aparelhos. Mas ao mesmo tempo, esta mesma mídia tradicional tem acesso a toda essa massa de informação produzida fora de seus domínios. A massa de mídias também está na mira da mídia de massas. De algum modo ambas se retroalimentam, e qualquer desdobramento político passa pela capacidade de disputar a “opinião pública” através da disputa pela produção e difusão da informação.

Mesmo que a Mídia Ninja tenha trazido à tona essa massa de mídias, e tenha, por um período preciso, politizado o cenário midiático ao criar uma linguagem divergente ao modelo padrão de jornalismo, ela não destruiu a capacidade dos outros veículos de informação ligados à mídia tradicional em influenciar a “opinião pública”. Apenas produziu uma pequena fissura que, em poucas semanas, foi soterrada pela espetacularização posta em movimento pela velha mídia, que lançou aquela “novidade”, aquele fenômeno, para mais uma vez alimentar a ferocidade ávida a devorar novidades e desgastá-las: a “opinião pública”.

E isto fica mais claro ao percebermos os desdobramentos da exposição midiática da Mídia Ninja e os rumos que esta passou a tomar após esta exposição. Uma saturação que aparece na seguinte fala de Bruno Torturra:

E, dias depois da ascensão e queda da Mídia Ninja no pós-*Roda Viva*, achei conveniente sair do ar.

Não conseguia mais manter o prumo, fazer planos ou pensar o que a MN era agora. A boa notícia era constatar como, com uma página no Facebook, ela havia conquistado um colossal capital simbólico, tinha virado o debate sobre mídia e comunicação em rede no Brasil e legitimado dezenas de jovens a falar em nome dela. A notícia ruim era ver que a MN – que havia conquistado um colossal capital simbólico, tinha virado o debate sobre mídia e comunicação em rede no Brasil e legitimado dezenas de jovens a falar em nome dela – ainda era apenas uma página no Facebook.

O plano de financiá-la, de desenvolver uma estrutura editorial e investir no jornalismo de fôlego estava refém do déficit entre seu enorme simbolismo e sua estrutura gasosa. Precisávamos de um muito adiado site. E de alguma orientação sobre como organizar equipes e financiar não apenas a produção, mas o tempo e a dedicação integral de jornalistas e comunicadores³⁰.

³⁰ Cf. TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua> <acesso em: 14/07/2014>.

A Mídia Ninja das agitadas manifestações, nas Jornadas de Junho, perdia sua força, força esta que a projetou no espaço midiático, não só como linguagem, mas também como ato político. Ela ainda está atuando. Além da página no *Facebook*, *Twitter*, agora possui um site em parceria com uma organização internacional³¹. Nas tentativas de manifestação durante a Copa do Mundo de 2014, as transmissões ao vivo em *streaming* voltaram a aparecer com certa força. Mas agora não era mais uma característica exclusiva do coletivo jornalístico. Até a Globo News transmitiu ao vivo uma manifestação, no dia 12 de junho de 2014, no Largo da Lapa, no Rio de Janeiro, utilizando um aparelho celular. E com isso percebemos a virulência do desgaste de sua linguagem, de sua singularidade, que nas jornadas de junho foi capaz de agenciar uma rede heterogênea de imagens das manifestações, e que agora compõe, apenas, mais uma informação, ou, se preferir, veículo informativo, no banco de dados da cultura contemporânea. A massa de mídias como notícia na mídia de massas.

³¹ Cf. <https://ninja.oximity.com/> Acesso em : 20 jun 2014.

CAPITULO III

MIDIATIVISMO E CRISE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IMAGÉTICA

A própria cidade e a vida urbana aproximam-se do escatológico que anima um pensamento político levado até o seu impossível. Todas as chamadas de ordem às jornadas de junho e sua recomposição como novas representatividades, ou exercícios políticos, ou avanços além do modelo democrático, devem ser execradas. Nem a esperança de sua continuidade deve ser alimentada. Daí não desejar, nem esperar absolutamente nada, muito menos o comunal, pois o exercício da vertigem como ato político se esgota nele mesmo, sendo a nadificação o lugar de imanência, onde perda e doação absoluta acontecem sem nenhuma reserva ou economia que promova a gestão da dissipação energética.

Washington Drummond – Muros: da cidade capsulada ao surto heterológico.

Avenidas tomadas por milhares de pessoas, entoando palavras de ordem, convocando àqueles que apenas assistiam, na beira da calçada, a marcha revoltosa que ocupava o espaço público e resignificava a cidade (Imagem 11). Ao redor, câmeras de todos os tipos, das sofisticadas grande angulares das emissoras de TV aos aparelhos celulares do cidadão comum registrando e transformando em cena os protestos que varreram diversas cidades do país. Ruas tomadas e câmeras em punho e o acontecimento permanentemente duplicado em imagens e difundido por todo tipo de mídia.

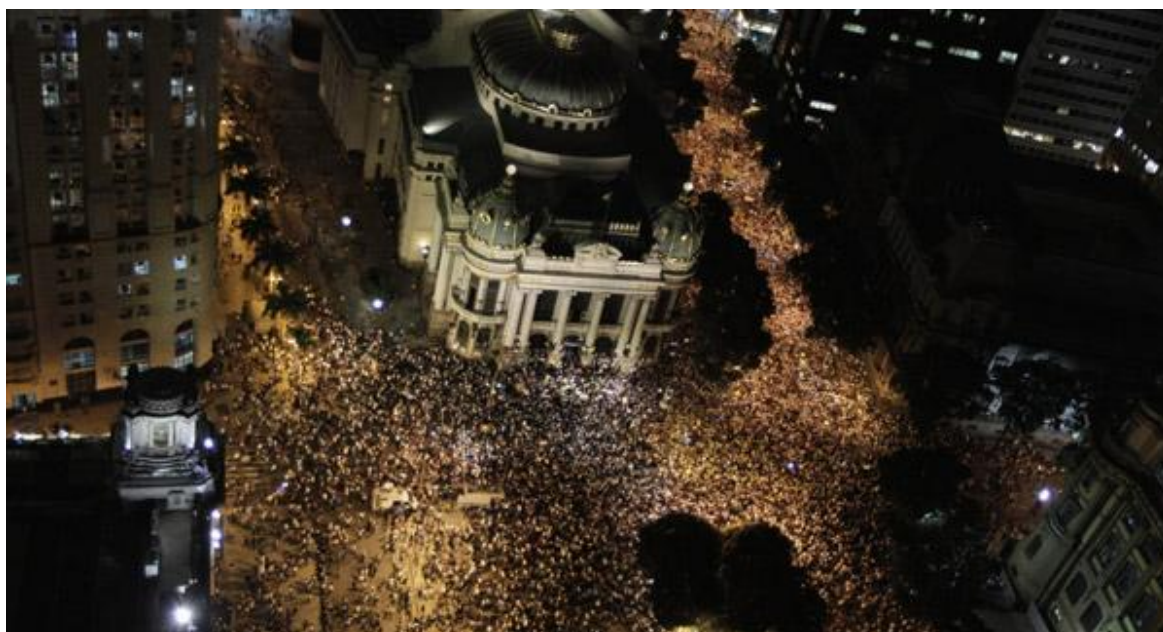


Imagem 11: A Cinelandia, na cidade do Rio de Janeiro ocupada por multidão durante as Jornadas de junho.

As jornadas de junho trazem para a cena as lutas urbanas. A luta contra a tarifa dos transportes pautando o direito de ir e vir na cidade; as demandas pelos serviços básicos de educação e saúde; a luta pela moradia; a luta contra a guerra aos pobres e o

extermínio da juventude negra; a luta pela democratização da mídia; a luta por uma cidadania que vá além do poder de consumo. Todas estas pautas perpassam a gestão da cidade, incide sobre os caminhos traçados pelos sucessivos governos e suas respectivas políticas. E todas estas questões são atravessadas pelas relações entre o Estado, o mercado e as corporações de mídia, que a cada dia mostram interesses comuns entre si, ou seja, a gestão dos fluxos de capitais alinhados com programas globais neoliberais.

Em linhas gerais, é neste tom que a obra *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013) oferece um conjunto multidisciplinar de interpretações acerca das Jornadas de Junho. Os conflitos urbanos são analisados por diferentes autores, de campos do saber que vão do Direito Social, da sociologia ao urbanismo, mas que é atravessado por temáticas marxistas, configurando a referencia básica das análises. Com isso, de algum modo, as questões urbanas, os conflitos e tensões são pensados a partir das relações econômicas e suas contradições ainda que mobilizem outros aspectos da vida social urbana contemporânea, como a internet, as redes sociais e o papel da mídia corporativa.

No rastro desse referencial marxista, o livro é atravessado por uma tentativa de dar um sentido político para as manifestações, partindo deste pressuposto acerca da mercantilização do espaço urbano e das tensões sociais decorrentes dela. Entre o direito à cidade e a organização das lutas urbanas, as análises buscam propor encaminhamentos que organizem estas lutas, buscando avaliar o saldo positivo das Jornadas de Junho.

No ensaio “Quando a cidade vai às ruas”³², Carlos Vainer, tecendo uma análise da conjuntura neoliberal no ambiente urbano, sugere pensar os megaeventos esportivos como a expressão da mercantilização da cidade, o que gera a violação de direitos fundamentais dos cidadãos, criando com isso o contexto de revolta que tomou as ruas em junho de 2013. Assim, sugere Vainer:

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto (VAINER, 2013, p. 39).

Na contingência histórica que acumulou ao longo dos anos as tensões urbanas, abafadas por estratégicos esvaziamentos e endurecimento repressivo do Estado, é neste

³² Cf. VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia...[ET AL]. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

registro de “explosão” que as jornadas de junho são interpretadas. E com a “explosão” se espalham micropartículas políticas, com amplo espectro ideológico, que saem de seus espaços confinados e ocupam as ruas.

Segundo Vainer, é na organização de movimentos sociais como os comitês de atingidos pelas obras da Copa, os movimentos por gratuidade do transporte público, os movimentos de ocupação de espaços públicos para fins culturais que podem servir de referência para resistir e lutar contra a “cidade neoliberal” atravessada pela mercantilização do espaço público urbano. Por isso Vainer dirá:

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social.

Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação(VAINER, 2013, p. 40).

O tom propositivo do enunciado de Vainer aponta para um encaminhamento positivo das Jornadas de junho na articulação das lutas urbanas. Mas o caráter explosivo das manifestações que varreram o país anunciou, ao menos durante os protestos, um transbordamento da política, cuja “explosão” que tomou as ruas, trouxe a tona uma fragmentação das formas consolidadas de fazer política, provocando o seu espalhamento por todo corpo social e atingindo amplos setores do cotidiano urbano. Deste modo, os deslocamentos provocados por essa explosão, fez com que se expressasse de forma contundente uma rejeição às instituições políticas como os partidos políticos, as lideranças e qualquer protagonismo de tais instituições.

Mesmo o MPL, que num determinado momento perdeu o controle sobre as manifestações, saiu de cena para deixar o fluxo dessa explosão política seguir até seu esgotamento. Ainda que os movimentos sociais possuam potencial político para articular as lutas urbanas, nas Jornadas de junho, onde muitos deles estiveram presentes, a política foi experimentada por uma multiplicidade que trazia à tona a diferença, através dos vários espectros ideológicos que iam da extrema esquerda ao conservadorismo de direita e o patriotismo verde-amarelo. Assim, a explosão do dissenso urbano nas jornadas de junho não só abriam possibilidades para que os movimentos sociais urbanos se contrapusessem à cidade neoliberal, mas liberou o campo político para a experimentação de múltiplas formas de disputas, que encontraram nas ruas o lugar de vazão deste fluxo excessivo do político.

É preciso notar também o contexto tecnológico atual que através de diversos aparelhos propiciam a estes movimentos sociais um grau dinâmico e abrangente de

comunicação entre si, e que nas Jornadas de junho, desempenharam uma função de convocação através das redes sociais, mobilizando diversos setores da sociedade. Esta mesma cidade neoliberal é também a cidade cibernética, que através deste aparato tecnológico cria um amplo ambiente midiaticizado que permitiu uma grande interação entre as realidades urbanas do país. Neste sentido, talvez falte este debate, nas análises de Vainer, sobre a relação com a técnica e as possibilidades abertas pela experimentação midiativista baseadas nas novas tecnologias da comunicação e informação.

No ensaio “Em São Paulo o Facebook e o Twitter foram às ruas”³³ Leonardo Sakamoto parte exatamente dessa relação com as novas tecnologias de comunicação para analisar a influência e importância das redes sociais na formação política da juventude que foi às ruas. Partindo do argumento de que os políticos não compreendem o Facebook e o Twitter como ferramentas que podem articular processos de politização, tomando-os apenas como meras ferramentas descritivas ou publicitárias, Sakamoto faz a seguinte observação:

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (2013. p. 95)

Tal observação coloca em perspectiva a importância da tecnologia e seu aparato nos desdobramentos políticos postos em movimento nas Jornadas de junho por uma juventude que possui outra sensibilidade acerca das lutas sociais e urbanas. Portanto, para Sakamoto, há uma crise no sistema político representativo pois o mesmo não provocou mudanças no *status quo*, nem garantiu avanços sociais que contemplasse a juventude e de certa forma a população, que foi mantida até então sob controle. Assim, esta juventude constrói suas pautas a partir de lutas que vão das liberdades individuais, do direito ao uso do próprio corpo, da qualidade de vida nas grandes cidades e etc.

Contudo, Sakamoto também percebe que nas manifestações ocorridas em São Paulo, apareceu uma parte da juventude que nunca havia participado de ações políticas. Esta imaturidade, aliada a revolta e a vertigem política das ruas, fez com que muitos deles tomassem partido de grupos de direita e forças conservadoras, extrapolando sua revolta num antipartidarismo fascizante, que explodiam em disputas ideológicas, debates acalorados e às vezes até cenas de violência física. Este cenário esboçado por Sakamoto, onde há embates ideológicos, que estavam nas ruas e nas redes sociais,

³³ SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia...[ET AL]. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

mostra o caráter explosivo das manifestações de junho e como tais questões foram extravasadas nas ruas por uma juventude multifacetada atravessada por fluxos afetivos às vezes dissonantes, trazendo à tona o clima de crise de representação que discutiremos mais adiante.

Outro ensaio, intitulado “A rebelião, a cidade e a consciência”³⁴, Mauro Luis Iasi sugere a cidade como lugar das contradições do sistema capitalista. Articulando noções marxistas Iasi sugere que “a cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013, p. 41). Assim, as relações sociais urbanas são marcadas pela contradição, que segundo Iasi, são experimentadas de forma individualizada e fragmentada, desarticulando a percepção coletiva destas contradições.

Portanto, a consciência, segundo Iasi, estaria sendo determinada pelas formas de sociabilidade do capital, cuja ideologia cumpre o papel de representar a realidade como única, ou seja, a realidade das relações de produção capitalista, que são imutáveis e naturais. Esta consciência moldada pela ideologia burguesa é a que desarticula uma percepção das contradições urbanas articuladas com as relações de produção. Contudo, quando as contradições se acumulam no seio da cidade e a própria vida se torna impossível, é na forma de explosão que a rebelião se expressa tomando as ruas e reconfigurando, ainda que por um curto período de tempo, o campo político pela experimentação e articulação entre os fluxos do desejo. Como nos diz M. L. Iasi:

A vida que pulsava transbordou, e o dique da ideologia não foi capaz de contê-la. Todo movimento da objetividade que rompe as formas antigas traz duas possibilidades: instituir novas formas ou representar as velhas em nova roupagem [...] Nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem as velhas formas serão enterrados com ela (2013, p. 46).

De algum modo, o caráter panfletário visível no final deste enunciado de Iasi coloca em cena a tentativa de encaminhar, canalizar, as disputas políticas que explodiram nas ruas em junho de 2013, para uma forma já conhecida de fazer política.

Ora, mas quando apostamos na rebelião do imaginário político precisamos levar em conta a potência de seu fluxo liberado pela revolta. Por isso, querer encontrar nos protestos de junho os caminhos que renovariam o cenário político não pode partir de uma tentativa de “enquadrar” as manifestações, conjurando, por exemplo, os desejos

³⁴ IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia...[ET AL]. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

moldados pelo conservadorismo de direita, ou clamar pelo protagonismo das lutas de esquerda. É o próprio caráter explosivo das Jornadas de junho que permite o desfile de uma salada ideológica. É esta pluralidade política do desejo que pode explodir as representações fixas, cuja ideologia burguesa serve de base, abrindo caminho para outras “consciências”. Ou seja, é um campo de disputas e a rua foi o palco para que este fluxo ganhasse vazão.

Longe de pretender dar uma direção ao fluxo explosivo das Jornadas de junho, talvez seja preciso tomá-lo como uma forma de transe político que ao trazer à tona a rebelião do desejo produziu fissuras e brechas que atravessaram todo campo social urbano. A surpresa provocada pela força e contundência das manifestações de junho provocou também o desejo de interpretá-las, talvez para que sua duração se prolongasse e delas pudessem tirar algo de produtivo para o cenário político nacional. Mas, como transe político, as manifestações pareciam ser atravessada por um acúmulo de energia que encontrou nas ruas o lugar para seu gasto sem reservas, levando ao limite a revolta, cujas cenas de violência e conflito, entre as forças da ordem (que também foi excessiva na repressão) e os manifestantes, assim como entre os próprios manifestantes e suas disputas ideológicas, demonstravam o caráter vertiginoso e incontrolável da explosão dos protestos. Como sugere Washington Drummond, acerca das Jornadas de junho³⁵:

As críticas às recentes manifestações públicas se caracterizam pela recusa, além da indisfarçável surpresa, das indefinições reivindicatórias e do desvio das práticas políticas consolidadas. Como reimaginar as cidades quando se rompe a comunidade, o dissenso assume formas exteriores aos esquemas representativos da democracia e a diferença se esfuma numa alteridade radical? Os comentários favoráveis às jornadas de junho advogavam uma rápida retomada pelas manifestações, passados os arroubos iniciais, das convenções do exercício político, antes que estas perdessem força, lamentando a fugacidade do movimento e o risco de desaparecerem sem deixar rastro. Os dois lados dos comentários agiam no sentido de provocar uma homeostase no ambiente político nacional. Não seria o contrário? Não deveríamos cotejar com urgência a emergência dessas forças entrópicas e excessivas? (DRUMMOND, 2013, p. 29)

Portanto, talvez, numa outra perspectiva, seja possível vislumbrar as Jornadas de Junho como gasto sem reservas, como pura explosão dispendiosa, que num momento de furor coletivo, trouxe para as ruas um acúmulo de energia política que precisava romper seus limites institucionais e disputar, pela experimentação, outras formas do exercício político – inclusive técnico.

³⁵ Cf. DRUMMOND, W. Muros: da cidade capsulada ao surto heterológico. Revista Muros: territórios compartilhados. Salvador, BA, n.1, p. 27 – 32, outubro 2013.

De algum modo, as análises acima discutidas trazem o traço de um desejo para prolongar as Jornadas de junho e tentar dar uma direção política ao fluxo das disputas. Mas tais análises, embora possuam uma vitalidade crítica, negligenciam aspectos importantes do cotidiano urbano contemporâneo, principalmente, sobre as relações sociais urbanas mediadas por um aparato técnico, que nas Jornadas de Junho, foram apropriados e deslocados, no seio dessa explosão que rompeu os limites das convenções políticas consolidadas, criando outras percepções do espaço urbano.

A relação entre política e técnica, nas Jornadas de Junho, traz a tona, por seu caráter explosivo, as disputas em torno do imaginário das cidades. Assim, um conjunto de imagens do urbano circulou e viralizou pela internet e outras mídias. As transmissões da Mídia Ninja servem de exemplo, e colocam em cena uma disputa simbólica em torno das imagens da cidade veiculadas por emissoras de TV através das coberturas telejornalísticas, que de algum modo visam esvaziar a tensão das ruas, simulando o consenso através das imagens. E é no jogo com a técnica que as imagens da Mídia Ninja surgem como contraponto a essa produção de imagens da mídia corporativa.

A rebelião do desejo enquanto explosão parece ter fragmentado algumas representações e colocado em cena uma crise de representação, que atravessa tanto o campo social da política, assim como o campo midiático das imagens.

O transe político das ruas e a crise de representação moderna

As iniciativas de interpretação no “calor da hora” das Jornadas de Junho traçam um roteiro que sugere a apropriação do espaço urbano para fins mercadológicos, dividindo a cidade em lotes a serem explorados economicamente. E tal política coloca em xeque diversos direitos dos cidadãos, amplificando as diferenças sociais, criando zonas de privilégio no uso do espaço urbano, despejo de famílias para obras de mobilidade para atender às demandas dos eventos esportivos de caráter internacional, a “limpeza social” perpetrada pelos batalhões especiais da Polícia Militar nas periferias. Assim, um quadro de tensão vai se configurando e o acúmulo de demandas populares não satisfeitas pelos sucessivos governos vai aumentando até que exploda nas ruas, como visto nas Jornadas de junho.

Aliado a isso, um conjunto de imagens veiculadas pelas corporações midiáticas tentam conformar tal política urbana como necessária para o desenvolvimento econômico do país, apoiando os eventos esportivos e todo seu “legado” perverso de despejos, ocupação militar das zonas periféricas, repressão e criminalização dos

movimentos sociais e de defesa de direitos. Um apoio que se dá pela utilização de imagens onde tais conflitos são apaziguados, na tentativa de simular o consenso dando um ar de tranquilidade nas cidades em ebulição política.

Mas será que os protestos de junho foram apenas uma reação as políticas econômicas baseadas no modelo neoliberal, acentuando a desigualdade social e atualizando a luta de classes? Ou terá sido, além disso, a explosão de uma crise de representação acerca dos valores da modernidade, de suas instituições políticas, econômicas e culturais?

Georges Bataille ao propor uma economia geral que leve em consideração o movimento de energia do globo, buscando criticar a noção de utilidade da economia clássica, sugere que os processos de acumulação não têm como finalidade o lucro, mas sim o gasto improdutivo, a luxúria³⁶. Assim, Bataille propõe a seguinte argumentação:

Partirei de um fato elementar: o organismo vivo, na situação determinada pelos jogos da energia na superfície do globo, recebe em princípio mais energia do que é necessário para a manutenção da vida: a energia (riqueza) excedente pode ser utilizada para o crescimento de um sistema (de um organismo, por exemplo); se o sistema não pode mais crescer, ou se o excedente não pode ser inteiramente absorvido em seu crescimento, é preciso necessariamente perde-lo sem lucro, despende-lo, de boa vontade ou não, gloriosamente ou de modo catastrófico (2013 [1949]. p.45).

Partindo deste princípio, Bataille sugere que a sociedade industrial, baseada na acumulação e no lucro, analisada a partir desta perspectiva de uma economia geral, não desenvolveu um meio para que o excedente que não serve ao desenvolvimento do sistema fosse dilapidado, despendido.

Isso porque as retomadas de desenvolvimento que procedem da atividade humana – e que técnicas novas mantêm ou tornam possíveis – sempre tem um duplo efeito: utilizam, em uma primeira etapa, uma parte importante da energia excedente, mas em seguida produzem um excedente cada vez maior. Esse excedente contribui, em segundo lugar, para tornar o crescimento mais incômodo, pois não é mais suficiente para utilizá-lo. Em um determinado ponto, o interesse da extensão é neutralizado pelo interesse contrário, o do luxo: o primeiro ainda atua, mas de modo frustrante, incerto, quase sempre impotente. A queda de curvas demográficas talvez seja o primeiro índice da mudança de sinal ocorrida: doravante, o que importa em primeiro lugar não é mais desenvolver as forças produtivas, mas despende luxuosamente seus produtos (2013[1949]. p.56).

Se a modernidade é atravessada pelos processos de homogeneização, através da racionalidade técnica aplicada à vida social produtiva, o atual estágio do desenvolvimento tecnológico, a produção automatizada e a constante produção e troca de informações, talvez propicie um acúmulo excessivo, uma superabundância de coisas e símbolos que são consumidos sem finalidade, sem utilidade, um gasto improdutivo

³⁶ Cf. BATAILLE, Georges. A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

que leva à saturação das formas e suas excreções excessivas, o seu dispêndio luxuoso, como sugere Bataille.

Talvez, então, possamos sugerir que as Jornadas de junho, que a ocupação rebelde das ruas colocava em cena não apenas uma negação do modelo econômico posto em prática pela gestão política da cidade, mas a afirmação do esgotamento por um acúmulo de excedente do projeto moderno e suas formas, cujo sintoma aparece com a crise de representação política – a crítica aos governos e sua forma de gestão empresarial e aos partidos políticos como forma de atuação política –, que, a ocupação das ruas pelas multidões numa espécie de transe político experimentam outras formas de atuação; mas também, aliado a isso, uma crise de representação midiática – cuja expressão é a violenta reação à presença das redes de TV das corporações de mídia, que durante os protestos foram fortemente rechaçadas por transmitir imagens que criminalizavam os protestos de rua.

Segundo Rudá Ricci (2014) os protestos e manifestações públicas, que vão da primavera árabe, passando pelo *Occupy Wall Street* e os indignados da Espanha, chegando até as jornadas de junho no Brasil, inauguram o século XXI por expressar aquilo que ele chama de “divergência geracional” ao sugerir que há um embate de formas e ideias do século XX com o século XXI. Reconhecendo a forma burocrática, fundada numa racionalidade que busca eficiência, como uma forma moderna da lógica societária, Rudá Ricci sugere que o século XXI traz a tona outras formas que reconfiguram essa lógica societária. Para ele

A estrutura organizacional clássica do mundo moderno é a burocrática. Estrutura verticalizada em que todos os espaços no interior da organização são ocupados e possuem uma funcionalidade para a saúde e ação do todo. A estrutura burocrática forma uma comunidade de comandos internos que define práticas coesas e discurso unificado.

Partidos políticos, estrutura estatal, organizações da sociedade civil, corporações profissionais, organizações confessionais contemporâneas, grande parte das organizações modernas apoia-se nesta lógica verticalizada e racional pareciam refutadas nas ruas, no final do outono brasileiro de 2013. (RICCI; ARLEY, 2014, p.209).

Esta análise implica que as ruas tomadas pela multidão em protesto colocavam em cena uma crise de representação política, que extrapola o campo institucional formal da lógica societária moderna, e explodem em múltiplas formas de expressão nas cidades brasileiras, como a negação de partidos políticos e a caçada as bandeiras nos atos, o rechaço as “lideranças” e o consenso em relação à horizontalidade das decisões, ainda que certo protagonismo do Movimento Passe Livre possa ser notado. Mas a própria

estrutura deste movimento possui princípios políticos alinhados ao que se expressaram nas ruas durante as Jornadas de junho³⁷.

Esta crise de representação política traz a tona a “divergência geracional”, no embate entre a lógica burocrática centralizadora e a lógica descentralizada das redes. Segundo Rudá Ricci, a lógica das redes lida com adesão por afinidade afetiva, a multiplicidade de canais de diálogo, intensificadas por uma comunicação socializada principalmente através da internet, além da provisoriedade e dinamismo das adesões (RICCI; ARLEY, 2014, p. 214-215). Isto sugere que as organizações em rede não possuem um modelo único, deixando espaço para a experimentação de múltiplas formas de organização, que inclusive podem reconfigurar as formas modernas acumuladas e assimiladas ainda que sejam deslocadas para novos agenciamentos.

Nas manifestações de junho, as ruas se tornaram um grande palco para experimentação nesses moldes, e pela contundência e uma expressividade violenta, parece estar num certo transe político, numa espécie de orgia rebelde consumindo as formas assimiladas pelo acúmulo das experiências políticas surgidas na modernidade. Por isso podíamos assistir, em muitas manifestações de rua, uma grande diversidade ideológica, uma multiplicidade de agentes políticos que vão de anarquistas, partidos de esquerda, grupos neonazistas, posições de direita, patriotismo e etc. Um carnaval político cheio de blocos e alas de múltiplas tendências que em meio à tensão das disputas nas ruas coexistiam extrapolando os limites da política institucionalizada.

Para Rudá Ricci a lógica das redes atravessada pelas paixões políticas não buscam a renovação do campo institucional, não visam nenhuma estabilidade e permanência que possa fixar a ação política como modelo de atuação. Assim, as dinâmicas das redes lidam muito mais com os fluxos de afetividade, emergência e agenciamentos pontuais que ignoram a institucionalidade como forma de permanecer, de se prolongar nas disputas políticas (RICCI; ARLEY, 2014, p. 217). Mas o que dizer do Movimento Passe Livre, um dos protagonistas das Jornadas de Junho, que se configura como movimento social e, portanto com alguns aspectos institucionais, mas que opera com a lógica das redes cujos princípios são a horizontalidade, a descentralização das decisões, a autonomia individual, o agenciamento pontual com outros movimentos sociais, afinidade afetiva das lutas urbanas?

A atuação do MPL nas convocações dos atos que deram início às manifestações de junho serviu para catalisar um conjunto heterogêneo de insatisfações acumuladas no

³⁷ Cf. Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia.[ET AL]. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

cotidiano das grandes cidades que explodiu nas ruas, de forma vertiginosa e excessiva que detonou os limites que aprisionavam o campo político nas esferas institucionalizadas segundo a lógica burocrática da modernidade. Assim, a política se espalhou pelas ruas em forma de transe, violento, excessivo, como uma força incontrolável, restituindo o campo político à arena das disputas no cotidiano.

A crise de representação política, que se expressava nos protestos não parecia ser apenas uma negação unívoca da lógica moderna no campo institucional, mas também a experimentação dispendiosa de formas políticas da modernidade, acumuladas e assimiladas (Imagem 12).

Uma multiplicidade ideológica, mas que foram deslocadas de seu “lugar próprio”, o campo político institucionalizado, encontrando nas ruas em transe político o espaço para sua expressão, ainda que divergências ideológicas provocassem tensões e reações violentas. Este acontecimento, de caráter sísmico, abalou ao menos por algumas semanas, as estruturas de poder e transbordou para além do campo político institucional.



Imagem 12: Faixa em meio à multidão demonstrando a pouca receptividade a partidos políticos.

A política, como dissenso, disputa e conflito estava nas ruas, em forma de transe e que se espalhou até afetar a forma como a velha mídia representava este acontecimento, da criminalização inicial ao apoio com sugestões de pautas consensuais e gerais, criando uma fissura, uma brecha, ainda que momentânea, que abalaria as estruturas do poder midiático.

Portanto, aliado a esta crise de representação política havia também uma crise de representação midiática. A hostilidade dos manifestantes frente aos veículos de comunicação da mídia corporativa expressa o sintoma desta crise de representação midiática.(jogar com a mídia tradicional) A multidão em revolta não se via representada pela abordagem feita pelas emissoras de TV, assim como por jornais tradicionais e outros meios e por isso rechaçou de forma violenta a presença de muitos jornalistas, chegando ao paroxismo ao incendiar um carro de apoio da TV Record, e “deprestar” uma sede da Rede Globo(Imagem 13 e 14).



Imagem 13: Carro da Record incendiado por manifestantes durante protesto em São Paulo.



Imagem 14: Manifestante deprestando sede da Rede Globo no Rio de Janeiro.

Segundo Venicio A. de Lima, no seu ensaio *Mídia, Rebeldia Urbana e crise de representação*³⁸, apesar da importância das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), que servem de suporte para as redes sócias virtuais, na articulação dos protestos e nas vidas dos jovens que saíram às ruas, a velha mídia ainda possui um papel central na formação da opinião pública. Para o autor,

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia – televisão, rádio, jornais e revistas – é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto (LIMA, 2013, p. 89).

Partindo dessa premissa, Venicio A. de Lima sugere que, apesar de grande parte da juventude que foram as ruas nos protestos de junho, estarem mais habituados a se relacionar com as novas mídias sociais, eles dependem da velha mídia para que suas inquietações façam parte de um debate público e ganhem visibilidade. Ainda, segundo a concepção do autor, a velha mídia brasileira tem colaborado para agravar a crise de representação política ao investir na constante desqualificação dos políticos e da própria política, agravando a crise de representação, aliado a esta postura, a velha mídia também tem bloqueado o acesso à voz pública as demandas sociais da população. Assim, Venicio A de Lima sugere:

Cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa e nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – nem de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia (LIMA, 2013, p. 90).

Tal enunciado nos indica o processo ao qual estamos chamando de crise de representação midiática. O que vem à tona é esse “bloqueio” às vozes divergentes da sociedade que não encontram espaço no debate público perpetrado pela velha mídia. Contudo, a nosso ver, este enunciado também negligencia a forma astuta e criativa de apropriação das TICs para o agenciamento de praticas midiativistas que de certo modo preencheram, ainda que de forma incipiente, o vazio desta crise de representação.

É verdade que os jovens – e demais setores populares da sociedade brasileira – não se viam representados nas coberturas da velha mídia, mas este espaço foi ocupado pelo midiativismo de coletivos jornalísticos como a Mídia Ninja, que diante de tal cenário, soube se apropriar das TICs e das redes sociais para criar um canal de produção, difusão e troca de informação que chamou a atenção desta mesma “velha

³⁸ Este ensaio compõe a coletânea de textos que analisam as jornadas de junho. Cf. MARICATO, Ermínia. [ET AL]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

mídia” em crise, além de, com astúcia, jogarem com a mídia tradicional presente nas ruas em busca de visibilidade, e levantando inclusive o debate sobre o papel dos veículos de comunicação e dos jornalistas profissionais nas coberturas de eventos políticos como as Jornadas de junho.

Ainda que momentaneamente, a centralidade da velha mídia foi abalada, deixando pequenas brechas ocupadas pelas iniciativas de midiativismo, que estavam nas ruas, participando de todo processo, vivenciando todo o clima de tensão. A crise de representação midiática abriu um precedente para outra percepção do espaço urbano mediatizado, ou seja, outra produção de imagens do urbano, agora em efervescência política, com ruas tomadas por multidões, pela tensão das disputas e pela apoteose do dissenso e das divergências. As imagens transmitidas ao vivo pela Mídia Ninja não só preenchem um espaço de representação que a velha mídia não mais conseguia ocupar como deslocava a forma de representação do espaço urbano que a velha mídia historicamente vem produzindo.

Crise de representação imagética da cidade: entre o consenso simulado e o transe político

O espaço urbano mediatizado provoca uma duplicidade perceptiva deste espaço, criando uma percepção virtualizada, transformando em cena a experiência direta do urbano. Imagens de ruas, bairros, avenidas e praças supõe (ou se sobrepõe) um imaginário sobre o urbano que se processa não apenas pela percepção direta dos espaços, mas também por sua percepção audiovisual.

Quando nos deparamos com as imagens do urbano veiculadas por emissoras de TV adentramos neste universo de percepção duplicada, encenada e simulada, que acrescenta ao imaginário urbano a sua virtualização, reduzindo o campo sensorial de percepção. O debate sobre a centralidade e o monopólio do debate público da velha mídia, especificamente do papel da televisão, sugerido por Venício A. de Lima, nos serve para colocar em perspectiva a construção – e manipulação – da “opinião pública” através da veiculação de imagens do urbano que simulam um consenso sobre a cidade e as diversas forças que coexistem e se chocam na disputa por seu imaginário. Aqui identificamos uma crise de representação imagética.

Parece haver algumas temáticas recorrentes que atravessam as coberturas televisivas, através das imagens de matérias telejornalísticas, acerca do espaço urbano. É preciso salientar que as emissoras de TV são corporações midiáticas e que seus

procedimentos são atravessados por interesses mercadológicos e, portanto disputa pelo imaginário urbano para estabelecer as condições para exploração econômica da cidade.

A própria cidade já é atravessada por forças econômicas que a estratificam criando zonas de riqueza e luxo, como os bairros residenciais com condomínios fechados de acesso limitado, assim como zonas de pobreza como as favelas e periferias, além das zonas de comércio e consumo, que também expressam a estratificação social: como os shoppings centers e lojas de luxo para os ricos e classe média e as feiras de comércio popular para os pobres e periféricos. O espaço urbano nesta lógica implica uma disputa definida pela renda que estratifica o espaço público urbano. Isso significa que no espaço urbano há conflitos e tensões impostos por esta lógica que atravessa a sociabilidade nas cidades.

É neste jogo de forças que as imagens do urbano veiculadas pela televisão disputam o imaginário das cidades. É por isso que as imagens televisivas precisam simular o consenso, para tirar de cena as tensões e conflitos que a lógica de mercado impõe às realidades urbanas. E mais, como sugere Baudrillard quando diz que

a televisão termina nos inculcando a indiferença, a distância, a dúvida radical, o reflexo agnóstico visceral, a apatia incondicional – justamente pelo devir imagem do mundo, que, anestesiando a imaginação e qualquer outra faculdade mental, acaba por provocar em todos uma catarse desmoralizante, simultânea a um acréscimo de adrenalina que o conduz à desilusão e à desmistificação total (1993. p. 154).

Nos telejornais, os únicos conflitos urbanos que aparecem enquadrados nas lentes das emissoras de TV, nos levam para as zonas periféricas e favelas, e os conflitos entre os traficantes e as forças policiais. Sendo que são as forças da ordem, do estado, ou seja, a polícia militar, que possui a prerrogativa de apaziguar estas zonas ainda que seja preciso “sacrificar” vidas inocentes de moradores. Mas por trás da aparência de imposição da ordem há uma guerra contra os pobres que são suavizadas por tomadas abertas feitas de helicópteros à distância, acompanhado pela narração “imparcial” de repórteres e âncoras que vociferam um discurso de que toda aquela ação é para o bem dessas comunidades periféricas.

Nossas realidades urbanas possuem uma complexa malha de conflitos sociais os quais nossas emissoras de TV não têm nenhum interesse em mostrar. A violência urbana, nas imagens televisivas, possui rosto e endereço fixo ocupam a zona pobre da cidade, as periferias e favelas, e quando são abordadas, como produtora de cultura e arte, por exemplo, é “enjaulada” em programas de entretenimento, apaziguada como raridade exótica divertida, ou seja, são deslocadas de sua realidade e contexto urbano para aparecerem nas telas da TV como mais um produto a ser consumido por uma

audiência ávida por novidades, e se esgotarem na simulação de consenso que destoam de seu contexto original.

Como nos alerta Baudrillard:

Ao contrário da ficção de solidariedade criada pela mídia e pelas imagens, os acontecimentos, cada vez mais, só têm sentido para aqueles que os vivem, no momento em que os vivem. Fora desse contexto o eco é artificial, e a ressonância é tão nula quanto ensurdecadora (1993. p. 151).

Quando a violência sai de cena, e as imagens buscam retratar a cidade como espaço de convivência social pacificada artificialmente, surgem as propostas de espaços acolhedores, blindados pelos roteiros turísticos que levam a praças com fontes luminosas, tomadas por restaurantes e ambientes para consumo de entretenimento. Ali também aparecem os rostos e os endereços, mas agora estes ocupam a zona rica da cidade, cuja distinção é determinada pela renda salarial, pelo acesso a bens culturais universais, a gastronomia sofisticada e festas temáticas e etc.

Estes são procedimentos históricos postos em movimento pela velha mídia, que se utiliza das imagens televisivas para simular o consenso e apresentar a cidade como espaço homogêneo, ainda que com o peso do sacrifício das zonas divergentes e heterogêneas.

Mas algo saiu do roteiro nas Jornadas de junho. Imagens imprevistas do espaço urbano, em tensão política, circulavam pela internet de forma virulenta a ponto de serem absorvidas pelas próprias emissoras de TV. A crise de representação midiática abriu precedente para que outras imagens do urbano, agora com as disputas, os conflitos, a ocupação das ruas e praças, cenário de um violento fluxo político, aparecessem duplicados e deslocando a estratégia de simulação do consenso posta em prática pela velha mídia.

No ensaio “Será que formulamos mal a pergunta?”³⁹, Silvia Viana propõe analisar as classificações midiáticas dos protestos colocando em perspectiva a situação ocorrida no dia 13 de junho, quando o jornal televisivo “Brasil Urgente”, utilizando imagens do protesto contra o aumento de tarifas na cidade de São Paulo, articulado pelo MPL, colocou no ar uma enquete para saber qual a opinião dos espectadores sobre o referido protesto. A pergunta que foi ao ar, vociferada pelo apresentador José Luiz Datena, era: “você é a favor deste tipo de protesto?”. Ante ao desconcertante “sim” que aparecia na tela, o apresentador tenta contornar a situação pedindo para reformular a pergunta “Você é a favor de protesto com baderna?”. Ainda assim, o “sim” insistia mostrando que a “opinião pública” estava favorável ao protesto. Isto, segundo Viana,

³⁹ Cf. VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta?. In: MARICATO, Ermínia...[ET AL]. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

era um “deslocamento sísmico”, pois colocava em xeque o poder de persuasão midiática frente aos espectadores para dissuadi-los em relação à posição favorável frente aos protestos.

Assim, a distinção posta em movimento pelas grandes redes midiáticas, que viam nas manifestações pacíficas, ou seja, nas manifestações que não paravam a cidade, que não causavam transtornos, um exemplo ordeiro de protesto, e serviria de modelo para a condenação dos “protestos com baderna”, servia para dissuadir a “opinião pública” e não permitir o avanço dos protestos. Para Silvia Viana:

A separação anterior entre pacíficos e baderneiros servia à reposição da ordem, segunda a qual nada justifica o entrave à sobrevida cotidiana que nos arrasta do escritório para casa e de volta. As manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar. Mais que isso, ao produzirem a aparência de dissenso, simultaneamente contribuía com a diversificação das mercadorias culturais e dos nichos de consumo [...] (VIANA, 2013, p. 56)

Mas ainda que esta distinção tentasse recolocar nos eixos os rumos das manifestações apelando para a classificação pacífica das manifestações, algo saiu dos eixos. As imagens utilizadas no “Brasil Urgente”, aliada às tentativas de interação e manipulação da “opinião pública” trazia a tona certo descrédito da grande mídia, que posteriormente, ao se espalhar e aprofundar as manifestações, iriam se expressar pelo rechaço violento á presença de equipes de reportagens de determinadas emissoras de TV. Segundo Viana:

O movimento de junho empurrou a classificação midiática, cujo sentido era a recusa de qualquer recusa, a seu ponto de verdade. Por isso, a tela que nos apresenta as manifestações encontra-se dividida: de um lado imagens verde-e-amarelas, de outro, cenas vermelhas. Busca-se, desse modo, reaver o limiar cuja ruptura a enquete de Datena explicitara: o protesto que assim merece ser chamado é, em si mesmo, violento (VIANA, 2013, p. 57).

É neste cenário duplicado entre “imagens verde e amarelo” e “cenas vermelhas” que o dissenso entra em ponto de ebulição no que se refere às disputas imagéticas das manifestações. O episódio da enquete de Datena no jornal Brasil Urgente (Imagem 15) era apenas o sintoma inicial da crise de representação midiática que as Jornadas de junho trouxeram à tona.

O desconcertante desfecho da enquete já apontava para a posterior hostilidade dos manifestantes para com a velha mídia e sua atuação. Da criminalização inicial à mudança de postura com um “apoio” estratégico e propositivo de pautas generalizadas, a centralidade da velha mídia sofreu um abalo, e suas imagens já não conseguiam manter a “opinião pública” em consenso, pois, as ruas em fervor político, as

desmentiam. Portanto, a estratégia midiática do consenso simulado, nas Jornadas de junho, sofreu deslocamentos que colocaram em perspectiva a perda do controle, ainda que por algumas semanas, sobre a produção imagética do espaço urbano e suas lutas.



Imagem 15: Frame de vídeo da enquete posta no ar no Programa Brasil Urgente em 13/06/2013, durante a manifestação contra redução de tarifas em São Paulo.

É neste campo de forças que surge às transmissões da Mídia Ninja. As imagens do urbano veiculadas pelo coletivo jornalístico trazem outra perspectiva da cidade, das ruas ocupadas por multidões, das disputas ideológicas e simbólicas, das articulações momentâneas, dos embates entre a polícia e os manifestantes. Estas imagens são contrapontos às imagens televisivas. Elas jogam com formas assimiladas e deslocam-nas para tornar visível o dissenso, e com isso investe contra a simulação do consenso cujas imagens televisivas da velha mídia expressam esta finalidade.

As imagens veiculadas pelas transmissões ao vivo da Mídia Ninja através da internet coloca em perspectiva a tensão das ruas tomadas pela multidão em transe político. A cidade como cenário esta deslocada de sua produção imagética televisiva, que investe na imagem de uma cidade ordeira, racionalmente dividida em zonas, com espaços para o trabalho, o lazer e onde os conflitos são sempre resolvidos pela atuação das forças da ordem e do Estado. Nas Jornadas de junho, com a crise de representação midiática, as imagens televisivas foram questionadas, de algum modo elas não mais conseguiam representar a cidade ordeira, as próprias coberturas dos protestos eram criticadas e rechaçadas pelas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*.

As transmissões da Mídia Ninja surgem então como veículo alternativo cujas imagens se prestavam a produzir outra perspectiva do espaço urbano, tomado pelo furor político, e ao mesmo tempo servia como pretexto para o diálogo coletivo telematizado. São imagens que se esgotavam em si mesmas, sem a intenção de servi a uma recuperação para fins estéticos audiovisuais, por exemplo. Como contraponto às imagens televisivas, as transmissões da Mídia Ninja trazem à tona, através das imagens, outra percepção do urbano. Com tais imagens, o espaço urbano aparece tomado pelo dissenso, pela divergência e pelo conflito.

A tensão das ruas captadas por tais imagens “em tempo real” e transmitidas pela internet, não é mais verdadeira que outras imagens. É que elas colocam em cena outra perspectiva de cobertura do acontecimento, com procedimentos diferenciados, e que investem na crítica do discurso de imparcialidade tão utilizado pelas grandes redes midiáticas. O “tempo real” ali, não se refere à fidelidade ao acontecimento, a mostrar a realidade como ela é. É uma perspectiva de cobertura que joga com um aparato técnico que permite captar o acontecimento, e ao mesmo tempo duplicar sua percepção em imagens técnicas do espaço urbano em ebulição política.

Não é só a cidade que é duplicada, é a própria efervescência política das ruas, é o próprio dissenso que ocupa as ruas e ao mesmo tempo, os monitores e visores. O acontecimento é “virtualizado” ao mesmo tempo em que acontece pela transmissão ao vivo em “tempo real”, através de imagens captadas de dentro deste. E é isto que atravessa o diálogo coletivo telematizado, cujas imagens da Mídia Ninja servem de pretexto para construção de pautas e discussões online. A política estava nas ruas e nas redes virtuais ao mesmo tempo, está nas praticas e nas imagens (produção e consumo), graças à apropriação criativa da técnica e seu aparato.

Quando vemos as imagens que faziam a cobertura dos protestos pelas lentes do telejornalismo, podemos deduzir alguns procedimentos técnicos. As imagens são feitas a distância, com tomadas abertas, o que sugere uma percepção “imparcial” do acontecimento (Imagem 16). Nas imagens mais próximas, são feitas atrás das linhas de defesa no campo de atuação das tropas de choque, garantindo a segurança da equipe, ou seja, feitas do lado da ordem. Mas também há o controle do tempo de transmissão/exibição das imagens aliado ao procedimento de edição. Tais procedimentos são postos em pratica para criar a simulação, pois oferece uma perspectiva fragmentada do acontecimento, introduzindo-a na sintaxe padrão do telejornalismo: a estetização da realidade. Por isso, através destas imagens, a cidade aparece como cenário de consenso, mesmo quando há algum conflito. O tratamento técnico das imagens para exibição permite a simulação do consenso e da ordem.



Imagem 16: Frame de vídeo mostrando a tomada aérea de um protesto no Rio de Janeiro, cuja cobertura é feita pela Rede Globo.

As imagens transmitidas pela Mídia Ninja deslocam certos procedimentos técnicos, o que permite outra percepção do acontecimento. As transmissões ao vivo eram feitas penetrando os protestos. As tomadas eram fechadas e buscavam sempre as zonas de conflito e tensão entre a polícia e os manifestantes (Imagem 17). Não havia edição das imagens, já que eram transmitidas ao vivo pela internet através do celular, por isso não havia controle do tempo de exibição, a não ser pelas limitações do aplicativo que interrompiam o *streaming* em função do aumento da troca de dados que sobrecarregava a rede 3G. A difusão das transmissões eram feitas através de redes sociais como Facebook e Twitter, o que permitia uma reprodução viral das imagens.



Imagem 17: Frame de vídeo da cobertura feita pela Mídia Ninja no protesto Fora Cabral, então Governador do estado do RJ. Cenas do momento em que os manifestantes ocupavam a porta da 9ª delegacia, no Rio de Janeiro, pedindo a liberação de um ninja preso.

Eram as forças heterogêneas⁴⁰ que entravam em cena e de algum modo colocavam em xeque a “assepsia” das imagens telejornalísticas na sua simulação de consenso e ordem, de uma cidade que aparece sobre controle, onde as forças do estado, diga-se a polícia militar, segurava as rédeas dos conflitos, e cabia às imagens televisivas representar um cenário “pacificado”. As “imagens verde-e-amarelo” das emissoras de TV contra as “cenas vermelhas” da Mídia Ninja.

É neste jogo com a técnica, com suas táticas e desvios, que surgem estas imagens urbanas deslocadas da produção imagética da velha mídia, suplementando a percepção da cidade, agora com as cores do dissenso e do conflito.

Assim, não se pode negligenciar as relações com o aparato técnico que tornaram possível a produção dessas imagens das ruas em transe político. Se a lógica das redes tomaram as ruas nas Jornadas de Junho, a materialidade técnica dos *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, que são o suporte para acessar a internet e trocar informações, possui uma importância fundamental para a realização das redes.

Para o bem e para o mal, este aparato técnico já faz parte do cotidiano social urbano, e se introduz como meio para realização da lógica societária das redes. Este jogo com a técnica possui ressonâncias políticas. De algum modo, ele aponta para novas rotas de uso dos aparelhos, principalmente como tática para se contrapor às imagens consensuais simuladas e a todo tipo de informação enviesada que a velha mídia faz circular. E com isso produz o dissenso e duplica o cenário urbano trazendo à tona os conflitos, as disputas, que nas Jornadas de Junho tomaram as ruas das cidades brasileiras.

Ainda que por algumas semanas, a centralidade da velha mídia como produtora de “opinião pública” foi abalada por praticas midiativistas que tomaram as ruas junto com os protestos e trouxeram à tona a crise de representação midiática. Técnica e política, nos dias em que as ruas foram tomadas pelo transe político, interpenetraram-se trazendo à tona outras imagens do urbano, num clima de efervescência política cuja multiplicidade de vozes e posições parecia apresentar a lógica societária das redes, como sugere Rudá Ricci (2013), assim como propiciou a experimentação de outras formas de relação com a política e a técnica.

As imagens do urbano produzidas pela Mídia Ninja propõem outra percepção da cidade, que duplicada pelas imagens televisivas para construção de consensos simulados, vão fazer circular os conflitos urbanos em meio aos protestos para se

⁴⁰ Cf. BATAILLE, Georges. La estructura psicológica del fascismo. In: BATAILLE, G. La conjuración sagrada. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2003.

contrapor a estratégia das cenas televisionadas. O jogo astuto com a técnica aliada à efervescência política das ruas possibilitou a emergência destas imagens do espaço urbano em tensão, conflito e dissenso. O poder da velha mídia sofreu fissuras e abriu brechas, ao ser contraposto por perspectivas diferenciadas durante as semanas em que as ruas explodiam em transe político. É verdade que passado o fervor político das jornadas de junho, as coisas foram voltando à normalidade. A velha mídia retomou seu monopólio de produção da “opinião pública” que operou um esvaziamento do debate público acerca do ocorrido em junho de 2013.

A Mídia Ninja, que nas Jornadas de Junho, pelo menos nas semanas em que os protestos se espalharam pelo país, conseguiu atrair uma grande quantidade de colaboradores em diversas cidades, sem nenhuma articulação prévia, a não ser a troca de informações durante as transmissões em *streaming* durante as manifestações, conseguindo com isso uma cobertura nacional dos protestos, mas que, aos poucos foi perdendo essa característica, até que foi assimilada pela velha mídia e transformada em notícia, atraindo a atenção para sua prática midiativista para esvaziar-la num debate público midiaticizado e onde os próprios agentes do coletivo jornalístico foram encurralados numa discussão sobre a institucionalização da prática jornalística da Mídia Ninja e sua constituição enquanto meio de comunicação na era das redes.

As análises das Jornadas de junho que atravessam obras como: *Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*, de Ruda Ricci e Patrick Arley, assim como a coletânea de ensaios *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, ao tentar encontrar alguma semente, ou fruto nascido naquele outono politicamente vertiginoso, deixa escapar, nas relações microfísicas do dia a dia, as astúcias criativas em torno da técnica e seu aparato e os deslocamentos provenientes destas práticas moleculares.

Talvez, na tentativa de encontrar nas Jornadas de junho algo seguro e produtivo para o cenário político nacional, que perpassa pela proposição de uma reforma política (e que atravessa muitos textos do livro *Cidades Rebeldes*), e a tentativa de institucionalização da lógica das redes (que segundo Rudá Ricci, é incompatível com esta nova sociabilidade mediada por afetividades pontuais), deixem escapar a própria dinâmica criativa presente nas ruas em vertigem política.

Pois foi nestas microrrelações cotidianas, nos embates e debates diante de telas de TV e monitores de *notebooks*, através de aparelhos celulares e troca de mensagens que outras imagens do urbano emergiram, ocuparam o ciberespaço ao mesmo tempo em que as ruas eram ocupadas pelo furor político da revolta (imagem 18). Foi através dessa relação com a materialidade técnica, posta em movimento no cotidiano urbano contemporâneo e atravessada pelas disputas impulsionadas pelas manifestações, que o cenário urbano surge duplicado em imagens que mostram o desfile das heterogeneidades, onde o dissenso aparece para reconfigurar à trama do espaço urbano midiaticado.



Imagem 18: Fotografia tirada por um colaborador da Mídia Ninja no dia 17 de junho, fazendo a cobertura da ocupação do Palácio do Planalto, em Brasília DF, pelos manifestantes em fervor político.

A potencia destas imagens se encontra na proliferação viral de cenários urbanos tomados pela efervescência política, reduplicando a percepção do espaço urbano mesmo que por algumas semanas, se esgotando na medida em que os protestos vão perdendo a intensidade inicial. Mas que pode deixar no ar algumas questões: Agora, como imaginaremos a cidade? Como lugar da racionalização consensual de espaços definidos pela lógica do capital ou como espaço de disputas e lutas pelo direito de ocupá-la democraticamente? Não sabemos. Por enquanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscamos analisar a atuação do coletivo Mídia Ninja nas Jornadas de junho como uma emergência (Foucault) de disputas técnicas e simbólicas em relação às imagens do espaço urbano.

Para tanto, propomos analisar a relação com o aparato técnico e as novas tecnologias de comunicação e informação como uma espécie de tática desviacionista (Certeau), que se apropriavam de aparelhos celulares para transmitir ao vivo as manifestações e protestos ocorridos em junho de 2013. Delimitando as imagens veiculadas pela Mídia Ninja como tecno-imagens (Flusser) tentamos compreender as articulações coletivas através de diálogo telematizado (Flusser) pela internet no processo de produção dessas imagens e como tal produção se contrapunha às informações veiculadas pelas grandes redes midiáticas.

Diante desta perspectiva o estudo desembocou nos seguintes resultados.

As Jornadas de junho não se desenvolveram a ponto de criar um processo revolucionário que modificasse as estruturas políticas, econômicas e sociais das cidades brasileiras. No rastro de seu acontecimento a normalidade cotidiana, ao menos nas relações em torno das grandes estruturas sociais do país, foi sendo restabelecida. Com isso, as demandas históricas acumuladas, que de algum modo explodiram naquele outono brasileiro, não se resolveram iniciando outro ciclo de acúmulo destas demandas⁴¹.

O que podemos assinalar como “legado” das Jornadas de junho é o debate em torno das reformas política; tributária; agrária; urbana; democratização dos meios de comunicação e etc.; que nenhum governo ousou por em prática até então e por isso vem acumulando demandas sociais que vez ou outra explodem em revoltas.

Entre a administração dos fluxos de capital e suas crises; entre a administração dos conflitos sociais e a violência estatal; entre o debate público e o cotidiano urbano midiático; os sucessivos governos que assumiram o Estado brasileiro não avançaram nas reformas necessárias para se criar certa estabilidade social ao país, e essa demanda histórica, com as Jornadas de Junho, traz à tona mais uma vez um debate em torno delas. Por isso é que, atualmente, se insiste tanto em debater tais reformas, atualizando estas demandas históricas. É importante, mas tal debate precisa partir da sociedade civil,

⁴¹ Cf. MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Erminia [ET AL]. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ou melhor, dos movimentos de lutas populares, institucionalizados ou não, que surgiram ao longo desse processo histórico de demandas acumuladas, aliados às “novas” demandas que ganharam notoriedade pública durante os protestos que tomaram as ruas em junho de 2013.

Mas tais questões se referem às grandes relações institucionais que compõe o cenário político-social das cidades brasileiras, ou seja, elas tratam das grandes estruturas de poder e suas discussões gerais.

As Jornadas de junho, naquilo que atinge as microrrelações cotidianas, fizeram emergir outras disputas. Como transbordamento vertiginoso da política, as Jornadas de junho trouxeram à tona disputas moleculares, que se davam numa relação direta com questões pontuais, fragmentando inclusive as pautas reivindicatórias, que, de algum modo, questionavam a qualidade de vida das realidades urbanas brasileiras.

Entre os megaeventos esportivos, a especulação imobiliária e a gestão empresarial das cidades surgiam as demandas que giram em torno da precariedade dos serviços básicos para a população cidadina. Serviço de transporte precarizado; saúde pública precarizada; educação pública precarizada; espaço público privatizado; desigualdade social amplificada; enfim, é a própria qualidade de vida no espaço urbano que se encontra precarizada, o que acaba por acumular as demandas sociais históricas das cidades brasileiras outras demandas atualizadas pelo contexto urbano contemporâneo.

Aliado as questões apontadas acima, o desenvolvimento tecnológico global também compõe o contexto atual das realidades urbanas brasileiras. E as novas tecnologias de comunicação e informação alteram as relações sociais com o espaço urbano circundante, criando um amplo contexto urbano midiaticado. A experiência urbana mediada por imagens técnicas fazem parte do cotidiano, se amalgamando à vida urbana contemporânea, duplicando a percepção do espaço urbano.

Portanto, sugerimos que estas disputas moleculares são simbólicas e técnicas, e fazem parte de um jogo que deslocam as formas assimiladas produzindo outras percepções da cidade, desviando taticamente dos meios consolidados que buscam oferecer uma imagem homogênea e consensual do espaço urbano como forma de pautar o debate público. Nas Jornadas de Junho este contexto emergiu mostrando o quanto as novas tecnologias de comunicação e informação impactam o cotidiano urbano contemporâneo.

Neste cenário, entre a cidade-empresa e a vida urbana midiaticada, é que surgem os diversos tipos de usuários. Dialogando com Michel de Certeau (1998), quando sugere o usuário como o consumidor que usa dos produtos desviando-o taticamente de

seu lugar próprio e dando sentidos inusitados em relação ao imposto pelo sistema de mercadorias, tentamos perceber no contexto urbano contemporâneo o usuário que aparece como personagem de tramas e disputas. Os usuários do transporte público e do espaço público urbano; os usuários dos serviços básicos como saúde e educação, seja público ou privado; os usuários das tecnologias de comunicação e informação.

As lutas urbanas que se apresentavam nas Jornadas de junho parece de algum modo colocar em cena essa diversidade de usuários. Mas usuário aqui não se refere a um sujeito político enquanto unidade. O usuário aqui implica muito mais o agenciamento de subjetividades polifônicas atravessadas por fluxos de forças, que nas Jornadas de Junho e seu transe político fez emergir as forças heterogêneas que ocuparam as ruas e durante algum período reconfiguraram o espaço urbano e abriu caminho para se debater as múltiplas demandas que a realidade urbana brasileira possui.

Nesta multiplicidade de usuários, destacamos o usuário das tecnologias de comunicação e informação, que nas Jornadas de Junho conseguiram empreender táticas desviacionistas aos aparelhos celulares, *notebooks* e *tablets*, agenciando com astúcia redes de comunicação alternativas. As redes sociais digitais como *Facebook* e *Twitter* serviram de plataforma para criação dessa rede de comunicação, e o acesso a tais redes só é possível através do suporte técnico de aparelhos celulares (*smartphones*), *notebooks* e *tablets*.

Portanto, não se pode negligenciar a importância da técnica no contexto político das Jornadas de Junho. A técnica e as astúcias táticas em sua utilização permitiram toda uma rede de comunicação que nasceram nas ruas, nos atos de protestos. Mesmo com toda ambiguidade que esta relação possa implicar, pois toda esta tecnologia também serve para a vigilância e o controle. Contudo, há disputas e nas Jornadas de Junho a técnica e sua relação com ela também entram em disputa e desta surgem possibilidades criativas que colocam em cena a potência política dos usuários.

É neste jogo com a técnica e sua materialidade que as transmissões ao vivo via internet, produzidas pelo coletivo jornalístico Mídia Ninja, chamaram a atenção. Estas imagens, que viralizaram pela internet durante os protestos, trouxeram para a cena o potencial criativo dos usuários das múltiplas tecnologias de comunicação e informação. Ao utilizar aparelhos celulares para transmitir ao vivo os protestos, a Mídia Ninja experimentava uma maneira astuta e singular de cobertura, que no decorrer das Jornadas de Junho iria produzir um questionamento acerca da forma como as grandes redes midiáticas cobriam eventos políticos de massa, além de colocar em perspectiva um debate acerca da profissão do jornalista.

No auge dos protestos, a Mídia Ninja conseguiu atrair colaboradores em todo país, propiciando uma cobertura nacional dos protestos em diversas capitais do Brasil. Estes colaboradores não foram articulados previamente, eles surgiam através do diálogo online nas redes sociais, onde os ninjas compartilhavam o conhecimento necessário para a transmissão e os colaboradores transmitiam utilizando o recurso de marcação em redes sociais como o Twitter: “#midianinja”. Com isso, uma multiplicidade de imagens do espaço urbano tomado pela vertigem política se espalhou pela internet, criando uma fissura, uma brecha no poder de monopólio da opinião pública exercido pelas grandes redes midiáticas e suas imagens consensuais da cidade, que esvaziavam o sentido político das disputas e lutas urbanas cotidianas.

É verdade que as disputas em torno da opinião pública e as fissuras provocadas pela atuação da Mídia Ninja nas Jornadas de Junho não levaram as grandes redes midiáticas ao colapso. Ao se transformar em notícia e figurar um debate público sobre o jornalismo e sua profissionalização mercantil, a Mídia Ninja acabou se embarçando entre ser um agenciamento de cidadãos-jornalistas e um novo modelo de jornalismo profissional. Tragados pela pauta da própria mídia que eles se contrapunham, acabaram perdendo a chance de ampliar a sua potencia de agenciamento de “multiparcialidades” do cidadão comum munido de um aparelho celular.

Contudo, os registros imagéticos do espaço urbano produzidos pela Mídia Ninja e seus colaboradores trouxeram outra perspectiva da cidade, duplicada em imagens técnicas, onde o dissenso e as disputas compunham o cenário de ruas agitadas e tomadas por uma multidão em vertigem política, em revolta. Mas também colocavam em perspectiva as disputas em torno da construção do debate público mediados por aparelhos. A disputa entre dois momentos da técnica: a velha mídia que compreende os jornais, revistas, rádios e televisão, diante do crescente fascínio das mídias sociais via internet. O debate público, ainda que seja pautado e articulado pela centralidade da velha mídia, já parece possuir outro espaço para sua construção, ainda que de forma incipiente e de proporções limitadas, e atravessadas pela ambiguidade que as novas tecnologias da comunicação e informação possuem, ao servir também como dispositivo de vigilância e controle social.

A explosão política que tomou as ruas de diversas cidades brasileiras nas Jornadas de Junho lançaram estilhaços e partículas políticas para os cantos mais recônditos dos contextos urbanos, provocando um deslocamento do campo político institucional abrindo espaço para outras formas de experimentações políticas. Neste contexto, a relação com a técnica e a tecnologia, também deslocada pela efervescência política, trouxe à tona o potencial de formas experimentais de comunicação e

informação, empreendidas por usuários articulados em rede, utilizando o *Facebook* e o *Twitter* como plataforma para difusão de uma espécie de “jornalismo cidadão”. Com isso, o cenário urbano, durante os protestos, através das imagens técnicas produzidas neste contexto, traziam as cores do dissenso e das disputas.

Tentamos aqui neste estudo debater tais questões, observando a importância da relação tática com a técnica, atravessada pela efervescência política das Jornadas de Junho, onde a Mídia Ninja emergiu como agenciamento de um conjunto heterogêneo de imagens do urbano em vertigem política, suplementando a percepção do espaço urbano como contraponto às imagens do urbano veiculadas pelas grandes redes midiáticas e sua estratégia de representar a cidade como espaço de entretenimento através da simulação de um consenso. Ainda que a normalidade tenha retornado às cidades brasileiras, as disputas em torno da relação com a técnica, e especificamente entre as técnicas das velhas mídias (jornal, rádio e TV) e das mídias em rede (internet), continuam mesmo que sutilmente, agora entre as nuvens densas de informações que o cotidiano urbano midiaticizado contemporâneo nos impõe.

Uma das questões surgidas durante a pesquisa, mas que não foram desenvolvidas diz respeito à proliferação de veículos jornalísticos alternativos que utilizam o ambiente da internet para tornar público suas produções. Baseados na mesma estrutura de redes horizontais e compostos como coletivo, muitos destes veículos também nasceram e cresceram nos eventos que marcaram as Jornadas de junho. Com isso nos indagamos quais potencialidades esta multiplicidade de coletivos jornalísticos possuem para acirrar as disputas técnicas e simbólicas emergidas nas manifestações de junho em 2013 e como elas se relacionam entre si.

Será que reproduzem o ambiente competitivo das grandes corporações midiáticas ou buscam construir um espaço midiático mais democratizado, horizontal e cooperativo? O desenvolvimento de tal questionamento pode aprofundar uma análise sobre a crise de representação que nas primeiras décadas desse novo milênio nos saltam aos olhos, ouvidos e bocas e que tomam as ruas (e telas, monitores) de muitas cidades ao redor do globo.

Por enquanto deixemos tais questões em aberto para serem exploradas, quem sabe, numa pesquisa posterior, desdobrando com isso o processo investigativo traçado neste estudo.

REFERENCIAS

- ADORNO, Theodor. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BATAILLE, Georges. A parte maldita, precedia de “A noção de dispêndio”. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas vol. 1. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DRUMMOND, Washington. *Muros: da cidade capsulada ao surto heterológico*. Revista Muros: territórios compartilhados. Salvador, BA, n.1, outubro 2013. p. 27 – 32.
- DRUMMOND, W.; SAMPAIO, Alan. *A cidade e seu duplo: imagem, cidade e cultura*. Salvador: EDUNEB, 2013.
- FLUSSER, Villém. *Filosofia da Caixa Preta. Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. RJ: Relume Dumará, 2002.
- FLUSSER, Villém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HABERMAS, Junger. Entre erotismo e economia geral: Bataille. In: HABERMAS, Junger. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- JAMESON, Fredic. *Pós- modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARICATO, Erminia...[ET AL]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MOREIRA, Osmar. *Folhas venenosas do discurso*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2002.

MOREIRA, Osmar. Antropofagia como tecnologia da memória cultural. In: MOREIRA, Osmar. *Um Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: Quarteto/Unepb, 2010.

.NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ONFRAY, Michel. Da modernidade ou o teatro das partes malditas. In: ONFRAY, Michel. *A escultura de si: a moral estética*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PARENTE, André [ET AL]. *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FONTES VIRTUAIS

ARTIGOS:

AZEVEDO, Reinaldo. Estes são os candidatos a ditadores da “mídia alternativa”. Ou: imprensa presta servilismo ético e estético a autoritários disfarçados de libertários. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/estes-sao-os-candidatos-a-ditadores-da-midia-alternativa-ou-imprensa-presta-servilismo-etico-e-estetico-a-autoritarios-disfarçados-de-libertarios>; Acesso em: 25 maio 2014.

BOCHINNI, Lino; LOCATELLI, Piero. Coletivo Fora do Eixo. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html> Acesso em: 21 março 2014.

GABEIRA, Fernando. Mídia Ninja e o futuro desfocado. Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-1064592> Acesso em: 20 julho 2014.

GONÇALVES, Marli. Mestre Dines ousou discordar: os meninos são ninjas em marketing. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinio/124160-mestre-dines-ousou-discordar.shtml> Acesso em: 28 março 2014.

OTÁVIO, Chico. Ninjas querem verba oficial para sobreviver. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258>

Acesso em: 23 fevereiro 2014.

ENTREVISTAS E RELATOS

TORTURRA, Bruno. Mídia mártir e o espírito ninja. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/07/torturra-midia-martir-e-o-espírito-ninja/>

Acesso em: 14 abril 2014.

TORTURRA, Bruno. Olho da rua. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-87/questoes-de-midia-e-politica/olho-da-rua>

Acesso em: 14 jul 2014.

FORASTIERI, André. Uma entrevista com Bruno Torturra, da Mídia Ninja. Disponpivel em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-bruno-torturra-da-midia-ninja/> Acesso em: 20 agosto 2014.

CAPERUTO, Ada. Mídia Ninja: um novo momento do jornalismo. Disponível em: <http://www.editorajc.com.br/2013/11/midia-ninja-momento-jornalismo/> Acesso em: 25 junho 2014.

OBSERVATORIO GERAL. Entrevista Mídia Ninja cedia em 25 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://observatoriogeral.com/2013/08/25/exclusivo-entrevista-midia-ninja/> Acesso em: 28 julho 2014.

ANEXOS

REDES SOCIAIS

<https://pt-br.facebook.com/bruno.torturra>

<https://twitter.com/MidiaNINJA>

<https://pt-br.facebook.com/midiaNINJA>

<https://ninja.oximity.com/>

ARQUIVOS DAS TRANSMISSÕES

<http://us.twitcasting.tv/midianinja>

<http://us.twitcasting.tv/torturra/show/>

<http://us.twitcasting.tv/ninja2rj/show/65>

<http://us.twitcasting.tv/blackninja2rj/show/25>

<http://us.twitcasting.tv/peixeninjas>

<http://us.twitcasting.tv/balsirhavoc/show>

VIDEOS

<https://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>

<https://www.youtube.com/watch?v=aDO6tr6kgAk>